

Adiante!

Uma questão de política e não só de polícia

Insegurança gera apreensão

A questão da segurança interna entrou na ordem do dia. Não por ser novidade, mas porque o Governo foi obrigado a reconhecer o real aumento de alguns tipos de crimes que maior insegurança



geram nas populações. Falta ao executivo admitir que uma política de segurança verdadeiramente democrática é indissociável de uma política de desenvolvimento com efectiva justiça social.

Págs. 5, 6 e 7

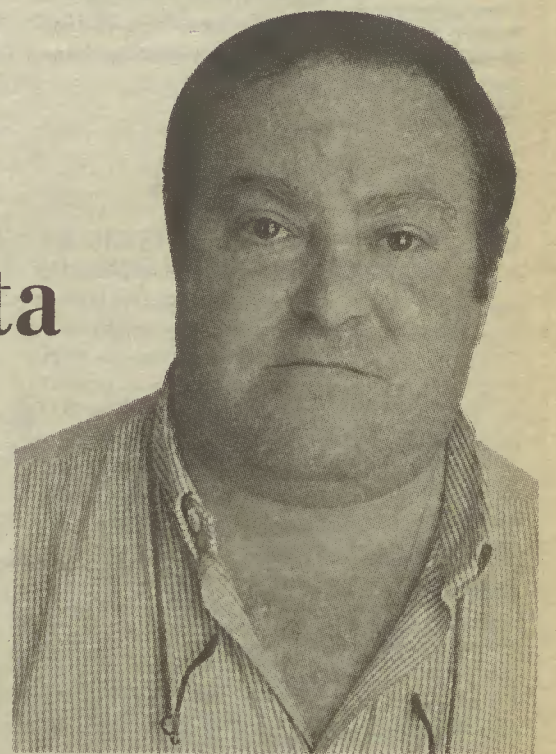
NESTE NÚMERO

Inédito de Manuel da Fonseca na Festa



Entrevista com Fernando Guimarães

Ser sindicalista na Suíça envolve um duplo empenhamento



Págs. 14 e 19

Habitação

Custos elevados

As recentes e sucessivas subidas das taxas de juro dos empréstimos para crédito à habitação vieram agravar ainda mais o peso deste encargo nos orçamentos das famílias e têm reflexos na degradação do poder de compra dos salários.

Pág. 9

Almada

DN mete água

A Câmara Municipal de Almada contesta informação divulgada pelo Diário de Notícias e garante que os valores da água tratada para consumo humano é de 100 por cento, e não de 4,5 por cento como afirmou o DN em recente reportagem.

Pág. 13

Reforma Agrária

25 anos

Um quarto de século depois do início da Reforma Agrária, é justo lembrar essa data histórica de uma das mais nobres conquistas de 25 de Abril, e prestar homenagem aos seus principais protagonistas e obreiros: o proletariado agrícola do Alentejo e Ribatejo.

Pág. 25

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª-A, - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matrícula: 47058.
NIF - 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lígia Calapez
Manuel Jorge Veloso
Margarida Folque

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Sérgio Morais

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 924 04 47
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Contínente e Regiões
Autónomas)
50 números: 8 100\$00
25 números: 4 200\$00

EUROPA
50 números: 21 850\$00

EXTRA-EUROPA
50 números: 30 600\$00

GUINÉ-BISSAU,
S. TOMÉ E PRÍNCIPE
e MACAU
50 números: 23 000\$00

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Carvalho preocupado com a segurança no País

Resumo

19

Quarta-feira

O Governo anuncia a redução de ajudas às OCM (Organização Comum de Mercados) • José Sócrates, ministro do Ambiente, rejeita a proposta do PSD de privatizar a Parque Expo, considerando «absolutamente lamentável» a tomada de posição do PSD • Após nove dias de negociações em Camp David, Estados Unidos, permanece o impasse no acordo entre Arafat e Barak, tendo este último recebido ordem de regresso a Israel com a sua comitiva • Ao mesmo tempo, o Knesset (Parlamento israelita) aprova uma série de propostas que visam boicotar qualquer acordo de paz.

20

Quinta-feira

Em conferência de imprensa, Carlos Carvalho critica o Governo pela sua política económica e social, mostrando preocupação pela insegurança que se vive no país • O parlamento alemão aplica mais uma multa ao partido de Helmut Kohl (CDU) por receber donativos não declarados às finanças • Em vésperas da cimeira do G8, milhares de japoneses formam um cordão humano manifestando-se contra a presença militar americana em Okinawa • O Tribunal de Relação de Santiago do Chile condena a prisão perpétua o antigo director operacional do CNI (polícia secreta chilena) pelos crimes cometidos durante a ditadura.

21

Sexta-feira

O Ministério da Educação anuncia início da revisão curricular para o ano lectivo de 2001/2002 • O relatório do Ministério das Finanças revela um défice relativo ao primeiro semestre do ano fiscal de 2000 superior em 80,6 por cento ao défice do ano de 99 • Termina em Luanda o Congresso para a Paz, promovido pelo Congresso Episcopal de Angola e São Tomé e Príncipe • Tem início em Okinawa, Japão, a Cimeira dos oito países mais desenvolvidos do mundo (G8) onde Bill Clinton e Vladimir Putin anunciam o reforço da cooperação nos sistemas antimísseis de curto e médio alcance.

22

Sábado

A PSP de Setúbal detém seis jovens delinquentes suspeitos de autoria da vaga de assaltos da madrugada de quinta-feira • Os ministros dos Negócios Estrangeiros jordano e egípcio defendem que a parte oriental de Jerusalém, invadida por

Israel em 1967 fique sob autoridade palestina • Nawaz Sharif, ex-primeiro-ministro paquistanês, é condenado pelo governo militar a 14 anos de prisão por corrupção.

23

Domingo

Manuel Baganha, secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, desmente redução de 30 por cento do IRC em 2001 • Termina em Okinawa a Cimeira do G8, sem consenso entre os países mais industrializados sobre o perdão às dívidas dos países mais pobres • A central sindical moçambicana convoca uma greve geral de trabalhadores para os dias 26, 27 e 28 de Julho, reivindicando melhores aumentos salariais • Um jornal britânico publica nas suas páginas os nomes de 49 pessoas condenadas por pedofilia, tendo as autoridades criticado esta acção temendo eventuais revoltas populares.

24

Segunda-feira

Tem início no Porto a Conferência Regional para a Europa da FAO, tendo como prioridades a segurança alimentar e o levantamento do embargo à carne portuguesa • O juiz responsável pelo caso da vaga de assaltos de quinta-feira ordena a prisão preventiva dos seis suspeitos apanhados em Setúbal e envia o mais novo (15 anos) para uma casa de correcção em Caxias • Um soldado neozelandês é morto em Timor-Leste por um grupo de homens armados ainda não identificados • O parlamento jugoslavo aprova uma série de alterações legislativas, que permitem a recandidatura de Milosevic • Um carro explode em Bilbao provocando quatro feridos, num ataque atribuído pelas autoridades à ETA.

25

Terça-feira

Comemora-se em Lamego o Dia das Forças Armadas que conta com a participação de Jorge Sampaio e António Guterres • Em sequência da morte de um soldado da força de paz da ONU em Timor-Leste na segunda-feira, o governo neozelandês exige o desarmamento imediato das milícias a operar em Timor Ocidental • Termina em Camp David as conversações entre Barak e Arafat, recusando-se o primeiro a pôr no papel os acordos verbais alcançados sobre a partilha do governo da cidade de Jerusalém • Um avião «Concorde» da Air France despeña-se sobre um hotel em Paris dois minutos depois de ter levantado voo, provocando a morte de 113 pessoas.

Aconteceu

Concorde cai perto de Paris

Um avião Concorde - a célebre aeronave supersónica de passageiros de fabrico anglo-francês - despenhou-se esta semana perto de Paris matando os mais de 100 passageiros e respectiva tripulação, desconhecendo-se, por enquanto, as causas do acidente. O aparelho havia sido fretado por uma centena de cidadãos alemães para mais uma das suas famosas

viagens acima da velocidade do som. O Concorde, que entrou ao serviço no início da década de 70, foi logo considerado uma «jóia» da aeronáutica civil ocidental e resultou de uma associação entre as indústrias aeronáuticas da França e do Reino Unido que, com ele, colocaram no ar o segundo avião de passageiros ultrasónico, quase a par dos soviéticos que,



meses antes, lançaram um modelo semelhante e com iguais características. Todavia, o projecto Concorde transformar-se-ia num gigantesco fiasco comercial devido ao boicote desencadeado pela indústria aeronáutica norte-americana, com a Boeing e a McDon Douglas a impedirem que os EUA adquirissem um único aparelho Concorde. Na emer-

gência, os governos britânico e francês fizeram absorver todos os aparelhos pelas respectivas companhias aéreas nacionais, pelo que o Concorde, ao longo de três décadas, tem sido um luxo exclusivo da British Airways e da Air France, além de um gigantesco

Figo no Real Madrid

Protagonizando a mais cara transferência da história do futebol mundial, o jogador português Luís Figo assinou contrato com o Real Madrid que, para o integrar no seu plantel, pagou ao Barcelona 12 milhões de contos mais IVA, acrescidos de um milhão de contos/ano livre de impostos a pagar ao jogador durante seis épocas, a duração do contrato agora firmado. A transferência de Figo do Barcelona para o Real Madrid foi uma aposta pessoal do novo presidente do clube madrilenho, o empresário da construção civil Florentino Pérez, que utilizou a promessa da aquisição de Figo como argumento eleitoral para a presidência do clube «merengue». Quanto à direcção do Barcelona, de quem Luís Figo diz ter esperado «até à última hora» uma contraproposta que o conservasse jogador do clube, obviamente «soçobrou» à oferta esmagadora de 12 milhões de contos feita pelo Real Madrid, apesar de públicos lamentos e insinuações depreciativas sobre Luís Figo por ter aceite a transferência, numa evidente manobra dilatória para acalmar a revolta dos adeptos catalães pela saída do seu ídolo.



Soldado morto em Timor-Leste

Um soldado neozelandês, integrando as forças de paz da ONU que se encontram em Timor-Leste foi morto com um tiro na cabeça por um grupo armado que se suspeita ser formado por milícias pró-indonésias ainda activas no território. Este grupo armado tinha sido detectado em território de Timor-Leste na zona fronteiriça de Suai e o comando da força de paz enviou uma patrulha de cinco elementos neozelandeses para averiguar a situação. Seria atacada a tiro pelo bando pró-indonésio, fardado, bem treinado e armado, assassinando o jovem neozelandês William Manning, de 24 anos, o primeiro elemento da força de paz da ONU a mor-

rer em acção em Timor Loro-sae. Sérgio Vieira de Mello, responsável pela Administração Transitória da ONU (UNTAET) já fez saber ao governo de Jacarta que é intolerável esta situação de falta de controlo e de neutralização de milícias pró-indonésias e grupos armados que continuam em actividade em território de Timor Ocidental, apesar de sucessivas promessas do novo governo do presidente Wahid em pôr cobro à situação. Xanana Gusmão, presidente do CNRT, manifestou igualmente profunda preocupação por este grave incidente, considerando que se trata de uma «ameaça real» à transição para a independência.

Governo «derrapa» nas contas públicas

Contas feitas ao primeiro semestre deste ano, verificou-se que as despesas do Estado ultrapassaram as receitas em 64,7 milhões de contos, o que é um resultado simetricamente oposto ao do ano passado

onde, no mesmo período, as receitas excediam as despesas em 98,6 milhões de contos. A responsabilidade deste descalabro é atribuída à quebra das receitas fiscais que, este ano e devido à desastrosa política

governamental em relação ao preço dos combustíveis, tiveram um apuramento muito abaixo do previsto, falando-se em 180 milhões de contos de «quebra» só no sector dos combustíveis. Os gastos previstos no Orça-

mento também «dispararam», aumentando 9% contra os 7,8% previstos. Perante a situação, o próprio ministro das Finanças, Pina Moura, saiu pela primeira vez a terceiro a minimizar a situação e pro-

metendo o reequilíbrio com a solução do costume, quer nos governos do PSD quer nos do PS: a cobertura do défice através de receitas obtidas com a alienação de património público via novas privatizações.

Crónica Internacional

• Albano Nunes

OKINAWA

Um incentivo à luta

A escolha de Okinawa para a última reunião do G7-G8 tem algo de intrigante. O governo de Tóquio e os seus parceiros "mais ricos" não podiam ignorar o risco de serem confrontados, como realmente aconteceu, com acções de protesto contra as bases militares dos EUA no Japão e contra o próprio imperialismo norte-americano. Um cordão humano de mais de 25.000 pessoas e de 17 km de comprimento, cercado a base militar de Kadena, é realmente uma poderosa acção de massas, que projecta perante o mundo uma mensagem combativa do amor à paz do povo japonês e da sua juventude.

Não, não o ignoravam, previam, e foi precisamente por isso que rodearam a "Cimeira" das mais fortes e aparatosas medidas de "segurança" de sempre. Vale a pena registar aqui algo do que a tal respeito escreveu o insuspeito "Le Monde" de 22.07, numa "caixa" muito significativamente intitulada "Uma ilha em pé de guerra". "Polícias ao longo das estradas, inspecção de carros, cães treinados na detecção de explosivos, praias fechadas, pescadores proibidos de sair para o mar: entre Naha, capital de Okinawa, e Nago, 60 km para norte, local da reunião do G -G8, a ilha está em estado de sítio. Mais de 22.000 polícias e 2.200 guarda costas embarcados numa centena de vedetas de vigilância ou também cavalgando *scooters* de

mar, foram mobilizados para uma das mais impressionantes operações policiais do pós-guerra (...) Mesmo as grandes sepulturas de pedra características de Okinawa onde se reúnem até uma vintena de pessoas para cerimónias funerárias, são visitadas pela polícia com autorização das famílias."

É verdade que no Japão não haverá muitos lugares abrigados do protesto popular contra o militarismo e a guerra. O movimento japonês contra as armas nucleares, contra as bases militares norte-americanas, contra o Tratado de Segurança Nipo-Norte-americano, pela neutralidade e contra o rearmamento do Japão – é um movimento poderoso, fortemente estruturado e organizado, realmente enraizado nas massas populares. O lançamento da bomba atómica sobre Hiroshima e Nagasaki e a tragédia provocada pelo militarismo imperialista japonês estão bem presentes na memória colectiva, aliás quotidianamente reavivada pela presença no arquipélago de numerosas bases militares norte-americanas e de mais de 40.000 homens, que frequentemente se comportam como força de ocupação. Os numerosos abusos e crimes cometidos pelos "GI" contra a população civil, mulheres sobretudo, tem suscitado grandes movimentos de indignação, protesto e luta.

Mas a escolha de Okinawa torna-se lógica e inteligível se vista sob o ângulo de uma prova de força do governo nipónico e do seu amigo americano, contra os sentimentos pacíficos do povo japonês e perante o mundo. O povo não quer as bases norte-americanas? Afirma-se com arrogância a sua continuação, mesmo quando, como precisamente em Okinawa, 90% dos votantes num referendo local se pronunciam pela sua redução e desmantelamento. O povo não quer o rearmamento do Japão e bate-se pelo estatuto de neutralidade? O PLD e o seu governo, violando frontalmente a própria Constituição, aumentam em flecha as despesas militares e advogam a intervenção de tropas japonesas no estrangeiro, em nome "direito de ingerência humanitário", claro está. O povo contesta o Tratado de Segurança Nipo-Norte-americano? O governo prorroga-o e introduz-lhe modificações visando cobrir a intervenção das forças da aliança em qualquer ponto da região Ásia-Pacífico. Como faz a NATO na outra ponta do continente euro-asiático, esse espaço decisivo para a segurança internacional e para o progresso da Humanidade.

Okinawa, 237.969 japoneses mortos na batalha de conquista pelos EUA no final da guerra. Aqui fica a reflexão sobre a sua escolha para a mais recente reunião do G7-G8. Em vésperas das celebrações do 50.º aniversário de Hiroshima e Nagasaki, um dos mais hediondos crimes que a História regista, o imperialismo, e o imperialismo japonês em particular, persiste em trilhar o perigosíssimo caminho do militarismo e da guerra. Não nos deixaremos intimidar. Continuaremos a lutar.

No Japão não haverá muitos lugares abrigados do protesto contra a guerra

Editorial

A FESTA RETRIBUI

Sublinhe-se a persistência – e o descaro – dos que, mais ou menos todos os anos mas inevitavelmente em anos de Congresso do PCP, escrevem espectaculares notícias sobre «a falta de militantes que façam trabalho voluntário e gratuito para pôr de pé a Festa do "Avante!"». A simples constatação da realidade, traduzida no facto – real, concreto, incontestável e incontestado – de a Festa ser construída todos os anos essencialmente por via do «trabalho voluntário e gratuito», deveria ser motivo de reflexão para quem lança tais atoardas. Mas não. Por um lado porque ninguém lhes paga para que reflitam, bem pelo contrário – e trabalho «voluntário e gratuito» é conceito que absolutamente desconhecem; por outro lado porque reflectir é coisa perigosa, é pecado maior e irremissível – e pode, até, conduzir a verdades que se querem bem ocultas. Por isso, é natural que, escrita e publicada a falsa notícia, considerem ter cumprido a contento a tarefa de que estavam incumbidos e passem, de imediato, à tarefa seguinte, tarefa presumivelmente voluntária mas jamais gratuita.

E, na situação concreta actual, a tarefa seguinte é a de, sobre o PCP e em torno da reunião do seu órgão supremo, repetirem tudo o

“A «Festa do Avante!» aí está: transparente, sem derrapagens nem negócios escuros.”

que disseram em anteriores congressos – sempre sem reflectirem e sempre com o objectivo de que o PCP deixe de ser o que os seus militantes querem que seja e passe a ser o que os seus adversários gostariam que fosse.

Desta vez, a notícia sobre a «Festa do "Avante!"», inovando em relação às suas congéneres de anos anteriores, «desvenda» o segredo que está por detrás dessa «falta de militantes», que é, segundo o autor da notícia, «o envelhecimento dos militantes comunistas» e a «diminuição do fluxo de novas adesões». E, dando-se ares de credibilidade, descobre e revela a sensacional notícia de que, «significativamente, o "Avante!" apela à participação de todos os militantes na "construção" da festa».

Postas as coisas nestes termos, de nada valerá lembrar a quem produz semelhante notícia que o «Avante!» todos os anos apela à participação dos militantes e amigos do Partido na construção da Festa – pelo que fazê-lo este ano não tem qualquer significado especial; nem valerá a pena recordar-lhe que os comunistas envelhecem exactamente ao mesmo ritmo do autor da notícia e de qualquer outro ser humano, isto é, um ano todos os anos – e que o que mais envelhece são as notícias produzidas sobre a «Festa do

"Avante!"» e sobre o PCP as quais, quando nascem, vêm já adornadas de longas barbas brancas; tão-pouco valerá a pena informar de que não só não há diminuição mas há aumento do «fluxo de novas adesões» ao PCP – e que, nessas adesões, a percentagem de jovens é cada vez maior. Aliás, só uma cegueira nascida do facto da não querer ver ou de qualquer outro mal da mesma família é que pode levar seja quem for a falar de «envelhecimento» dos comunistas reportando-se à «Festa do "Avante!"» - iniciativa em cuja construção os jovens têm uma decisiva intervenção (a propósito: no próximo fim-de-semana a JCP vai iniciar a construção da sua Cidade da Juventude) e onde é visível a olho nu a presença maioritária de jovens no conjunto dos muitos milhares de pessoas que, durante três dias, fazem da Atalaia um ponto preferencial de encontro.

Percebe-se o objectivo e a carga de desespero subjacentes às notícias que ciclicamente «demonstram» que, porque «a militância acabou», a Festa e o partido que a constrói estão em «declínio irreversível». Não há astrólogo ou profeta que resistam à constatação sistemática do fracasso total das suas previsões e profecias: o PCP que, segundo os videntes encartados, já não deveria existir no ano 2000, existe, cresce e afirma-se «com a sua identidade, aberto à vida e aos novos problemas», «num efectivo processo de reforço, voltado para a resolução dos problemas e para uma maior intervenção e ligação aos trabalhadores e ao povo»; e a «Festa do "Avante!"» que, por arrasto, já deveria ter desaparecido do calendário nacional, aí está: transparente, sem derrapagens financeiras nem negócios escuros; afirmando-se e impondo-se cada vez mais claramente como a maior iniciativa político-cultural e de massas a nível nacional; marcando impressivamente o calendário da luta de que ela própria é parte integrante; e constituindo um exemplo da força do trabalho colectivo e da intervenção militante sem os quais não existiria – como muito bem sabe quem quer saber, nomeadamente as direcções de todos os outros partidos políticos...

A construção da «Festa do "Avante!"» 2000 está em marcha e os seus construtores são homens, mulheres e jovens, militantes e simpatizantes do PCP, operários, empregados, intelectuais, quadros técnicos, reformados, estudantes, para os quais essa construção é mais uma etapa da sua luta de todos os dias e que sabem que, neste caso concreto, estão a construir três dias de convívio fraterno, de camaradagem e de alegria para muitos milhares de pessoas.

Nas semanas que nos separam do primeiro fim-de-semana de Setembro muitos e muitos militantes e amigos do Partido participarão nas jornadas de trabalho, alguns dando à Festa parte das suas férias. É assim, e só assim, que a Festa pode ser e é construída. Por isso só um partido como o PCP a pode construir.

No «Avante!» continuaremos a escrever: há trabalho para todos, todos os fins-de-semana. Participa. Nos dias 1, 2 e 3 de Setembro a Festa retribui.

Actual Para onde vai a saúde?

• Edgar Correia

Os artigos que Durão Barroso acaba de dar à estampa no *Diário Económico* sob o título de "Governar Portugal: saúde, mudar de modelo" evidenciam que o PSD, do mesmo modo que o PP, está a procurar explorar os insucessos da política do Governo e a apresentar-se numa postura de "alternativa" à sua governação.

Que a área escolhida tenha sido a da saúde é uma opção que facilmente se compreende.

Pois não assumiu o PS responsabilidades por esta área há quase cinco anos e António Guterres não definiu mesmo a saúde como a prioridade das prioridades do actual Governo e, textualmente, como a sua "paixão"? E não se encontra o país pior em matéria de saúde do que há nove meses?

Claro que Durão Barroso não reconhece que os principais problemas do Serviço Nacional de Saúde (SNS) são consequência da política neoliberal que foi ininterruptamente levada a cabo por ministros do PSD durante década e meia. E que as panaceias que afinal prescreve não são novas,

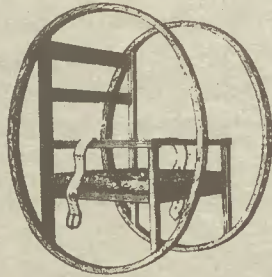
nem caminho para a cura, mas sim a principal causa dos problemas que enfrentamos.

Na verdade, a "concepção diferente" que Durão defende, em que "o Estado desempenhe um papel mais garante, mais fiscalizador e menos prestador" de cuidados de saúde e a "promoção da gestão profissionalizada e, se necessário, privada, dos hospitais públicos", foi exactamente a essência da política de saúde realizada por Cavaco Silva. Uma política que abriu a porta aos complexos processos privatizadores, à promiscuidade do sector público e do sector privado, e ao grave desaproveitamento dos recursos humanos e materiais do SNS, que actualmente (e essa é a responsabilidade do PS) ainda se mantêm.

É por outro lado revelador que o líder do PSD, ao sustentar a introdu-

ção de "uma nova legislação sobre o SNS" que "respeite a imparcialidade e a transparência na contratualização, em pé de igualdade, de todos os serviços de saúde, sejam eles públicos, privados e sociais", esteja na realidade a defender a mesma linha de fundo privatizadora - do financiamento público da prestação privada de cuidados de saúde - que está a emergir na política do actual Ministério da Saúde.

Não evidencia tudo isto, na área crucial da saúde como a nível político geral, que uma política de direita conduzida pelo PS e uma política de direita capitaneada pelo PSD e pelo PP são variantes de uma mesma política? E que uma alternativa de esquerda, que designadamente aplique e desenvolva as medidas concretizadoras do direito de todos à saúde, de defesa do carácter público e de modernização do SNS, aprovadas na legislatura anterior, não só é necessária, como possível e urgente?



Questões de cidadania

• Aurélio Santos

Do televisor, um jovem negro de olhos voluntariosos encara-nos sem disfarçar rancor: "Eles, mal nos vêem, saltam em nós. São violentos. Mas eu também sou violento." Mudamos de canal e vemos uma mulher exaltada que exige castigos, reclama medidas de força, grita "vão para a terra deles!".

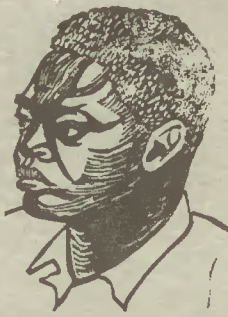
A delinquência juvenil não escolhe raça como marca de origem. Há "gangs" de jovens negros que querem afirmar-se pela violência (talvez por terem sofrido desde muito cedo a balada de José Afonso do "bairro negro/onde não há pão/não há sossego")? Mas há também "gangs" de jovens brancos, como os que assassinaram um negro no Bairro Alto. Acresce que esses jovens negros são também cidadãos portugueses, filhos já de segunda ou terceira geração de imigrantes das ex-colónias africanas, quase todos nascidos e criados no seu país português. Mas a que está reduzida e confinada a sua cidadania? Não basta que a Constituição lhes reconheça direitos. É preciso que o poder os garanta e que a sociedade os efective. A hipocrisia de um "país certo" não nos pode fazer fechar os olhos à realidade de um país, agora sim, verdadeiramente multiétnico.

E mesmo sendo imigrantes? Independentemente da sua origem, há que reter o nosso passado de país de emigração

forçada, e rever as condições em que estão a viver em Portugal, oferecidos à voracidade de uma exploração sem lei. Há também um estatuto de cidadania mundial, válida em qualquer país ou continente. Vemos todavia que na esteira da herança fascista e colonialista, já estão a ser soprados sentimentos racista que se mantêm, mesmo inconscientemente, numa mentalidade marcada pelos séculos da cultura dominante. (Agostinho Neto dizia-nos a sorrir nas reuniões do MUD Juvenil: «Por que é que vocês dizem "uma alma negra" e "pensamentos negros" e nunca uma "alma branca" e "pensamentos brancos?"»)

E atenção: outra questão vital de cidadania exige também estarmos alerta. Há os que, manipulando inquietações e alarmes naturalmente criados por estes factos, procuram armadilhar a cidadania que conquistámos com a liberdade, reduzindo-nos direitos e garantias e recuperando conceitos e processos do "Estado forte", policial, autoritário e anti-democrático.

Mas sobre cidadania muito mais haverá que dizer.



O desastre

• Anabela Fino

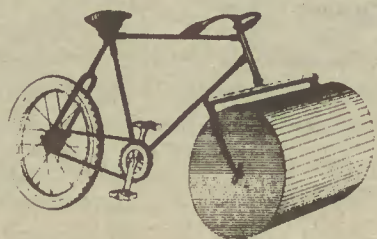
O défice nas contas públicas ascende a 293,3 milhões de contos, ou seja, aumentou mais 80,6 por cento que nos primeiros seis meses de 1999; as despesas do Estado superaram as receitas em 64,7 milhões de contos no primeiro semestre do ano: é o descalabro.

O ministro Pina Moura, da Economia, não explica; o ministro Pina Moura, das Finanças, desdramatiza. Na síntese de ambos, uma incompreensão superministerial com o pessimismo que os portugueses revelam em relação à conjuntura económica, que Pina Moura considera «excessivo», como se isto de estar endividado até ao tutano e dos aumentos salariais não cobrirem as despesas fosse coisa de somenos importância.

Influenciado talvez pelo amigo Belmiro de Azevedo, o ministro chega ao ponto de invocar o aumento da facturação de supermercados e *hipers* em favor da sua tese de que não há «retracção» no consumo.

De inflação não se fala, nem de importações, nem tão-pouco da desaceleração no investimento, factores-chave para o crescimento saudável da economia. Também ninguém explica a queda na receita fiscal, que só no que toca aos combustíveis já vai nos 60 milhões de contos; nem por onde anda a receita prevista sobre o lucro das empresas, embora já todos saibam que o esperado aumento do imposto é meramente residual; e no que toca ao imposto de selo, a explicação para a queda registada é no mínimo surrealista: «é um fenómeno», dizem.

A tesoura do corte nas despesas já entrou discretamente em funcionamento, e sem dúvida mais drásticas tesouradas estão na calha até ao final



do ano, mas o Governo prefere insistir que a economia está com um «crescimento forte, robusto, acima dos 3,0 por cento», enquanto vai garantindo que a despesa pública «está dentro dos padrões de segurança.»

Apesar de todos os dados o contrariarem, o executivo continua a insistir que o défice orçamental ficará em 1,5 por cento do Produto Interno Bruto, e avança já com estimativas ainda mais optimistas para 2001: um défice de 1,1 por cento.

Diferente é a avaliação que o PCP faz da situação. Nas contas dos comunistas, as receitas deverão ficar 400 milhões de contos abaixo do orçamentado, o que significa que será necessário cortar qualquer coisa como mais 200 milhões de contos para manter o défice.

O Governo e o ministro nem se dão ao trabalho de comentar. Numa atitude verdadeiramente autista, avançam para o abismo a admirar a paisagem. Não é para admirar. Já se sabe que quando o mar bate na rocha, quem se lixa é o mexilhão.

Frases

“Não gosto especialmente do protagonismo excessivo da família Soares. Acho família a mais para a democracia e a República.”

(Marcelo Rebelo de Sousa, *Diário Económico*, 25.7.00)

“Na América, mas também na Europa, ainda há quem não perceba que a globalização é uma via com dois sentidos.”

(Sérgio Figueiredo, *idem*)

“A GNR e a PSP acabaram por montar uma autêntica caça ao homem e apertar o cerco, que é isso que estamos a fazer aqui também, apertar o cerco aos criminosos.”

(Ministro Fernando Gomes, *Público*, 21.7.00)

“É evidente que há também aqui uma outra questão, que é a questão da legislação sobre a imigração (...) Espero que possa vir a partir daí permitir-nos apertar o cerco e manter uma rede fina de controlo sobre a imigração e de alguma forma ter mais controlo sobre esta situação.”

(*idem*, *ibidem*)

“Estão todos a brincar com o fogo - um ministro em pânico com o seu futuro político e os partidos da direita a fazer render irresponsavelmente um «peixe» com alto valor de mercado. A desintegração e a insegurança são problemas reais a que os governos deviam responder e não respondem, mas o seu tratamento demagógico só leva ao atear de chamas e à ressurreição de fantasmas que, como em França e como na Áustria, também vendem em Portugal.”

(Ana Sá Lopes, *Público*, 22.7.00)

“Depois de várias experiências, o eng. Guterres encontrou finalmente, para a Administração Interna, um ministro que não sabe nada da matéria e revela uma total incapacidade para resolver os problemas.”

(João Amaral, *Jornal de Notícias*, 24.7.00)

“No dia-a-dia, para os ricos, os pobres (pretos, brancos ou amarelos) só existem sob a forma de criminosos (ou revolucionários). Daí a velha ideia de reforçar a polícia para os manter no seu território.”

(Vasco Pulido Valente, *Diário de Notícias*, 22.7.00)

“O escândalo não está na insegurança dos bairros de lata ou de certos subúrbios, o escândalo está na insegurança das ruas da burguesia. (...) Por isso, os muito ricos se refugiam agora nos seus próprios guetos: em Madrid ou Chicago - e, pouco a pouco, até em Lisboa.”

(*idem*, *ibidem*)

“A criminalidade é, acima de tudo, problema civilizacional. Combatê-la com demagogia significa atacá-la com meios inadequados, deformá-la, aumentá-la. É isto que os políticos querem.”

(João Carreira Bom, *Diário de Notícias*, 23.7.00)



Política de segurança gera apreensão

• João Chasqueira

Nos últimos dias vários acontecimentos catapultaram a segurança interna para primeiro plano. Ao aumento da pequena criminalidade e, nalguns casos, de novas formas de organização a ela associadas, não tem o Governo respondido com uma política capaz de intervir preventiva e eficazmente no plano policial e social.

Negligência ou irresponsabilidade?

A abordagem e o enquadramento noticioso de recentes actos de criminalidade nos telejornais dos vários canais televisivos - contrapondo à prudência no julgamento da problemática da segurança interpretações dos factos (reforçadas pelo poder da imagem) cuja leitura só pode conduzir à formação de opiniões extremadas - não pode ficar aqui sem reparo.

Entre tantos outros, dois simples exemplos, aparentemente insignificantes, não deixam de caracterizar certa negligência que por vezes caracteriza esta actuação da comunicação social.

É o caso do **Jornal da Noite** da SIC de segunda-feira passada no qual um entrevistado, identificado como gerente de uma gasolinheira da Amora (Seixal), afirmava que o assaltante da véspera seria «um indivíduo provavelmente negro» (sic), o que não abona muito em relação à firmeza da sua opinião... Mas essa frase não deixou de ser transmitida!

Na mesma noite, pôde ver-se no meio de uma alvoroçada reportagem televisiva, uma «popular» irada, gritando em direcção à câmara: «Vão para a terra deles!» Fora no **Telejornal** da RTP 1, a nossa televisão pública, que deveria pautar-se por especiais cuidados nesta matéria.

Ora a irresponsabilidade deontológica com que se multiplicam nos ecrãs televisivos peças informativas de carácter muito mais grave; a impunidade com que se admite a transmissão de manchetes audiovisuais e notícias sensacionalistas que, de forma automática, associam o crime às minorias étnicas; a iconografia utilizada nessas peças, a simples escolha das objectivas, bem como a própria movimentação das câmaras em relação ao objecto investigado - tudo isto se sabe fazer parte, há muito, dos manuais da desinformação e, como tal, deveria ser contrariado por profissionais com responsabilidades de direcção.

Mas que dizer quando tais peças acabam por servir de enquadramento (e «justificação»!) para as afirmações populistas e demagógicas deste ou daquele líder partidário da direita que, por sistema, escolhem os telejornais para multiplicar artificialmente as suas declarações ao país? Será por acaso?

• MJV

A situação no País continua, pois, nesta matéria, a justificar fundadas apreensões. Os indicadores disponíveis revelam um crescimento claro de alguns crimes - furtos, roubos por esticção, tráfico de droga -, tipologia que é considerada precisamente a que gera um maior sentimento de insegurança entre as populações.

Nada que justifique em todo o caso que a situação possa ser considerada como de crise de autoridade do Estado, como a direita a pretende apresentar, para assim justificar os seus apelos a políticas autoritárias e repressivas.

É sabido que na base dos problemas estão sobretudo factores de natureza económica e social. Devidamente referenciadas estão, concretamente, as consequências das políticas neoliberais que erigem como valores absolutos o individualismo e o sucesso a qualquer preço. Os resultados estão à vista: crescentes fenómenos de exclusão, desumanização nos grandes centros urbanos (principalmente nas áreas metropolitanas), insucesso e abandono escolar, falta de perspectivas e saídas profissionais para os jovens.

Opções erradas

O problema está no entanto longe de se confinar ao domínio do social. É na política de administração e segurança interna que têm igualmente de ser encontradas explicações para as linhas de tendência que se vêm registando em matéria de criminalidade no nosso país. Vertente essen-

cial, repare-se, já que dela depende não apenas a garantia e o exercício de liberdades, direitos e garantias, como a tranquilidade pública dos cidadãos, e, bem assim, a natureza e tipo de intervenção das forças de segurança.

Ora, neste capítulo, o mínimo que se pode dizer é que o Governo não tem andado bem. E tendo como certo que o problema do combate à criminalidade não se resolve apenas com mais polícia - a

grande solução tirada da cartola quer pelo Primeiro-Ministro que pelo ministro da Administração Interna nas suas intervenções mais recentes -, sobreleva a questão da opção governativa quanto à própria política de segurança interna.

E, neste plano, o Governo tarda em passar das palavras aos actos. Algumas (poucas) medidas positivas não podem fazer esquecer que à falhada política de concentração de efectivos e de superesquadradas levada a cabo pelo PSD, já lá vão cinco anos, o Governo PS não contrapôs, como anunciou e o PCP sempre exigiu, uma política assente no conceito de polícia de proximidade.

Mais patrulhamento

«Também aqui não bastam palavras ou intenções sobre o policiamento de proximidade», como ainda recentemente no debate do Estado da Nação sublinhou o Secretário-Geral do PCP. «É

preciso concretizá-la com medidas determinantes de aumento significativo do patrulhamento, designadamente do patrulhamento apeado», frisou o dirigente comunista, para quem «não basta o aumento dos efectivos policiais sem critério visível», mas, sobretudo, «racionalizar o efectivo existente».

Carvalhas referia-se ao facto de elevado número dos profissionais da PSP e da GNR estar afecto a todo o tipo de tarefas

de natureza burocrática, que nada têm a ver com a sua formação, sendo assim afastados

daquelas que deveriam ser as suas funções, isto é, o patrulhamento.

Em termos de política de administração interna e de segurança bem se pode dizer, pois, que ao Governo tem faltado uma estratégia clara no sentido de privilegiar os factores de prevenção, avançando simultaneamente na completa desmilitarização e natureza civil das forças de segurança.

Prejudicadas estão assim as populações e os cidadãos que não vêem cumprido o seu direito constitucional à segurança e à tranquilidade. Por outras palavras, não dispõem da protecção que lhes é devida face à criminalidade.



Os problemas da (in)segurança, a direita e os pontos nos iii!...

As questões relacionadas com a segurança e/ou insegurança dos portugueses estão na praça pública, abrem os blocos informativos das televisões e das rádios e fazem a manchete dos jornais.

Em apenas mês e meio a segurança e suas envolventes foram transformadas em facto político nacional, em acontecimento mediático de primeira importância e tornaram-se preocupação dominante dos portugueses.

A direita, em geral, mergulhada na desorientação, enredada nas suas tradicionais posições populistas e demagógicas e fortemente corroída por lutas intestinas, parece ter encontrado nas delicadas questões de segurança e criminalidade a panaceia para os seus males crónicos, utilizando os sentimentos legítimos de preocupação e segurança dos cidadãos como arma de arremesso político.

Efectivamente, os seus principais dirigentes, através de conteúdos discursivos a abarrotar de contradições e intencionalidades (falta de autoridade de Estado, desautorização das forças policiais, ineficácia dos tribunais e imigração clandestina associada à criminalidade), esforçam-se por passar várias mensagens - a do reforço da autoridade do Estado; a de que não têm responsabilidade na situação presente e de que são os paladinos da segurança das populações e da luta contra a criminalidade.

Porque a memória é curta é preciso não esquecer que a direita em geral, e o PSD em particular, foi responsável pelo encerramento das esquadras de bairro e da criação das tristemente célebres "superesquadras" - de que resultou a diminuição drástica do patrulhamento, afastamento da polícia dos cidadãos e desarticulação do dispositivo policial. Acresce ainda a perseguição a direitos associativos e permanente fuga ao diálogo com as Associações, contribuindo para a instabilidade e mal-estar entre os agentes policiais.

O CDS/PP tenta confundir os cidadãos e agentes das forças policiais com uma torrente de propostas ocas e sem qualquer sustentação, como forma de tentar descartar-se daquilo que são as suas próprias responsabilidades, tanto na situação de insegurança que ajudou a criar como na viabilização dum orçamento restritivo para as Forças de Segurança, matando à nascença a atribuição dos subsídios de turno e de piquete que, de forma demagógica, o seu líder vem agora agitar.

O problema da segurança dos cidadãos, pela sua complexidade e delicadeza, exige uma abordagem honesta, séria e responsável. Não é com jogadas habilidosas e o empolamento dos factores geradores de insegurança, amplificados por uma comunicação social sempre à babugem do imediato e sensacionalista, e que têm reflexos negativos nas atitudes, comportamentos individuais e sociais e que são condicionantes duma vida normal das populações, que estes problemas se resolvem de forma satisfatória.

A direita em geral não conseguiu evitar a "tentação" de armar o granel numa área tão delicada do aparelho de Estado, sabendo que a confusão e a instabilidade e um sentimento de insegurança generalizado serve às mil maravilhas para favorecer a receita à portuguesa de Le Pen duma "guerra santa" contra os imigrantes e justificar medidas crescentemente repressivas e antidemocráticas.

Também a atitude pública do Director Nacional do PSP perante as câmaras de televisão, fazendo insinuações veladas ao poder judicial e sacudindo a água do capote, face à gravidade que a situação assume não sossega os cidadãos e não dignifica a Polícia.

É verdade que está criada uma situação de insegurança generalizada. E as responsabilidades pertencem ao PS e ao seu Governo, por um lado motivadas pela sua desastrosa política económica e social e, por outro, pelas indecisões, omissões e atropelos graves na implementação no terreno duma verdadeira polícia de proximidade integrada, articulada e de visibilidade, na legalização dos imigrantes, na democratização e civilização das forças de segurança, na formação e dignificação dos agentes policiais.

Aspectos e insuficiências que urge corrigir, rectificar e ultrapassar para bem dos direitos e liberdade dos cidadãos, da democracia e do país.

A direita usou e abusou dos sentimentos genuínos e legítimos de mais segurança dos portugueses.

A direita portuguesa continua igual a si própria: demagógica, falaciosa, reaccionária e irresponsável...

• JM



Uma Polícia de proximidade passa pelo aumento do patrulhamento

Governo muda de discurso face à pressão dos acontecimentos

Do autismo à desorientação

De um momento para o outro o assunto ganhou honras de primeira página: ocupou manchetes e abriu telejornais. Por ser novidade? Não. Desde há algum tempo que eram evidentes os sinais de que, em matéria de segurança dos cidadãos, algo estaria a mudar. Para pior.

E já não era só uma questão de aumento da pequena criminalidade. Percebia-se que algo de qualitativamente novo estava a acontecer. As acções protagonizadas por grupos de jovens tomavam-se mais audazes, violentas e organizadas. Disso se fizeram eco os órgãos de comunicação social. Só o Governo, no seu discurso autista, parecia não querer ver. E, de um dia para o outro, faz hoje uma semana, o País parece que acordou inseguro. O relato dos acontecimentos como que desmentia a

imagem de brandos costumes. Factos assim, reais - supunham alguns -, só mesmo lá, longe... Por cá, só em cinema.

Puro engano. A verdade é que nem mesmo os métodos utilizados no caso da CREL são novos. Histórias idênticas de há muito eram conhecidos. A grande e substancial diferença residiu mesmo nas vítimas, entre as quais se incluía, desta feita, uma conhecida actriz. E foi o dramático relato de Lídia Franco que mediatizou este caso, como nenhum outro. A

generalidade dos cidadãos reviu-se nele e pensou: aquilo bem poderia ter sido comigo.

«caça ao homem» e «apertar o cerco aos criminosos». Anunciou mais polícias nas ruas.

E o impacto foi de tal ordem que o Governo se viu obrigado, num golpe de rins, a mudar radicalmente de discurso. Só que o fez de modo incoerente e caótico, não escondendo a desorientação em que caiu. Fernando Gomes, esse, nas várias declarações que proferiu, foi quase patético. Passou a reconhecer, num ápice, que «há um sentimento de insegurança muito forte e compreensível». Falou de «um novo tipo de criminalidade organizada». Prometeu a

O ministro revelou-se incapaz de avaliar com objectividade as razões que concorrem para o aumento da criminalidade

Pressionado pelos acontecimentos, revelou-se incapaz de ir à raiz do problema, perceber as suas causas, avaliar com objectividade as razões que concorrem para o crescimento do fenómeno. E quanto a medidas, essas, é melhor nem falar. Ficou-se pelo habitual paleio, em que

é exímio, devidamente testado e utilizado sempre que é necessário tranquilizar emoções sobressaltadas. Respostas estruturais e consistentes, essas, ninguém as ouviu.

Os números da insegurança

No nosso país tem-se verificado um aumento assinalável de alguns dos tipos de crimes que maior insegurança geram nas populações. Os dados, a esse respeito, não deixam margem para dúvidas. A insistência do PCP, no âmbito do mais recente Relatório da Segurança Interna, foram conhecidos alguns desses números.

Os furtos e os roubos por esticção, por exemplo, aumentaram 23,94 por cento, enquanto o tráfico de droga registou um acréscimo de 15,7 por cento. Os furtos em veículos motoriza-

dos, por sua vez, cresceram 10,68 por cento, sendo também de subida a percentagem de furtos por carteiristas, cifrando-se neste caso nos 9,9 por cento. A acção dos larápios não escaparam também os supermercados, com os roubos a elevar-se 16,22 por cento. Mas foi na via pública que os roubos dispararam de forma mais acentuada, registando um crescimento de 39,84 por cento. Tudo isto sem contabilizar os casos de assaltos a bombas de gasolina e de violência e roubo em comboios e hipermercados.



A desumanização dos grandes centros urbanos também gera insegurança

Carlos Carvalho Segurança é indissociável de justiça social

«O caldo de cultura da insegurança social e da criminalidade» tem as suas raízes no agravamento dos problemas sociais e na ausência de resposta a «problemas básicos e estruturais do povo e do País». As palavras são do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalho.

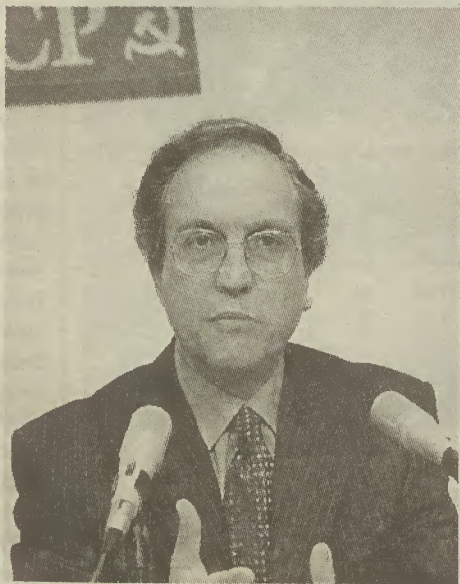
Numa declaração proferida em conferência de imprensa, faz hoje oito dias, o dirigente comunista apontou o dedo ao Governo, sublinhando que «tem havido falta de determinação política, de meios e de formação adequada para o combate ao crime organizado e violento e ao tráfico de droga».

Para Carvalho resulta claro que estes factos comprovam, por um lado, o «renovado fracasso da aposta no prosseguimento de uma política de direita nas questões decisivas», e, por outro lado, que uma política de segurança verdadeiramente democrática «é indissociável de uma política de desenvolvimento com efectiva justiça social».

Falar de uma política de segurança, ainda do seu ponto de vista, que reiteraria nesse mesmo dia à noite em declarações à SIC, implica falar de melhor qualidade de vida, da legalização dos imigrantes e da integração das minorias

étnicas, da criação de perspectivas e saídas profissionais para a juventude, lembrando a este respeito que a descida da idade da delinquência é prova disso.

Carlos Carvalho, que exigiu a actuação imediata



do Governo no plano social e policial, considerou também que uma adequada política nesta matéria não pode deixar actuar na prevenção da toxicoddependência e do combate resolutivo ao crime organizado.

Questão central, para o PCP, é também a disponi-

bilização dos efectivos das forças de segurança para missões de patrulhamento e sua desmilitarização (no caso da GNR), retirando os agentes de funções burocráticas e administrativas.

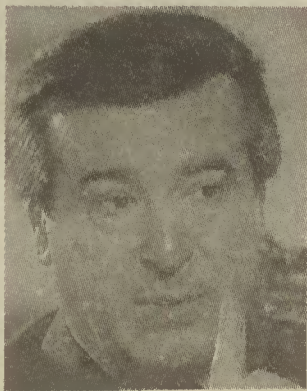
Numa crítica incisiva aos partidos de direita, o Secretário-Geral do PCP chamou a atenção para o facto de o PSD não poder «lavar as mãos como pilatos», já que foi ele o responsável pela política das superesquadras. Quanto ao CDS/PP, recordou, foi ele que viabilizou o Orçamento do Estado, sendo, por isso, co-responsável pelo orçamento da Administração Interna e pela consequente falta de meios que agora diz criticar.

E neste quadro, mais uma vez, cabe ao PCP assumir a diferença. Entre os seus contributos nesta matéria contam-se, por exemplo, o projecto de

Grandes Opções de Segurança Interna, a criação dos Conselhos Municipais de Segurança, bem como outras iniciativas legislativas tendentes ao reforço da democratização das forças de segurança e ao alargamento de direitos dos seus profissionais.

Governo, que acabam directa ou indirectamente por fazer o jogo dos sectores mais retrógrados.

Em declarações ao «Avante!», António Filipe não escondeu também a sua indignação pelas palavras de Fernando Gomes, lembrando que «a criminalidade não tem cor, raça, nacionalidade ou origem étnica». Para o deputado do PCP, «pretender fazer dos imigrantes o "bode expiatório" dos problemas sociais que afectam o conjunto da sociedade portuguesa é a atitude das forças políticas mais reacçãoárias que por essa Europa fora são responsáveis pelo exacerbar de tensões racistas e xenófobas». Uma atitude, observou, que «tem de merecer, em Portugal, o mais vivo repúdio e um firme combate».



Mas as declarações do ministro associando as leis sobre imigração ao combate à criminalidade, ainda segundo António Filipe, são tanto mais graves quanto é sabido que surgem no preciso momento «em que o Governo PS se prepara para fazer aprovar legislação fortemente lesiva dos direitos dos imigrantes com o apoio da extrema-direita parlamentar».

PS contra os direitos dos imigrantes • António Filipe

A Assembleia da República acaba de aprovar, por acordo entre o PS e o CDS-PP, a concessão de uma autorização legislativa ao Governo para alterar a legislação relativa à entrada, saída, permanência e expulsão de estrangeiros do território nacional, mais conhecida por «lei de estrangeiros». Com esta autorização, fica viabilizada a criação de uma nova categoria de imigrantes: em vez de cidadãos com direito a residir no território onde trabalham, muitos imigrantes passarão a ser apenas autorizados a «permanecer» em Portugal para trabalhar pelo prazo do respectivo contrato, que não pode ir além de 5 anos, findo o qual são

legalização da situação destes trabalhadores e, consequentemente das suas famílias.

Para além disso, é evidente que estão criadas condições objectivas para que a imigração para Portugal continue a crescer nos próximos anos. Condições nos países de origem, em que a falta de condições mínimas de subsistência obriga a procurar trabalho além-fronteiras, como aconteceu no passado a centenas de milhares de portugueses. Condições em Portugal, onde continua a haver no mercado de trabalho um largo espaço para a força de trabalho de imigrantes. Nestas condições, não há outra solução digna que não seja a adopção de uma lei de estrangeiros

menos restritiva, que permita o acesso de trabalhadores estrangeiros a Portugal, em condições de legalidade, e que os autorize a residir no nosso país com todos os direitos inerentes à condição de residentes.

Trabalhadores descartáveis

No entanto, não é isso que o Governo e o patronato pretendem. Perante a insustentabilidade da actual lei de estrangeiros, o acordo entre o PS e o CDS-PP aponta para que aos



expulsos para o país de origem. Trata-se, como bem se vê, de um novo e grave passo na negação de direitos fundamentais dos cidadãos estrangeiros, viabilizado pelo acordo entre o PS e o CDS-PP, tendo o patronato como intermediário e real inspirador.

A necessidade de alterar a lei de estrangeiros não oferece dúvidas a ninguém. Aliás, o PCP, no seu programa eleitoral, comprometeu-se a apresentar um projecto de revisão desta mesma lei, num sentido menos restritivo, menos arbitrário e mais respeitador de direitos humanos fundamentais. Foi o Governo que sempre se opôs a tal possibilidade, considerando, até há bem pouco tempo, que a lei de estrangeiros em vigor, aprovada há apenas dois anos, servia perfeitamente. Quando é o próprio Governo a reconhecer a necessidade de alterar em profundidade a lei de estrangeiros que ele próprio aprovou, é o rotundo fracasso da sua política de imigração que fica à vista de todos.

A situação que hoje se vive em Portugal em matéria de estrangeiros é insustentável. Muitos milhares de trabalhadores estrangeiros permanecem em Portugal em situação ilegal, a ter de trabalhar em condições de exploração inimagináveis, devido à chantagem que recai sobre a sua situação ilegal. Manter este estado de coisas, em que pessoas que estão em Portugal, a trabalhar para o desenvolvimento nacional, não são reconhecidos como cidadãos e trabalhadores, sendo forçados a viver na ilegalidade, é uma vergonha nacional a que urge pôr cobro. E não há solução para este problema que não passe pela

trabalhadores estrangeiros, em vez de ser concedida uma autorização de residência, seja apenas atribuída uma autorização de permanência temporária que, na prática, confere apenas o direito a trabalhar, pelo prazo do respectivo contrato. Findo esse prazo, que nunca poderá exceder cinco anos, o trabalhador é inapelavelmente posto fora do país, como se fosse um produto descartável. Se uma solução como esta já é inadmissível para os trabalhadores estrangeiros que venham a demandar o nosso país, é absolutamente inqualificável para os que já vivem entre nós e aqui trabalham em situação ilegal. Em vez de propiciar a sua legalização, o Governo pretende vir a oferecer-lhes como única saída, a famigerada autorização de permanência, colocando-os assim entre a espada e a parede: ou se mantém na ilegalidade, continuando sujeitos às arbitrariedades do patronato menos escrupuloso, ou obtém a autorização de permanência, ficando assim com a certeza de que serão praticamente expulsos do país dentro de alguns anos. Como se costuma dizer, «venha o diabo e escolha».

Sintomático da postura do Governo PS neste processo foi a sua recusa em considerar propostas, vindas designadamente do PCP, mas também do movimento sindical e das associações de imigrantes, para rever a sua posição quanto à autorização de permanência. Em vez de aceitar um diálogo à esquerda, que poderia possibilitar um real progresso em matéria de política de imigração, o PS preferiu aliar-se ao CDS-PP para restringir os direitos dos imigrantes.

As inqualificáveis palavras do ministro

«Uma atitude inqualificável e imprópria de um ministro de um país democrático», assim classificou o deputado comunista António Filipe as declarações de Fernando Gomes proferidas hoje oito dias a propósito dos assaltos a postos de combustível levados a cabo por um grupo de jovens delinquentes, nessa madrugada, na CREL.

Instado a comentar o sucedido aos microfones de uma rádio, logo pela manhã, num discurso atabalhoado, em que foi patente a desorientação e a incapacidade em definir uma linha de actuação, o ministro da Administração Interna resolveu a dado passo, inteiramente a despropósito, fazer uma referência à urgente necessidade de proceder à aprovação das leis sobre imigração.

Tais palavras, independentemente da intencionalidade, não podem deixar de ser interpretadas como uma forma - mais ou menos ínvia, pouco importa - de associar o aumento da criminalidade que se tem verificado à presença de comunidades imigrantes em Portugal. Palavras perigosas e irresponsáveis, na boca de um membro do

Santa Casa

Finalmente o Governo enviou ao Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores um projecto de decreto-lei sobre a revisão de carreiras do pessoal da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. O documento chegou depois de um pré-aviso de greve e levou os trabalhadores a suspenderem uma concentração marcada para a passada sexta-feira. No final de 1998 foram revalorizadas as carreiras da Administração Pública, mas ficou desde então por publicar o diploma que alarga a revalorização às carreiras atípicas (do regime especial).

Desporto

Uma greve de 12 horas foi convocada pelo STML/CGTP para anteontem, no Departamento de Desporto da Câmara Municipal de Lisboa. O sindicato, na sequência de um plenário de trabalhadores, convocou uma concentração no mesmo dia, junto à Assembleia Municipal, para contestar a criação da empresa municipal «Lisboa Desporto». O plenário de dia 20, no Pavilhão Carlos Lopes, teve a participação de mais de uma centena de trabalhadores e criticou, como efeitos daquela decisão, o desmantelamento da estrutura de serviços actual, «com provas dadas», e a ameaça aos direitos dos trabalhadores (na maioria das empresas municipais já criadas, mais de metade do pessoal tem contratos a termo). As acções de dia 25 foram aprovadas por todos os trabalhadores que compareceram no plenário.

Lanalgo

O que fará correr a 3.ª Repartição de Finanças, interroga a direcção do CESP/CGTP, num comunicado em que relata «situações, no mínimo, caricatas» e acusa a repartição de, «após ter procedido à venda, por 90 mil contos, do edifício-sede da Lanalgo, deseja a todo o custo... fazer entrega do mesmo ao comprador Tayama», o único que, «mesmo sem publicação obrigatória do anúncio, "generosamente" apareceu». O edifício, recorda o sindicato, foi avaliado em mais de um milhão de contos e foi à praça por 800 mil, mas a sua venda acabou por nem cobrir a dívida de 277 mil contos. Mais recentemente, a 3.ª Repartição «socorreu-se de títulos oficiais emanados judicialmente e violou fechaduras das portas da sede, mesmo com a indicação escrita de que as mesmas estão à guarda da liquidatária judicial, por decisão do Tribunal». Ao sindicato, «tanto zelo dá que pensar».

FSTIEP exige que o Governo pare «para pensar» em vez de dar «outro salto no escuro»

Evitar a 4.ª fase na EDP

Até um secretário de Estado já reconhece os perigos do desinvestimento, reparou a estrutura sectorial da CGTP, que tem conduzido a luta contra a privatização.

O Governo publicou, a 15 de Julho, o decreto-lei que aponta para final de Outubro a concretização da quarta fase da privatização da EDP, com perda da maioria pública no capital social. Reagindo a esta publicação (em contraponto aos grandes investidores, «muito preocupados com o facto de ali ser prevista uma "golden-share"»), a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas emitiu segunda-feira uma nota em que salienta que «aos trabalhadores, no entanto, o que mais preocupa é o facto de o Governo do PS repetir o salto no escuro», uma vez que «esta decisão de vender mais uma fatia da EDP, tal como todas as anteriores, é tomada sem qualquer fundamentação, económica ou técnica, que tenha a ver com os interesses do País, dos consumidores e dos trabalhadores».

A FSTIEP considera que esta é uma errada opção política e exige que o Governo recue na sua decisão. «Antes de dar mais este passo determinante para a entrega do sector eléctrico nacional ao capital privado, é necessário fazer uma reflexão profunda e ampla sobre as consequências da política de privatização, que desde 1988 tem ditado as orientações seguidas na EDP», reclama a federação.

Na nota de imprensa declara-se que «a FSTIEP, os sindicatos e os trabalhadores da EDP vão responder a mais este ataque», batendo-se por «uma EDP que esteja mais preocupada com os níveis de satisfação das necessidades dos consumidores e do País, do que com a cotação das acções na Bolsa». «Oportunamente» vão ter lugar, a nível nacional, iniciativas que envolvem trabalhadores, consumidores e todos os que se opõem ao prosseguimento da privatização da EDP.

«A privatização conduz à degradação da qualidade do serviço»

Mais claro com o «apagão»

No dia 9 de Maio, quando uma importante fatia do território nacional esteve privada de energia eléctrica durante horas, «ficou mais claro aquilo para que a FSTIEP vinha a alertar desde há anos: a privatização conduz à degradação da qualidade do serviço».

A federação recorda que «muitos portugueses já conheciam na pele as consequências do encerramento de postos de atendimento da EDP ou da concentração dos piquetes», e o «apagão» «veio mostrar os graves perigos da falta de investimento na manutenção da rede eléctrica e veio alargar a oposição à política de privatização».

Nessa ocasião, recorda-se



Os efeitos são da política, mas quiseram culpar as cegonhas pelo «apagão» de Maio

na nota, a estrutura do PS na empresa acompanhou a posição da FSTIEP e as críticas ao Governo. No início de Junho, Lino de Carvalho, deputado do PCP, afirmou no plenário da AR que a razão fundamental do corte de energia «reside centralmente na progressiva degradação da gestão da rede eléctrica e no desinvestimento em equipamentos e conservação da rede e dos serviços (a favor de mais que discutíveis investimentos em outros segmentos de negócio e em mercados não prioritários), em resultado do processo de privatização e desmembramento de uma empresa que presta um serviço público estratégico».

No «Expresso» de sábado passado, o secretário de Estado Acácio Barreiros veio dizer que «o "apagão" deveu-se a desinvestimento» e reconhecer que «nesta fase de privatização da EDP, ao não se aprovar um regulamento com exigência, está-se a permitir desinvestimentos futuros em termos de qualidade, até ano nível que existia há 20 anos».

Contudo, lamenta a FSTIEP, «em vez de parar e reflectir, o Governo decreta mais uma venda de acções» e, «ao mesmo tempo, a EDP vai encerrando postos de atendimento, sobretudo nas regiões do Norte e Centro, afastando a empresa dos consumidores».

O Estado dos Negócios

Foi pedido ao Presidente da República que não promulgue o diploma que reorganiza, sob a forma empresarial, a gestão da carteira de títulos e do património imobiliário do Estado, através da criação da Párpública.

O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, que tomou a iniciativa, apresentou a Jorge Sampaio três motivos: o diploma, aprovado há um mês, não foi sujeito à apreciação das estruturas sindicais, nos termos da lei; através de sociedades anónimas de capitais públicos, cria o Estado-empresa, introduz o factor risco e define o lucro como objectivos dos serviços públicos; institucionaliza, como regra na Função Pública, o contrato individual de trabalho e o acesso de jovens à procura de primeiro emprego.

Mas, além do mais, esta é «uma nova tentativa de transferir as atribuições da Direcção-Geral do Património para

o sector empresarial do Estado, contrariando o que dispõe a Constituição sobre os bens de domínio público», refere uma nota de imprensa do STFPSA/CGTP.

O sindicato vê com preocupação a persistência do Governo em desmembrar a DGP. Já há um ano, o executivo tinha ensaiado a criação de um instituto público, sob a forma empresarial, para fazer a gestão dos bens do Estado, mas não obteve promulgação.

No entanto, mesmo sem ser uma empresa, aquele organismo «faz as suas vezes, através da utilização dos seus meios para os negócios dos bens públicos leiloados».

Em relação às empresas públicas ou de capitais públicos, e aos organismos e serviços públicos transformados em institutos sob a forma empresarial, o Orçamento do Estado funciona ainda como «avalista», diz o sindicato, denunciando que, com este suporte para o pagamento de

encargos, os responsáveis pelas dívidas daquelas entidades «parece serem invisíveis».

O que se vê, conclui o STFPSA, são os efeitos desta política «na vida dos trabalhadores dessas instituições e no bem-estar das populações», uma vez que, «a cada dia que passa, a manta do Orçamento dá para tapar menos buracos e o interesse público fica para as calendas gregas e aumenta o número de pessoas que vivem abaixo do nível de pobreza».

O INAC por exemplo

O Instituto Nacional de Aviação Civil, que veio substituir a anterior Direcção-Geral, foi apontado na semana passada como um exemplo de «situações ilegais, anómalas e imorais», para que a tutela tem sido alertada em vão. «Contrariando tudo o

que o Governo tem vindo a anunciar para disciplinar e moralizar a admissão de novos funcionários para os institutos públicos, o Conselho de Administração do INAC continua a sua campanha de ajudar os amigos a arranjar bons empregos, à custa do erário público».

«O máximo de desfaçatez e falta de pudor», denuncia uma nota de 20 de Julho, foi atingido com a admissão do engenheiro Pedro Reis. O sindicato acusa-o de ter aproveitado o facto de ser director-geral em 1997, para passar aos quadros da ex-DCAC; depois de terminar uma comissão de serviço no exterior, e a 5 meses de completar 70 anos (limite para desempenho de funções), foi admitido para o nível máximo das carreiras do INAC, com um vencimento que mais que duplica o correspondente à categoria atribuída quando da transição da direcção-geral para instituto público.

Freitas & Brito

Sem salários desde Maio, os trabalhadores da Freitas & Brito (de cuja gerência faz parte a proprietária do Coliseu de Lisboa, Maria Ricardo Covões) mantêm-se no seu local de trabalho «com grandes dificuldades, mas assumindo com grande dignidade e sacrifício a defesa do seu posto de trabalho e dos seus legítimos direitos», informou o Sindicato das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa. Numa nota que distribuiu na semana passada, o sindicato acusa a empresa de não pagar salários para levar os trabalhadores a rescindirem os contratos, furtando-se assim os patrões aos custos de promover o despedimento colectivo ou o encerramento da empresa e, ao mesmo tempo, ficando com as mãos livres para, «quem sabe», substituir o pessoal efectivo por trabalhadores com vínculo precário.

Navil

Não receberam o salário de Junho os 150 trabalhadores da Naves, Indústria e Construções Metálicas, empresa da Zona Industrial da Corriça, no sítio do Muro (Trofa). Os trabalhadores que foram de férias também não receberam o respectivo subsídio. A denúncia foi feita pelo Sindicato dos Metalúrgicos do Norte, que convocou a comunicação social para a passada quinta-feira, frente às instalações da Navil. «Os trabalhadores temem o pior e o que se fala nos corredores é que a administração se prepara para encerrar a empresa, sem qualquer razão aparente», diz o sindicato.

Naufrágio

Com preocupação e repúdio, o Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Norte reagiu domingo ao naufrágio do navio Orca2, que vitimou portugueses. «Tanto este sindicato, como a Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca, temos vindo a alertar para aquilo que consideramos criminoso, que é a utilização das "bandeiras de conveniência", em que, na maioria dos casos, os pescadores embarcam nesses navios sem quaisquer documentos profissionais, Segurança Social, seguros ou quaisquer garantias de segurança e vínculo laboral», afirma o dirigente sindical António Macedo, notando que tal sucede «sem que o Governo português e instâncias europeias e internacionais tomem medidas de combate». Manifestando pesar, o sindicato exige urgente apoio às vítimas e familiares desta tragédia, independentemente do vínculo ou situação laboral dos trabalhadores.

Professores aposentados

Um plenário nacional de professores aposentados está convocado para amanhã, na sede da Fenprof. Após a última concentração de professores, uma delegação da federação foi recebida no gabinete do primeiro-ministro, onde obteve novas garantias quanto ao pagamento, ainda em Julho, da actualização das pensões ao abrigo da Lei 39/99, de Maio do ano passado. No plenário de amanhã, os docentes aposentados vão analisar a situação e decidir, caso se justifique, formas de acção.

Unicer persiste

Já foi multada em cem mil contos, por desrespeitar a lei da concorrência, mas a Unicer persiste em violar também a lei sindical, denuncia a Fesaht/CGTP, numa nota emitida sexta-feira, depois de uma semana em que a administração «proibiu arrogantemente a realização de plenários de trabalhadores, convocados pela comissão intersindical da empresa, legalmente constituída». A federação expressa particular indignação face ao comportamento do representante da Unicer na reunião realizada dia 20, com inspectores da ICT e dirigentes sindicais, onde o «sr. Pinho» teve uma atitude «de desrespeito absoluto das mais elementares regras de vivência em sociedade». «Os trabalhadores e os seus sindicatos vão continuar a lutar para verem os seus direitos reconhecidos, para isso vão convocar novos plenários», afirma a Fesaht.

Resistir na Efacec

A intenção de despedir cerca de um terço dos cerca de 60 trabalhadores da Efacec Bombas e Ventiladores, na Póvoa de Varzim, foi repudiada dia 20, em plenário. Uma moção ali aprovada e divulgada pelo STIEN/CGTP afirma a intenção de recorrer a formas de luta para defender os postos de trabalho e mandata as estruturas representativas para negociarem com a empresa alternativas que evitem a redução dos postos de trabalho. Na moção é reafirmada a exigência de que trabalhadores que eventualmente venham a ser abrangidos por tal medida sejam integrados noutras empresas do grupo Efacec (o que até está previsto numa comunicação interna de 1990). O corte de pessoal foi comunicado à CT da Efacec/Póvoa no dia 14. Logo de seguida, a empresa começou a chamar trabalhadores da produção, propondo indemnizações abaixo dos valores mínimos legais e ameaçando com despedimento colectivo os que não aceitassem.

Há quem tenha hoje com o crédito à habitação encargos que só seriam atingidos no ano de 2007, alertou a União dos Sindicatos de Lisboa.

As recentes e sucessivas subidas das taxas de juro dos empréstimos para crédito à habitação vieram agravar ainda mais o peso deste encargo nos orçamentos das famílias e têm reflexos na degradação do poder de compra dos salários.

A União dos Sindicatos de Lisboa divulgou, no dia 20, resultados de um estudo da CGTP sobre este problema, mostrando que, entre Janeiro de 1999 e Junho de 2000, as prestações do crédito aumentaram a um ritmo muito mais acelerado que os

salários: de 8,7 por cento, para empréstimos a 10 anos, até 21,9 por cento, para empréstimos a 30 anos. «Neste momento existem trabalhadores a suportar uma mensalidade que uma simulação realizada em Setembro de 1999, para um empréstimo a 25 anos, previa que só tivessem de o fazer no ano de 2007», diz a USL, no documento que distribuiu aos jornalistas na baixa lisboeta.

O Governo, em vez de tomar medidas para minimizar as consequências dos aumentos, «acabou por penalizar ainda mais os rendimentos dos trabalhadores, nomeadamente os jovens, ao reduzir a taxa de bonificação, no crédito à habitação, de 6,5 para 5,5 por cento», critica a USL, que endereçou o protesto a António Guterres: «Depois de publicamente ter expresso a sua discordância face ao último aumento das taxas de juro, decretado pelo Banco Central Europeu, não se compreende e muito menos se justifica que o primeiro-ministro ainda não tenha revogado a Portaria 12/2000, de 14 de Janeiro, de forma a repor, no mínimo, a taxa de bonificação nos 6,5 por cento».

Para a estrutura distrital da CGTP, «os sucessivos encargos com a habitação não podem constituir um pesadelo para o quotidiano das famílias portuguesas». Se o Governo não actuar, previne a USL, uma nova subida das taxas de juro, em meio por cento, até final do ano, a confirmar-se, irá provocar subidas de 2 a 6 por cento nas mensalidades.

Menos poder de compra

Aos maiores encargos com habitação soma-se a injustiça fiscal (os pagadores de impostos continuam a ser sobretudo os trabalhadores por conta de outrem).

Nova subida dos juros terá reflexos ainda mais graves

O poder de compra de quem vive do salário é «comido», ainda, por uma subida da inflação que é, pelo

terceiro ano consecutivo, significativamente superior ao previsto e publicitado pelo Governo. Devido ao bloqueamento da contratação colectiva por parte de algumas associações patronais, há ainda milhares de trabalhadores que não viram os seus salários deste ano actualizados (caso das indústrias gráficas).

Reclamando a alteração da política económica, para «uma justa distribuição da riqueza», a USL exige a elevação significativa dos salários, com aumentos intercalares para repor o poder de compra perdido, bem como a reposição da taxa de bonificação em 6,5 por cento, o desenvolvimento da habitação a preços sociais, o controlo que previna a especulação imobiliária e as subidas sucessivas dos juros.



Cada vez pesam mais os encargos com a habitação (foto de arquivo)

Câmara quer calar excedentários da MP Roldão

Pela segunda vez, a Câmara Municipal da Marinha Grande mandou retirar as faixas colocadas pelos excedentários da Manuel Pereira Roldão, denunciou na semana passada o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira.

As faixas, lembra o sindicato, fazem parte de uma campanha de divulgação da situação daqueles trabalhadores, lançada há um mês, face ao incumprimento dos compromissos assumidos pelo Governo. «Aos trabalha-

dores com mais de 55 anos foi prometida, pelo Governo, a reforma antecipada, sem quaisquer penalizações», pelo que não foram considerados nas diligências para colocação noutros empregos. «Hoje, passados mais de quatro anos sobre as promessas do Governo e cerca de dois anos a ser-lhes atribuído o subsídio de desemprego, já ninguém se preocupa com eles», protesta o STIV/CGTP, alertando que, «a breve prazo, uns irão para a reforma, com prejuízos irrepará-

veis por estarem todo este tempo sem actualizações», enquanto outros «terão que viver com o subsídio social de desemprego» ou nem a este terão acesso.

É neste contexto que a CM «tenta calar o grito de socorro dos trabalhadores» e, «numa atitude de arrogância e prepotência, afirma que, se voltarem a ser colocadas, voltarão a ser retiradas, invocando o argumento de que «a rua não é para fazer política»», relata a direcção do sindicato. No comunicado, também

subscrito em nome dos trabalhadores excedentários da MP Roldão, garante-se que estes «não vão abandonar a luta por causa da Câmara os ter abandonado» e que «as faixas voltarão a ser colocadas tantas vezes quantas forem retiradas, até que o Governo PS cumpra os compromissos assumidos».

Para o sindicato, a CM da Marinha Grande tomou esta atitude «porque tem vindo a apregoar que o problema dos trabalhadores da Manuel Pereira Roldão já está resol-

vido e que foi ela que o resolveu». Mas, salienta o STIV, «se a Câmara esteve envolvida no processo, foi porque a luta dos trabalhadores atingiu tal dimensão, que não lhe restou outra alternativa, senão o acompanhamento da situação. Porém, não foi a Câmara que resolveu nenhum problema dos trabalhadores. E se contribuiu para algumas soluções, as decisões foram sempre tomadas responsável e solidariamente por todas as forças políticas do concelho».

SEP defende o dobro das vagas

Aumentar em 16 por cento as vagas de acesso ao ensino superior de Enfermagem, como anunciou recentemente o Ministério da Educação, é uma medida «manifestamente insuficiente» para o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, dado o actual estado de «extrema carência».

Em conferência de imprensa dada dia 20, o SEP lembrou que esta situação «tem sido, por diversas vezes, reconhecida em documentos da responsabilidade do Ministério da Saúde e do Governo». Um exemplo, abundantemente citado no

documento que o sindicato distribuiu aos jornalistas, foi o programa operacional «Saúde XXI», que fora oficialmente publicitado na semana anterior.

Daqui o SEP recolheu indicadores de saúde que mostram graves atrasos de Portugal relativamente aos demais países da União Europeia e elevadas assimetrias regionais dentro do País. Também ali se lê que «continuam a verificar-se carências em determinadas profissões, designadamente na Enfermagem, com 3,2 enfermeiros por mil habitantes, colocando o

País afastado dos seus parceiros europeus, quando comparado com a França (5,7), Dinamarca (6,7) e Finlândia (11,3), o que revela um défice muito acentuado destes profissionais».

Sublinhando que «não é possível pretender ter um sistema de saúde eficaz, com o actual estado de carência», o SEP cita ainda uma previsão do Ministério da Saúde. Feita em Dezembro de 1998, apenas previa o preenchimento dos lugares vagos nos quadros de pessoal. Feitas assim as contas (aquém das reais necessidades), o défice de

enfermeiros situava-se entre 9 578, no ano de 1999, e 12 345, no ano de 2005. Mas, contrapõe o sindicato, «para atingirmos o nível francês, faltariam 23 574 enfermeiros, já para não falar no nível da Finlândia, em que nos faltariam 79 754 enfermeiros».

Plano Emergente

É neste contexto que o SEP dirige uma especial crítica ao aumento de apenas 267 vagas de acesso no ensino superior público de Enfermagem.

O SEP reclama um Plano Emergente de Formação de mais enfermeiros, a concretizar já no ano lectivo de 2000-2001, com a abertura de um novo curso e passando pela duplicação do actual número de vagas. Exige ainda a dotação de mais recursos para as escolas superiores de Enfermagem. Para sensibilização da população e exigência junto do Governo, o sindicato vai desenvolver acções de luta, a primeira das quais teve lugar segunda-feira, com a distribuição de informação em vários pontos da cidade de Lisboa.

COVILHÃ Uma Câmara prepotente

A Câmara Municipal da Covilhã, de maioria absoluta do PSD, violando o Regulamento Municipal de Publicidade aprovado pela Assembleia Municipal, mandou retirar os pendões do PCP que anunciavam a Festa do «Avante!», a realizar nos próximos dias 1, 2 e 3 de Setembro.

O argumento do vereador Joaquim Matias, responsável pela medida, é o de eles «ferem a estética, o ambiente e a circulação de peões», mas a verdade é que os pendões do PCP estão afixados «nas mesmas condições e nos mesmos locais» em que outras organizações já o fizeram, incluindo a Câmara Municipal para anunciar a Feira de S. Tiago, como, aliás, ainda se pode constatar.

Na sua denúncia, a Comissão Concelhia da Covilhã do PCP diz que a razão da Câmara na Câmara é outra: silenciar o PCP, única força que se assume como «diferente, qualificada e proponente que pode constituir-se como alternativa à actual gestão do município». O que «não vai conseguir».

NISA Piscinas inauguradas

Concretizando uma velha aspiração da população, particularmente dos mais jovens, inaugurou-se, no passado dia 15, o Complexo Municipal das Piscinas de Nisa que, a partir de agora, se junta aos equipamentos já existentes para proporcionar um maior desenvolvimento da actividade desportiva.

A Comissão Concelhia de Nisa do PCP congratula-se com este acontecimento, importante no domínio do lazer e da ocupação de tempos livres mas também pela sua incidência no turismo e pelo seu significado estruturante.

Para os comunistas, as piscinas têm hoje um valor e um significado idêntico ao que tiveram em momento distinto a resolução do abastecimento de água à Vila de Nisa, a recuperação da escola do Rossio, a reabilitação do edifício do Cine-Teatro ou a implementação do projecto de Termalismo.

A população tem, pois, «razões para sentir orgulho» neste novo equipamento, que se «enquadra no projecto que o PCP desenvolve no quadro da CDU», diz a Concelhia de Nisa, associando-se «ao contentamento» de todos que vivem e trabalham no concelho.

PORTO Pesca em dificuldades

As dificuldades com a pesca da sardinha em Matosinhos levam a que hoje «mais de 800 pescadores e suas famílias vivam abaixo do limiar de pobreza, sem nenhuma garantia ou protecção, dado que não têm salários e ainda por cima ficam endividados aos patrões». De facto, diz a Direcção da Organização Regional do Porto do PCP, a quem cabe a denúncia, são conhecidos casos de «Campanhas» (tripulações) inteiras que ganharam 60 contos nos últimos três meses e outras nem tanto, o que torna legítimo perguntar: «Como é possível a uma família viver com 20 contos mensais?»

Solidária com os pescadores de Matosinhos, a DORP considera urgente alterar o Fundo de Compensação Salarial, proposta pelo PCP na Assembleia da República com vista a «apoiar os profissionais da pesca sempre que estejam impossibilitados de exercer a sua actividade com a consequente perda de retribuição» e que o Governo não continue a «lavar as mãos como Pilatos».

LISBOA Caso Quinta do Bensaúde

A Comissão de Freguesia de São Domingos de Benfica do PCP, acompanhada do deputado Bernardino Soares, vai denunciar hoje, num encontro com jornalistas, o negócio anunciado de venda ao desbarato da parte do Estado na Quinta do Bensaúde, naquela freguesia.

No encontro, que se realiza junto ao Parque de Estacionamento frente à Loja do Cidadão, o PCP vai, pois, manifestar o seu desacordo com a venda de património como forma de fazer dinheiro vivo, de que a Quinta do Bensaúde é um caso «paradigmático».

Considerando que «ninguém pode ficar passivo» perante esta anunciada venda, os comunistas lembram que se trata de um terreno com uma área de 90 mil m², que coloca problemas de utilização do património do Estado, problemas de função dos terrenos e de urbanismo, sendo mesmo «desejável» que, ao invés de vender, o Estado utilize este local privilegiado para equipamento ao serviço da população.

Imposto sobre depósitos dos emigrantes deve financiar Fundo Social

ASIC frustrou expectativas

Antes de terminar a legislatura, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou um projecto de lei visando a criação de um Fundo de Apoio Social aos Emigrantes Portugueses que não seja como o ASIC «um suporte provisório que está dependente do Orçamento do Estado, sem quaisquer garantias de obter reforço de verbas em anos futuros».

Segundo Rodeia Machado, o deputado do PCP destacado para acompanhar a problemática da Emigração, a criação do ASIC veio gerar expectativas que se frustraram, já que dos mais de mil pedidos entretanto efectuados, muito poucos foram aprovados, não se sabendo

quando serão pagos. O Fundo previsto no projecto do PCP é para ser institucionalizado em definitivo, ter personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira, sendo o seu financiamento feito, entre outras receitas, pela transferência anual do

A ilegalização do Conselho Permanente afecta toda a gestão do CCP

OE de uma verba não inferior a um quinto da receita de imposto que o Estado arrecada sobre as contas bancárias dos emigrantes. A gestão deste fundo deverá ser assegurada por um Conselho de Administração que inclui um representante do CCP e prevê a existência de um

Conselho de Fiscalização, presidido por um Revisor Oficial de Contas, onde terá assento também um representante do CCP.

Outro projecto de lei do PCP, ainda não votado, pretende facilitar ao cidadão português residente no

estrangeiro, a inscrição no recenseamento eleitoral nos consulados, quando no seu Bilhete de Identidade não consta a indicação de que reside no estrangeiro.

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou, ainda, propostas de alteração ao Orçamento do Estado, no sentido da atribuição ou reforço de verbas para a promoção da língua e cultura portuguesas, para o funcionamento do Conselho das Comunidades Portuguesas e para a realização de uma reunião mundial deste órgão e para a promoção do recenseamento eleitoral (inviabilizadas pelo voto contra do PS, do PSD e do PP).

Desconhecimento estranho

Entretanto, o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas esteve na Comissão de Negócios Estrangeiros da Assembleia da República para falar sobre as comunidades no âmbito da presidência

portuguesa da União Europeia mas a discussão acabou por incidir na situação do CCP, a funcionar sem o Conselho Permanente, cuja eleição foi ilegalizada pelo Tribunal.

José Lello insistiu no desconhecimento «oficial das decisões do Tribunal» mas a verdade é que uma carta endereçada há tempo pelo SECP aos Conselheiros aludia expressamente no seu primeiro parágrafo ao conhecimento desta decisão da Justiça. Também o CCP não está a funcionar perfeitamente, como disse José Lello, pois a falta do Conselho Permanente está a afectar toda a sua gestão, nomeadamente no que diz respeito às verbas orçamentadas. Na opinião de alguns Conselheiros contactados, o SECP não convoca o plenário mundial porque tem medo de ser confrontado com as promessas não concretizadas e com de a sua política, passados todos estes anos, deixar tudo na mesma em matéria de apoio às comunidades portuguesas.

PCP solidário

Alentejo comemora os 25 anos da Reforma Agrária

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, preside, no próximo sábado, à delegação que, em representação do PCP, vai estar presente na iniciativa comemorativa dos 25 anos da Reforma Agrária, que terá lugar em Montemor-o-Novo.

A Direcção Regional do Alentejo do PCP manifesta aos promotores da iniciativa o «seu total apoio e activa solidariedade» e, enaltecendo «esta realização histórica que teve lugar nos campos do Alentejo e Ribatejo», afirma que ela abriu caminho portas a uma vida melhor, travou a desertificação, assegurou emprego a todos os homens e mulheres desempregados, permitiu o regresso de muitos emigrantes, aumentou a produção e a produtividade, diversificou culturas, asse-

gurou o acesso ao regime de segurança social, enfim, «trouxe alegria e festa» às aldeias, vilas e cidades da região.

Porém, «a destruição da Reforma Agrária por sucessivos governos do PS e do PSD e a restituição de escandalosos privilégios a meia dúzia de famílias de grandes agrários» fizeram reverter a situação no Alentejo, hoje de novo marcado pelo desemprego, a emigração, o envelhecimento, a desertificação e a estagnação económica.

De tal maneira, que as próprias análises oficiais reconhecem a necessidade de uma nova reforma agrária, quando afirmam que «a dimensão das explorações» e a «estrutura de posse e uso da terra, não têm contribuído para a criação de uma base económica e soci-

al, dinâmica e sustentável da região».

Assim, termina a DRA do PCP, a iniciativa de 29 de Julho, constituindo uma forma de «prestar homenagem aos homens e mulheres» que pro-

tagonizaram a Reforma Agrária, serve igualmente para afirmar a «vontade colectiva de pôr cobro à política ruínoza que tem vindo a ser seguida em relação ao Alentejo nos últimos 20 anos».

Porto Deputados comunistas prestam contas

Os deputados do PCP eleitos pelo círculo do Porto prestaram contas. O balanço da actividade, que se reportou ao tempo de funcionamento da Assembleia desde as últimas eleições legislativas, descreveu sobretudo o trabalho com incidência directa no distrito do Porto, considerado prioritário pelos deputados. A esse respeito foi saudada a criação e o funcionamento do «Gabinete de Atendimento Público dos Deputados do PCP/Porto», que muito tem contribuído para a eficácia do trabalho parlamentar.

A conclusão que ficou patente na análise da actividade parlamentar foi, segundo as palavras do deputado Honório Novo, que «há partidos com deputados a mais e outros com deputados a menos». Tendo em conta que os dois deputados do PCP apresentaram 59% do total de requerimentos que deram entrada na Assembleia da República, referentes ao distrito do Porto, os restantes 35 deputados (19 do PS, 13 do PSD e 3 do PP) apresentaram em conjunto somente 41%. Sabendo-se que os requerimentos são a figura parlamentar que mais reflecte a preocupação com questões concretas, este é um índice valioso para avaliar a relação dos eleitos comunistas com a população do distrito do Porto.

▼ CAMARADA FALECIDO

Albino Serrano de Sousa e Silva

Após doença prolongada, faleceu com 76 anos de idade o camarada Albino Serrano de Sousa e Silva, cujo corpo foi a enterrar, no dia 30 de Junho, no cemitério de Alcobaça. Militante do PCP de antes do 25 de Abril, o camarada pertenceu ao MUD Juvenil e passou três anos nas cadeias fascistas. Pertenceu, depois do 25 de Abril, à Concelhia de Alcobaça e integrou inúmeras listas da CDU. Escreveu o livro «Caminhos da Resistência e da Esperança», editado pela Concelhia, e «Histórias da Resistência e da Prisão», de que foram editados dois capítulos no jornal «A Voz de Alcobaça».



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

SETÚBAL Dez mil pela Arrábida

O Grupo de Cidadãos pela Arrábida entregou, no dia 18, no Ministério do Ambiente, um abaixo-assinado, subscrito por 10.468 pessoas, contra a decisão governamental de instalar na Sécil, em pleno Parque Natural da Arrábida, uma co-incineradora de resíduos industriais tóxicos.

No mesmo dia, a Universidade Popular de Setúbal Bento de Jesus Caraça promoveu na Sociedade Musical Capricho Setubalense uma sessão pública sobre «A co-incineração - aspectos jurídicos e paisagísticos», com a participação do jurista Manuel Salazar e do engenheiro botânico Gomes Pedro.

LISBOA Saúde em espera

O Sector da Saúde de Lisboa do PCP considera que com este governo a política do país em nada se alterou. Designadamente na área da saúde, um grande número de problemas continua sem solução - listas de espera, prioridade aos cuidados primários de saúde, política de medicamento - e em matéria de recursos humanos as expectativas dos trabalhadores têm sido defraudadas, quer a nível de reestruturação de carreiras quer na aplicação do subsídio de risco, entre outras.

Relativamente aos vínculos precários, também não se perspectiva solução, ainda que seja no Ministério da Saúde que se encontra a maior percentagem de trabalhadores da Função Pública, que, a nível da Europa, são os que auferem salários mais baixos.

PORTALEGRE Insensibilidade socialista

Também a Direcção da Organização Regional de Portalegre do PCP se queixa do «lavar de responsabilidades» dos dirigentes locais do PS na área da Saúde, onde ao longo dos governos socialistas se tem verificado uma acentuada degradação dos serviços.

Assim, revelando uma «extrema insensibilidade» em relação às necessidades da população, o Director do Centro de Saúde de Portalegre, o subcoordenador da Região de Portalegre e o Presidente da Administração Regional de Saúde, «sem olhar aos custos sociais e ao mal-estar que as suas medidas acarretam, preparam-se para encerrar as extensões dos Assentos e do Atalaião com a retirada das suas médicas, sendo que o panorama é idêntico noutros pontos do distrito.

O PCP exige, pois, em «nome dos interesses» da população do distrito a garantia de funcionamento das actuais extensões e Centros de Saúde e o afastamento dos actuais responsáveis dos Serviços de Saúde.

BRAGA Repor a justiça

A Comissão Parlamentar da Saúde da Assembleia da República discutiu no dia 17, com a presença do presidente da Administração Regional de Saúde do Norte, o problema das taxas extraordinárias (entre 1.500 e 2.000\$00) que estão a ser cobradas pelas Misericórdias de Vila Verde, Esposende, Fão e Riba d'Ave aos utentes dos Centros de Saúde nas horas em que estes estão fechados.

O presidente da ARSN confirmou a razão dos problemas levantados pelo PCP mas remeteu a sua solução para as decisões de uma Comissão Paritária (Ministério da Saúde/Misericórdias) que está a tratar da questão. Os deputados, do PCP, Agostinho Lopes e Natália Filipe manifestaram-se contra esta posição pois nada justifica que os cidadãos daquelas zonas paguem mais que os de Braga ou Lisboa. Também, em sua opinião, alguém terá de indemnizar os utentes que pagaram taxas extraordinárias: ou o Governo ou as Misericórdias.

PONTE DE SOR Decreto sem audição

Face à publicação, no dia 6 de Julho, do Decreto-Lei 128/2000 e a sua entrada imediata em vigor sem que tenha havido qualquer correcção, a Comissão Concelhia de Ponte de Sor do PCP dirigiu ao Presidente da República e aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República um ofício apelando à sua suspensão.

A nova legislação determina a criação no distrito de Portalegre do Sistema Multinacional de Abastecimento de Água e de Saneamento Norte Alentejano, afirmando na sua introdução «que existiu a anuência dos municípios envolvidos à referida solução».

Contudo, segundo o ofício da Concelhia do PCP, «nenhuma das Câmaras Municipais debateu o assunto e o apresentou às respectivas Assembleias Municipais» e, como a lei determina a obrigatoriedade daquela audição, os comunistas consideram que o Decreto-Lei em causa deverá ser anulado.

Política do PS agrava problemas básicos e estruturais do País O Governo que se explique!

«O agravamento da situação económica, social e de insegurança começa a atingir níveis preocupantes», denunciou, em conferência de imprensa, realizada na quinta-feira passada, o secretário-geral do PCP que, acompanhado de Agostinho Lopes, da Comissão Política, e do deputado António Filipe, desafiou o Primeiro-Ministro a explicar ao País cinco questões particularmente graves.

São elas, a política de compadrio partidário na Administração Pública e as medidas que pretende tomar tanto no domínio social e policial para garantir a segurança dos cidadãos, como para ultrapassar a questão das quotas leiteiras, para reduzir o défice comercial e para aliviar os cidadãos de fracos recursos que compraram casa própria, caso se verifique, como tudo indica, uma nova subida das taxas de juro.

Carlos Carvalhas começou por caracterizar a situação resultante da política do Governo que, em sua opinião, se traduz pelo

abrandamento económico, o endividamento do País ao estrangeiro, o endividamento das famílias à banca, a crise na agricultura, a

**O desencanto,
os protestos
e as lutas
alastram
por todo
o País**

acentuação das desigualdades, o aumento da insegurança, o fracasso da política em relação às quotas leiteiras e às vacas loucas (BSE), as dificuldades das pescas

e de outros sectores industriais, o aumento do défice da Balança Comercial, a substituição da produção nacional pela estrangeira e uma política de privatização de empresas básicas e estratégicas que as vai colocando nas mãos do estrangeiro.

É, pois, a política do Governo que, mantendo e em muitos casos agravando problemas básicos e estruturais do povo e do país - subemprego, desemprego, trabalho sem direitos, precarização, crescentes desigualdades na repartição do Rendimento Nacional -, está na origem da insegurança social e da criminalidade que ameaçam o presente e o futuro de Portugal.

Desencanto cresce

Assim, para Carlos Carvalhas, não surpreende o desencanto de muitos votantes e simpatizantes do PS com a política do Governo e os crescentes protestos e lutas dos trabalhadores e de diversas camadas da população, que impõem com urgência um novo rumo para a política portuguesa.

Desde logo, os comunistas defendem que seja reposta a taxa de bonificação à compra de casa própria; se deixe de transferir para os agricultores as responsabilidades em relação à questão das quotas leiteiras e se encetem nego-

ciações a nível da União Europeia com vista a um aumento suplementar da quota para Portugal; se acelere uma reforma fiscal digna desse nome - acabando com os privilégios à banca e às actividades financeiras e combatendo a sério a evasão fiscal. No que respeita à segurança, entre as medidas propostas (ver pág. 5), o PCP preconiza a concretização da política da «Polícia de proximidade» desmantelada pelo PSD.

O Governo deveria, ainda, assumir as suas responsabilidades relativamente «a escândalos e derrapagens como a que se verificou na EXPO 98» e dizer ao país o que se poderia fazer «com os mais de 400 milhões de contos de benefícios fiscais, em boa parte dados às operações financeiras especulativas, concedidos no Orçamento de Estado.

«Aos que se interrogam com o que vai acontecer em relação ao Euro 2004», o PCP aconselha que se interroguem também sobre «o que vai acontecer à gestão do Programa Polis, viabilizado com os seus votos».

Petrogal

Um futuro preocupante

Uma delegação do PCP, constituída pelos deputados Ilda Figueiredo e Honório Novo, por José Timóteo e Serafim Brás, da DORP do PCP, e por Domingos Branco e Aires Barros, trabalhadores da Petrogal, visitou, no dia 20, a Refinaria de Leça, onde reuniu com representantes da administração e organizações representativas dos trabalhadores.

Dando nota das conclusões da visita, o PCP alerta para o processo de reestruturação em curso, que se traduz pelo desmembramento e «emagrecimento» da empresa, através da autonomização das refinarias, extinção de vários servi-

ços e criação de outras empresas e, naturalmente, pela redução significativa de postos de trabalho.

Entretanto, o plano de investimentos de 50 milhões para o período de 2000/2005, indispensável ao desenvolvimento do complexo industrial da refinaria, está praticamente suspenso e o processo «monobóia», que custou cerca de seis milhões de contos à empresa, continua paralisado.

Os trabalhadores estão, pois, «apreensivos» com o futuro dos seus postos de trabalho e descontentes com o rumo que está a ser dado à empresa, onde continua a

haver trabalho irregular e uma política de precarização de novos contratos de trabalho.

O Norte e o País, precisam, porém, da Refinaria do Porto, estratégica pela sua contribuição para a auto-suficiência energética do País no que respeita aos derivados do petróleo e responsável pela obtenção anual de largos milhões de contos de produtos exportados, que assegura a actividade permanente de 640 trabalhadores nos seus quadros, 250 postos de trabalho a empresas prestadoras de serviços e de 800 transportistas.

Os portugueses, em particular o povo do Norte, e a sua economia «não têm nada a ver com os excedentes de capacidade de refinação da UE» - onde entre 70 refinarias, a refinaria do Porto da Petrogal se coloca em primeiro lugar em 11 dos 17 índices avaliados -, diz o PCP. Assim, exige do Governo uma intervenção ajustada, que tenha em conta os interesses do País, do desenvolvimento do complexo industrial da Refinaria do Porto da Petrogal e dos direitos dos trabalhadores, «não deixando que a globalização capitalista se sobreponha aos interesses nacionais».

Santo Tirso

Comunistas analisam actividade

Num balanço à actividade do Partido desenvolvida no último ano e meio no concelho, a Comissão Concelhia de Santo Tirso do PCP constatou um reforço da sua organização, traduzida por uma intensa actividade junto das populações, em particular dos trabalhadores, em articulação com os deputados da CDU eleitos na Assembleia Municipal de Santo Tirso e os deputados da CDU eleitos pelo círculo do Porto para a Assembleia da República.

Na Assembleia Municipal, os deputados comunis-

tas eleitos na lista da CDU apresentaram várias propostas - regularização das dívidas e a diminuição das taxas no Mercado Municipal e Central de Camionagem; criação de uma Comissão Eventual para acompanhamento e estudo do problema da pedreira/britadeira de Lagedo, em Monte Cordova; e a atribuição de uma escola primária para Timor, entre outras - e votaram favoravelmente as propostas apresentadas pelo executivo camarário ou por outras forças políticas, quando estas

davam resposta aos problemas concretos das populações. Nunca se inibiram, porém, de votar contra, sempre que essas propostas punham em causa direitos das populações ou eram ilegais.

O reforço da CDU resultante das últimas eleições autárquicas, em que passou de um para dois eleitos, permitiu-lhe, aliás, melhorar de forma significativa o trabalho e a intervenção da Assembleia Municipal, acabando com o marasma a que anteriormente se assistia neste órgão autár-

quico. O que, diz o PCP, poderá traduzir-se por ainda melhores resultados se, como espera, a CDU vier a ter um vereador e um grupo parlamentar mais reforçado na Assembleia Municipal.

Entretanto, a ano e meio das próximas eleições autárquicas, o PCP e a CDU fazem um balanço negativo da gestão do PS na Câmara Municipal de Santo Tirso que, em 18 anos, não resolveu minimamente os problemas das populações e mantém o concelho num dos mais atrasados do país.

Açores

• Mário Abrantes

Escravatura com financiamento público

A história da COFACO, ainda no tempo e com o beneplácito do Governo do PSD de Mota Amaral, envolvia jovens formandos com bolsas atribuídas por fundos comunitários a serem utilizados como trabalhadores efectivos da empresa. Ao arrepio de direitos consagrados (e pagos por dinheiros públicos), a empresa tinha ao seu dispor mais de cem trabalhadores mal pagos, sem direitos e sem condições de trabalho.

Ainda desse tempo vêm, de má memória, as fábricas de confecções montadas nos Açores por certos emigrantes residentes nos EUA, para exploração terceiro-mundista de mão-de-obra barata, em que os trabalhadores estavam proibidos de falar e tinham controlo apertado e vigiado de idas à casa de banho. Neste caso, 60% dos salários (mínimos) eram pagos pelo Governo Regional.

Agora, em tempos do Governo PS, supostamente com uma visão mais humanista e crítica em relação à exploração do trabalho humano, chega-nos, pela pena do director do jornal «Açoriano Oriental»; uma importante denúncia sobre as condições de trabalho de jovens cabo-verdianos a bordo de navios de uma empresa de transportes marítimos de passageiros: a Açor-Line (os jovens açorianos que por lá têm passado já fugiram quase todos...). A ganhar o mínimo, trabalha-se

o máximo e em qualquer serviço, sem quaisquer direitos, nem sequer assistência médica e medicamentos, e sempre sob a ameaça de serem recambiados para a sua pátria. Pelo forte financiamento público desta empresa e ainda por dinheiros públicos sacados por via da formação profissional (condição em que vieram oficialmente os jovens cabo-verdianos), cá temos novamente em grande o beneplácito e a tolerância do Governo, desta vez do PS, para com as modernas (?) formas de exploração do trabalho humano.

Amargos de boca

Mas o verniz também está por outros lados. Veja-se a Empresa de Electricidade Pública-EDA, liderada por um ex-CDS e campeão da «Nova Autonomia» (fórmula de recrutamento de quadros independentes adoptada pelo

Governo regional do PS), a querer instalar, a pretexto da segurança na empresa, câmaras de vídeo directamente apontadas aos trabalhadores nos seus locais de trabalho. Vanguardista, sim senhor!

Se o 3.º aumento de combustível nos Açores (em pouco mais de meio ano), a partir de 22 de Julho passado, vai servir para arrecadar mais dinheiros públicos directamente da bolsa dos cidadãos (pelo menos assim o disse o sr. secretário da Economia, quando justificou a medida como forma de equilibrar o Fundo Regional de Abastecimento), fica-nos o amargo de boca e a inquietação de nos apercebermos com maior evidência que estamos involuntariamente a pagar ainda mais para alimentar formas de exploração degradantes da condição humana e dos trabalhadores.

Se acrescentarmos que os cordões da bolsa dos dinheiros públicos regionais continuam fechados para os pensionistas e reformados de menores rendimentos, após sucessivas promessas governamentais de pagamento dos 6.000\$00 que lhes são devidos desde Janeiro, por proposta do PCP aprovada na Assembleia Legislativa Regional, então fica mais clara ainda a «distracção» humanista do Governo Regional de Carlos César...

Lisnave

Governo deve assumir responsabilidades

Dúvidas e preocupações continuam a pairar sobre o futuro da Lisnave. O deputado comunista Vicente Merendas fala mesmo em situação «muito nebulosa» e não esconde a sua inquietude em relação às negociações em curso, promovidas pelo Governo, com dois grupos estrangeiros - a Thyssen e a Keppel. É que, salientou em declarações ao «Avante!», o fundamental do ponto de vista do PCP é a salvaguarda dos direitos dos trabalhadores. «Ora, por exemplo, no caso da Keppel - estaleiro situado em Singapura - os direitos dos trabalhadores praticamente não existem.»

E a verdade é que o Governo ainda nada disse sobre esta questão, não obstante as insistências do Grupo Parlamentar comunista. Ainda no passado dia 13, na Comissão Permanente da AR, em debate requerido pelo PCP para analisar a situação da Lisnave, o Secre-

tário de Estado Adjunto do Ministro da Economia foi totalmente evasivo na resposta quando instado a pronunciar-se sobre a matéria.

Vicente Merendas entende que, seja pelos investimentos feitos, seja pelos dinheiros do erário público envolvidos, o Governo não pode adoptar uma posição passiva. «Exige-se que o Governo assuma as suas responsabilidades, uma vez que se trata de uma empresa nacional e internacional e de um sector estratégico da nossa economia», sublinhou.

Uma empresa viável

O parlamentar comunista considera, aliás, perante a mera hipótese de se vir a realizar «um mau negócio, que não salvaguarde os interesses dos trabalhadores e a empresa», que o Governo deve assumir, a exemplo do que fez o governo na vizinha Espanha, que a «Lisnave se

transforme em estaleiros públicos».

Na assembleia de accionistas realizada no passado dia 18 foi entretanto concretizada a venda do capital do grupo Mello por um dólar a dois quadros da empresa. Aprovadas nessa reunião foram também duas propostas: uma, estabelece a redução do capital social de seis milhões de contos para zero; a outra, prevê o subsequente aumento para um milhão de contos para limpeza dos prejuízos.

Registe-se, por último, que a Lisnave é uma empresa viável que está a laborar normalmente, sendo disso prova o facto de no primeiro semestre do ano em curso ter facturado 40 milhões de dólares, o equivalente a oito milhões de contos. Com esta facturação, como assinalou o deputado Vicente Merendas no referido debate parlamentar, a Lisnave atingiu metade do valor orçamentado para 2000, vivendo por isso uma situação equilibrada.

• Mário Rui Peixoto

A luta escreve em qualquer linha

Quem esteve atento à comunicação social na última sexta-feira e sábado com certeza que assistiu a mais um «episódio» daquela que parece ser a «novela» das políticas educativas PS. Vem agora o sr. ministro da Educação, Oliveira Martins, ilustre «personagem», declarar que a implementação da revisão curricular do secundário será adiada para o ano lectivo de 2002/2003 devido à falta de condições, em vez de ser implementada em 2001, como estava previsto. E que a regulamentação da Lei sobre Educação Sexual e Planeamento Familiar, obra do PCP, está pronta.

Se disséssemos que a tal «personagem», no dia em que o país acordou com mais de 65 mil estudantes do secundário nas ruas a exigir, entre outras coisas, a suspensão da revisão curricular para que os estudantes pudessem ser ouvidos, afirmou alto e bom som que existiam respostas para todos os protestos e que esta luta não fazia sentido, alguém acreditaria? Talvez não... Mas assim foi! Aquele que, com um paternalismo arrogante, tentou desacreditar e desvalorizar a luta dos estudantes, é aquele que agora

ilusionismo? Então não será esta uma estratégia política para tentar cristalizar a luta dos estudantes, atendendo hipocritamente às suas reivindicações?

Depois de dezenas de milhares de estudantes exigirem a regulamentação da lei sobre educação sexual, o Ministério assume que a lei é para regulamentar, quando já existia legislação nesta área desde o ano de 1984, sem nunca ter havido interesse político para a regulamentar.

Contributo

Os estudantes exigem ser ouvidos aquando da revisão curricular e o Ministério adia a sua implementação argumentando de que é preciso mais tempo e que é necessária mais informação junto de pais, alunos e professores. É, no mínimo, uma cedência notória e uma tentativa de contentar e apaziguar as almas mais inquietas, sem nunca assumir a suspensão e que se irá ouvir os estudantes.

E como nesta «novela» a demagogia e hipocrisia não têm limites, dizem que o



assume a incapacidade do Ministério da Educação e as incoerências da revisão curricular.

Contradições

Ao misturarmos os vários episódios desta «novela» apercebemo-nos da confusão que se gerou e dos vários pesos e das várias medidas com que se cosam as práticas e opiniões destas «personagens». Até porque se formos a analisar algumas questões concretas da Revisão Curricular reparamos que existem inúmeras contradições com aquilo que o Ministério têm vindo a afirmar.

Um exemplo são as aulas de 90 minutos. No documento apresentado propõe-se que as aulas no secundário passem a ser de 90 minutos. No dia 2 de Abril deste ano, depois das várias greves e manifestações nos dias 24 e 28 de Março, 3000 alunos de Lisboa concentram-se em frente ao Ministério e a partir daí as aulas de 90 minutos transformaram-se em blocos de 45 minutos. Depois do Dia Nacional de Luta (11 de Maio) voltaram para cima da mesa as aulas de 90 minutos mas só para as disciplinas mais técnico-práticas. Em termos de conteúdo (não só relativamente às aulas de 90 minutos), o Ministério tem recuado significativamente.

Mas vejamos, é este mais um mero episódio de uma «novela» triste ou será também um espectáculo barato de

aumento das vagas nos cursos do Superior corresponde à eliminação do sistema de *numerus clausus* no acesso ao superior (que é uma reivindicação dos alunos).

Neste «episódio» os «personagens» não conseguem esconder uma política marcadamente de classe. Continuam a manter um sistema de acesso ao superior por razões puramente económicas, pondo de parte as opções dos candidatos, as necessidades do país e o conceito de escola pública para todos.

Este sistema de acesso ao superior é um sistema elitista que agrava as desigualdades sociais e o facto de o aumento do número de vagas no superior privado ser enorme é revelador do interesse que existe em privilegiar o ensino privado em detrimento do ensino público.

Esta é uma «novela» a que é preciso saber responder. Os estudantes têm respondido com a sua luta e exemplo disso são os milhares de postais exigindo a suspensão da revisão curricular. Postais estes que têm sido enviados por alunos de todo o país, de várias maneiras, ao ministro da Educação. No postal pode ler-se: «esta luta continua», «queremos ser ouvidos».

Esta «novela», que é bem real e que afecta a vida de milhares de jovens, ainda não tem as cenas dos próximos capítulos escritas em nenhuma linha, mas de uma coisa se pode ter a certeza: os estudantes estão prontos para dar uma grande ajuda.



ETAR da Quinta da Bomba, em Almada

Almada contesta Diário de Notícias

Toda a água é tratada

Respondendo a uma reportagem do Diário de Notícias, o município de Almada afirma que os valores da água para consumo humano tratada é de 100 por cento, e não de 4,5 por cento.

Os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS) de Almada contestam os valores apresentados pelo Diário de Notícias sobre o município, numa reportagem publicada no dia 16.

O jornal referia que Almada tem a maior carência em infra-estruturas e saneamento da Área Metropolitana de Lisboa e que só 4,5 por cento da água destinada ao consumo humano seria tratada.

Numa conferência de imprensa realizada na quinta-feira, os responsáveis pelos serviços afirmam que estes números estão errados e que apenas um dos quatro indicadores que o Diário de Notícias apresenta corresponde à realidade do concelho: o do tratamento de águas residuais.

100 por cento

Um dos valores que mais escandalizou o município foi o de 4,5 por cento para o indicador de «água tratada». «É manifestamente insólito e incompatível com as taxas de conformidade da qualidade da água consumida no concelho», lê-se no documento emitido.

De facto, a percentagem de água tratada é de 100 por cento e não 4,5 por cento, como aliás foi comprovado por numerosos estudos e relatórios publicados e será confirmado pelo Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, em Setembro.

Dado o alarmismo que a notícia pode provocar, os SMAS questionam-se sobre os critérios que levaram à divulgação da reportagem, sem qualquer confirmação

prévia junto da autarquia ou de outras entidades.

Segundo os serviços de Almada, a percentagem de água canalizada é de 100 por cento desde o início da década de 80, e não 95,4 por cento como o Diário de Notícias referiu. Os valores de recolha de lixo são igualmente de 100 por cento, e não de 81,9 por cento.

A percentagem de tratamento de águas residuais é de 38 por cento, como o jornal afirmou. No entanto, a autarquia adianta que se encontram já adjudicadas as ETARs do Portinho da Costa e da Mutela - um investimento de 4,5 milhões de contos -, que permitirão no prazo de 2 anos o tratamento da totalidade das águas residuais produzidas no concelho.

O SMAS sublinha que, para além do concelho se encontrar integralmente coberto ao nível da rede de abastecimento e tratamento de água, o sistema é garantido por um rigoroso processo de controlo.

Quem está cá a trabalhar é para legalizar

«Quem está cá a trabalhar é para legalizar» foi o lema da concentração-vigília promovida pela CGTP-IN sexta-feira passada, no Terreiro do Paço, frente ao Ministério da Administração Interna, com o objectivo de alertar para as insuficiências e para os aspectos de todo inaceitáveis da Proposta de Lei da Imigração ontem apresentada na Assembleia da República.

Na iniciativa, em que se defendeu uma lei de estrangeiros mais justa e a integração, com direitos, dos imigrantes na sociedade portuguesa, participou uma delegação do PCP constituída por Jerónimo de Sousa, da Comissão Política, Henrique de Sousa, do Secretariado, e António Filipe, deputado na AR.

A CGTP-IN lançou ainda um apelo à presença dos trabalhadores nas galerias do

parlamento, no sobre a Lei da Imigração, que regula a entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros no território nacional, defendendo uma política de imigração solidária, contra soluções desumanas e discriminatórias.

Na intervenção que fez no Terreiro do Paço, o coordenador da CGTP-IN, Manuel Carvalho da Silva, denunciou o escândalo do trabalho imigrante clandestino e alertou para o facto de as situações de trabalho ilegal e precário que afectam os imigrantes serem um problema de todos, pois têm repercussões no mercado de trabalho em geral.

Carlos Trindade, dirigente da CGTP responsável pela área da imigração, aludiu aos temores de muitas pessoas suscitados pelos últimos assaltos feitos, alegadamente,

por indivíduos de origem africana e defendeu que é preciso saber separar as coisas. «A insegurança é uma questão muito grave, mas não tem a ver com a origem das pessoas e afecta toda a gente independentemente da sua nacionalidade», disse, acrescentando que «isso não pode prejudicar o combate à exploração de que são vítimas muitos imigrantes».

O número de imigrantes a trabalhar ilegalmente em Portugal é desconhecido mas as estimativas apontam para os 50 mil.

A maioria destes imigrantes trabalha nos sectores de mão-de-obra intensiva e, nas palavras de Carlos Trindade, «ocupam, na cadeia de produção, os trabalhos mais pesados e perigosos, menos qualificados, com salários inferiores aos dos colegas e quase sem direitos».

• Sérgio Ribeiro

Tempo de férias... mas em Congresso!

Por fim, o verão terá chegado. Depois de ameaças, desta vez será de vez, enquanto for o tempo. Cheira a férias e a Festa do Avante!. As reuniões passaram a ser mais difíceis de marcar - e de realizar -, há sempre um camarada de férias e um outro que não resistiu ao apelo da praia, do campo ou de um passeio com amigos. As festas da Alegria e do Avante! também exigem militância (e veraneio) que não se compadece com reuniões daquelas do resto do ano.

Pronto, são estas as condições. E como dizem, explícita ou implicitamente, as nossas referências - ideologia, práxis, estatutos, programa - há que ser sempre concreto nas condições concretas. Não quer isto dizer que fechamos para férias ou militâncias festivas, ou seja, de construção, de trabalho, de encontro e convívio em espaços estivais. Particularmente num ano em que temos Congresso em Dezembro. E o caso - no caso único do nosso Partido - é que **estamos em Congresso** já há algum tempo.

etapa da vida do Partido, para logo começar outra... até ao Congresso seguinte.

*

Terei deixado ficar reservas sobre sinais e procedimentos que se descortinariam e que representariam posições parecidas ou semelhantes às de outros partidos? Deixei, e não me escondo atrás da insinuação e da ambiguidade.

Na verdade, leio e apercebo-me de movimentações que se parecem com as de outros, discutindo-se pessoas e grupos, e que até aparecem nos jornais "à molhada" com o que é a "vida social" e a prática desses outros. Vislumbro estratégias, apre(endo) altas táticas de "alta política", adivinho elevadas reflexões sobre a esquerda e o futuro, e descubro algum menosprezo pelas profundas raízes de classe e de massas que foram, são e serão as do nosso Partido.

É isto novidade? Claro que não. A história, se nunca se repete, também raro inventa. Então algumas "histórias" parecem ter vocação para voltar à cena e ser representadas por outros intérpretes...

*

Estamos em Congresso! Assim deve ser, de acordo com a nossa concepção de política e de partido. E assim tem sido, com os militantes a disporem de uma nota de trabalho para discutirem e para motivar ideias, sugestões, propostas, ao que se seguirá a elaboração das teses, de que se promoverá a discussão tão larga quanto possível, para se chegar aos documentos políticos finais do Congresso.

Estou satisfeito - ou estamos, para melhor dizer - com o que foi, até agora, o nosso Congresso? É evidente que não. Nunca o poderíamos estar e, no caso pessoal, apesar de ter discutido a nota de trabalho em reuniões de concelhia e ter participa-

do em discussões na direcção regional que integro e em encontros informais, essas discussões estiveram longe de ser o que se desejaria... mas foram úteis, foram Congresso. E não impediram que se discutisse política e políticas e tivéssemos intervindo, como nenhum outro partido, na vida das nossas comunidades, locais, regionais, nacional, "européia".

*

Estamos a fazer o Congresso! Temos de ter consciência disso. As discussões foram, com certeza, muito diferentes, tiveram abordagens e níveis diversos segundo os lugares e também os camaradas que entrevistaram, mas são essas diferenças e essa diversidade, nas bases que são o nosso cimento partidário, que fizeram e fazem deste Partido o Partido que foi, que é e que será.



À nossa maneira... embora o militante de base que sou descortine sinais e procedimentos que se parecem com os de outros partidos.

*

Vou ser claro. Estamos em Congresso porque, no nosso Partido, ele não se realiza circunscrevendo-se a uma data determinada, e porque, no nosso Partido, não é nessa data que, depois de arranjos "cozinhos" com quotas, escolhas e rejeições, inerências, agrupamentos ou tendências, delegados "entram" no Congresso para fazer figuração em disputas entre moções e galos procurando poleiros.

No Partido, estamos em Congresso - todos! - porque estamos - todos! - a preparar o Congresso, e quando chegarem os dias em que ele formalmente se realiza houve muito trabalho anterior que nesses dias atingem o termo de uma

Ser sindicalista na Suíça envolve um duplo empenhamento

Entrevista com Fernando Guimarães



Na Suíça, o trabalho sindical entre a comunidade portuguesa ultrapassa em muito a defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores. O sindicato quase que serve de pai e mãe, diz-nos Fernando Guimarães, sindicalista. Um testemunho da condição dos nossos emigrantes, particularmente importante num momento em que estão em causa direitos da imigração em Portugal. As comparações são inevitáveis e será importante ter presente que, nas palavras do nosso entrevistado, os imigrantes são o elo mais fraco da sociedade.

«Avante!» - O que é ser sindicalista na Suíça?

Fernando Guimarães - Ser sindicalista na Suíça envolve um duplo empenhamento. Porque não é possível dissociar o trabalho sindical do apoio à comunidade portuguesa a todos os níveis. Por uma razão muito simples. A comunidade portuguesa não tem apoio absolutamente nenhum de qualquer outra instituição e nesse sentido o sindicato quase que serve de pai e mãe, tia e avó.

Isto é - tanto se faz uma tradução de uma carta para uma agência imobiliária para que a pessoa deixe o apartamento, como se terá que a acompanhar inclusivamente ao médico.

O meu trabalho específico é esse apoio à comunidade portuguesa, o controlo das condições de trabalho. É também - e isso é essencial, porque um sindicato não pode viver sem sócios - conseguir que a comunidade portuguesa se integre mais e melhor no sindicato. O que necessariamente conta também bastante no aspecto financeiro. Qualquer organização de defesa dos trabalhadores só poderá ser forte se financeiramente também o for.

Quais são os problemas mais sensíveis que os trabalhadores portugueses aqui vivem?

Há discriminações? Há ilegalidades? Ou há problemas que são comuns também aos trabalhadores suíços? Qual é o quadro?

Os problemas são comuns à imigração de todas as nacionalidades. Como em todos os países, e inclusivamente em Portugal, os imigrantes são o elo mais fraco da sociedade, logo são aqueles que mais sujeitos estão a uma maior exploração. Uma das grandes questões que se coloca é o conhecimento da língua. Porque não dominam a língua, porque - a verdade é essa - também não se preocupam muito em integrar-se nesta sociedade e saberem em que condições vão trabalhar, os trabalhadores portugueses são frequentemente iludidos e por vezes têm mesmo problemas vários - de polícia, de legalidade, por exemplo. Há alguns casos de discriminação - mas são relativamente poucos, aqui na Suíça francesa, tanto mais que é mais fácil para um trabalhador português aprender a língua francesa do que num cantão alemão, onde a dificuldade linguística é muito superior.

Por outro lado, devido a uma maior imigração portuguesa na Suíça francesa, o sindicato com o qual trabalho, o Sindicato da Indústria e Construção, é mais forte aqui. Mais antigo também. **Aparentemente o aprendizado do francês, ou o conhecimento dos seus direitos, seriam formas de os trabalhadores portugueses melhor defenderem os seus direitos e terem melhores condições. Há alguma iniciativa da parte do sindicato, no sentido de facilitar esse aprendizado?**

Sim. Durante cerca de doze anos promovemos cursos de francês para trabalhadores, num momento em que havia um número significativo de trabalhadores sazonais. Hoje há bastante menos. A Suíça atravessou um período relativamente longo de crise, o que levou a uma grande diminuição de mão-de-obra sazonal. Actualmente não fazemos esses cursos. No entanto há outras organizações que os têm feito e são cursos que têm tido bastante frequência. O problema, também, é que o trabalhador português que vem para a Suíça vem com a mentalidade de passar três ou quatro anos na Suíça e depois regressar a Portugal. Normalmente acaba por ficar, 10, 15 anos, por vezes mais. Mas há sempre essa ideia de que é uma coisa temporária. E como tal sujeita-se.

“A comunidade portuguesa não tem apoio absolutamente nenhum e nesse sentido o sindicato quase que serve de pai e mãe”

E não se integra. Compreendo mal que pessoas que estão há 15, 16, 17 anos no mesmo cantão, muitas vezes na mesma cidade, não tenham dedicado algum tempo a enriquecer-se pessoalmente no sentido de aprenderem a língua. Porque é uma arma de defesa muito grande.

Com a ajuda dos sindicatos ou das associações portuguesas, os nossos imigrante não poderão frequentar os cursos de formação que há na Suíça, para poderem de alguma forma integrar-se no mercado de trabalho? Há alguma coisa feita nessa área?

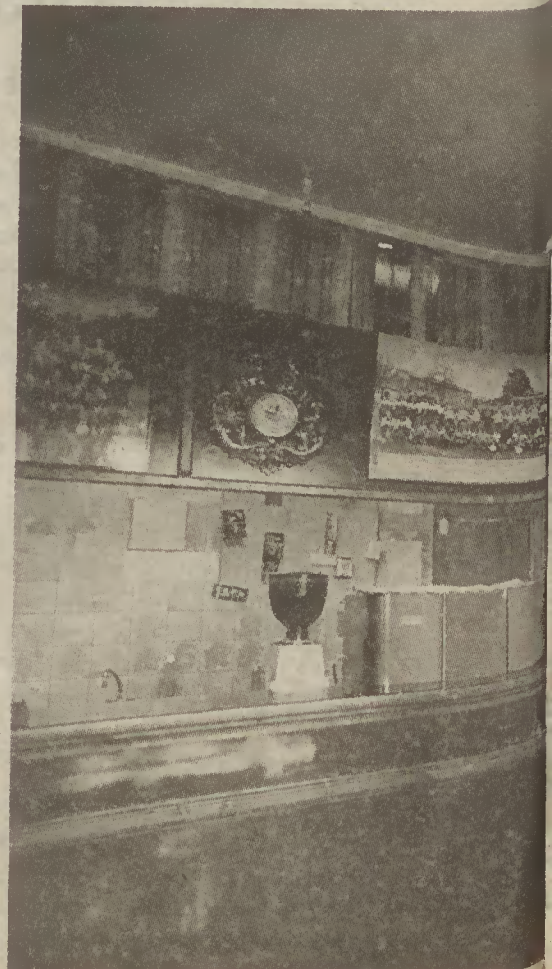
Alguma coisa tem sido feita. O sindicato tem os seus cursos próprios, que são reconhecidos oficialmente. No caso concreto das pessoas desempregadas, através do centro de formação do sindicato temos feito cursos sobre as técnicas de limpeza, por exemplo. É um mercado de trabalho em que não é obrigatório conhecer a língua. Mas convém. E nós temos feito algum trabalho no sentido de sensibilizar as pessoas para que, antes de fazerem este curso, exijam do gabinete do desemprego que as inscreva no estudo de francês. No fim, quem frequentar estes cursos poderá ter um diploma, um certificado, por exemplo de que tem os conhecimentos adequados de limpeza, que sabe para que servem as diferentes máquinas para limpeza, qual é a toxicidade de produtos que pode vir a utilizar, etc.

Isso vai reforçar a possibilidade de conseguir trabalho.

Qual é a relação que se estabelece - no seio do sindicato - entre os

trabalhadores portugueses, os outros trabalhadores estrangeiros, e os trabalhadores suíços?

A relação é boa. Nas estruturas do sindicato não há distinções. Por exemplo, no comité director da secção do sindicato, em Lausane, composto por 18 pessoas, há cinco portugueses, dois jugoslavos e quatro italianos.

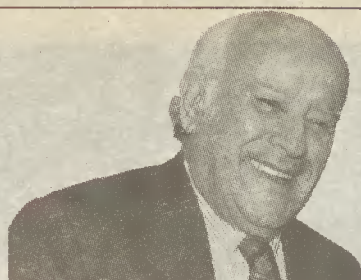




Investigação no ano 2000

Os investigadores Manuel Crisóstomo, Hélder Araújo e Teresa Vieira falam da ciência no século XXI.

Págs. 16 e 17



Inéditos de Manuel da Fonseca

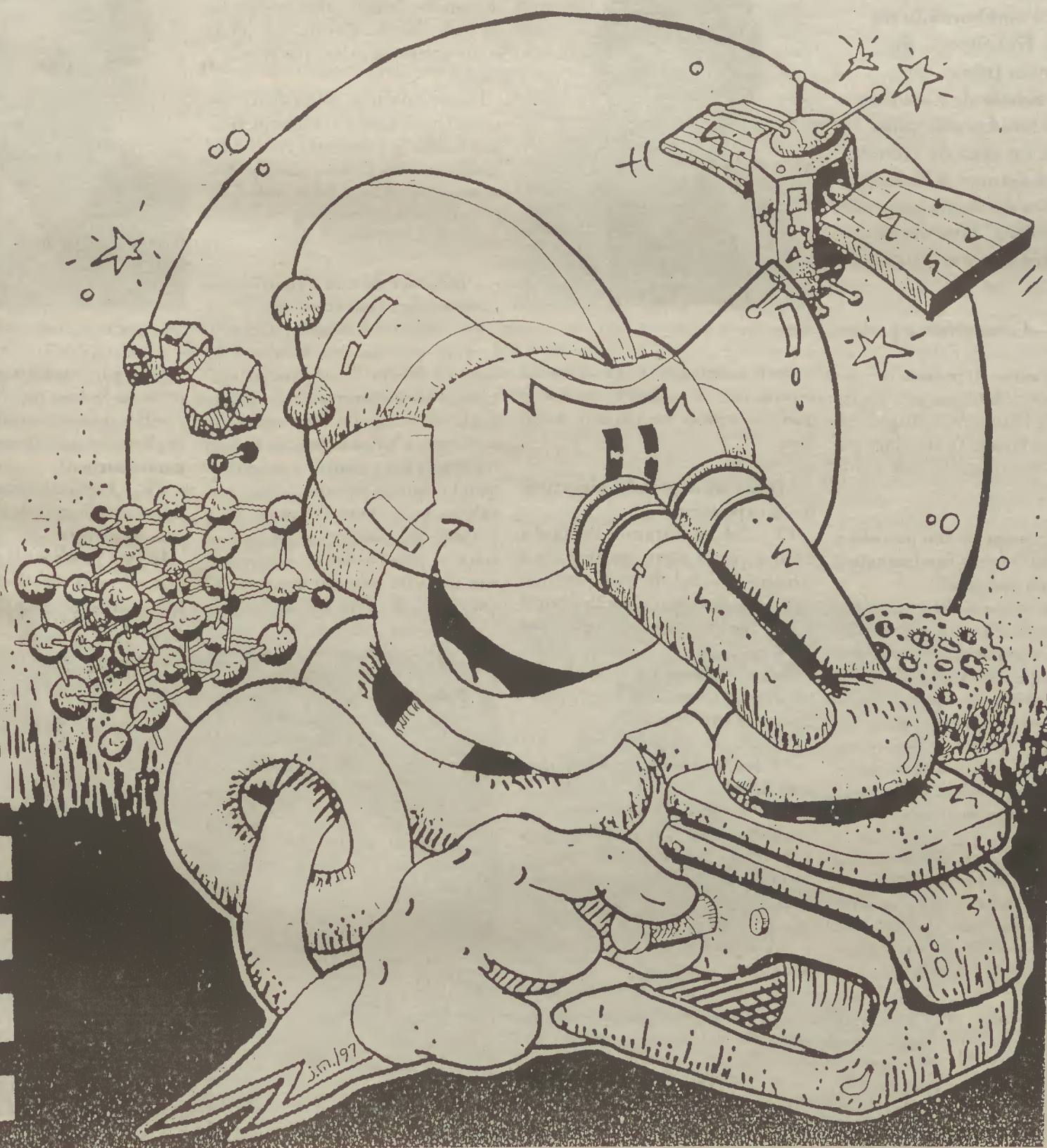
No Espaço do Livro, destaque para a colectânea de textos inéditos do escritor Manuel da Fonseca.

Pág. 18

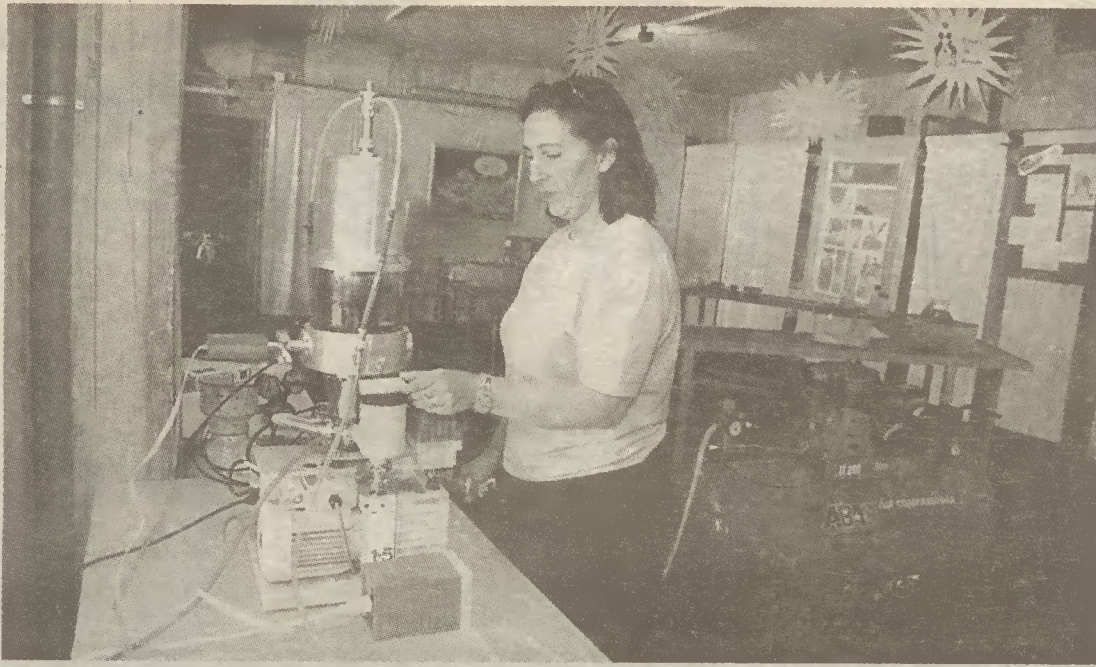
À festa!

FESTADO *Avante!* 2000 1 2 3 SETEMBRO • ATALAIA • AMORA • SEIXAL

A materialidade da ciência



Pelo segundo ano consecutivo, estará presente na Festa a exposição de ciência «Materialidade», da responsabilidade do Exploratório Infante D. Henrique. Depois do sucesso alcançado em 1999, a iniciativa é reforçada com protótipos de investigação da Universidade de Coimbra, da área da robótica.



Exposição «Materialmente»

A ciência no ano 2000

A exposição de ciência «Materialmente» vai voltar à Festa do Avante!, com a colaboração do «Exploratório Infante D. Henrique», de Coimbra. Conversámos com três investigadores da Universidade de Coimbra sobre as inovações apresentadas este ano. Teresa Vieira, professora da área de ciências e materiais, e Manuel Crisóstomo e Helder Araújo, ambos professores do departamento de Engenharia Electrotécnica, abordaram ainda a política de investigação em Portugal e o avanço da ciência.

Avante! – Como surgiu o projecto?

Teresa Vieira – O projecto iniciou-se com o convite da Organização Regional de Coimbra do PCP dirigido ao Exploratório Infante D. Henrique e à exposição «Materialmente», que é gerida por nós.

– Como correu no ano passado e quais as diferenças fundamentais nesta edição da Festa?

TV – No ano passado a exposição teve um sucesso bastante razoável e este ano foi a própria direcção da Festa que procurou alargar o seu âmbito, procurando que tenha um aspecto lúdico e simultaneamente didáctico e pedagógico. Daí surgiu a hipótese de integrar novas tecnologias no pavilhão e outras valências, como a robótica. Isto seria muito interessante, porque a robótica é muito apelativa.

O ano passado a exposição tinha uma parte sobre materiais e outra sobre física. Este ano são apresentadas as experiências com materiais, algumas delas completamente novas, que nunca foram deslocadas por não termos água nem electricidade.

Vai estar presente, por exemplo, um polímero, um material frágil como o esparguete que, se for esticado devagar, torna-se elástico; e o «sputtering», uma técnica de revestimento onde um material é bombardeado com plasma



Teresa Vieira

de outro material e em que se faz um espelho com revestimento de ouro, o que tem sempre um impacto muito forte.

– Quais são os grandes objectivos desta exposição?

TV – Nós procuramos divulgar a ciência, atrair gente, mostrar que a ciência é acessível, que pode constituir uma saída profissional muito interessante e que Portugal vai depender disso no futuro.

Manuel Crisóstomo – ... e que pode ser divertido, que não é aquele papão que muita gente pensa.

– É também uma forma de desmistificar?

TV – Exacto. Há um encanto por detrás das coisas com que muitas vezes as pessoas não contam e que, quando vêm ali, acham diferente e começam a interrogar-se.

– A exposição é dirigida essencialmente para os jovens?

TV – Não, é dirigida a toda a gente porque é interessante em termos de cultura geral.

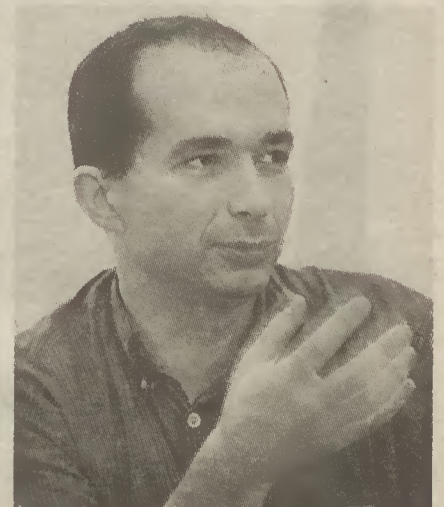
– O ano passado teve muito sucesso? Qual a reacção das pessoas?

TV – Correu muito bem. Nós procuramos tirar o aspecto de «pavilhão de ilusionismo», porque, além do encanto, há conhecimento. Procura-se explicar muito correctamente o que se está a passar.

Foi espectacular, havia conversas muito engraçadas. Por exemplo, ficámos a saber por visitantes que o vidro usado numa experiência chamada «Não sejas coscuvilheiro» - que pode ficar transparente ou translúcido - é utilizado em divisórias de escritórios.

– Deve ter havido experiências interessantes com crianças...

TV – Ah, sim! A criança interroga e o adulto procura uma solução e às vezes dá asneira. O ano passado levámos um holograma com um porquinho tendo como suporte uma superfície reflectora, e todas as pessoas tinham tendência para agarrar o animal. E quanto mais as pessoas julgavam que sabem, mais asneiras fazem. Uma senhora dizia com um ar muito convincente para um miúdo: «A imagem vem daqueles holofotes que estão ali em cima.» É claro que há sempre



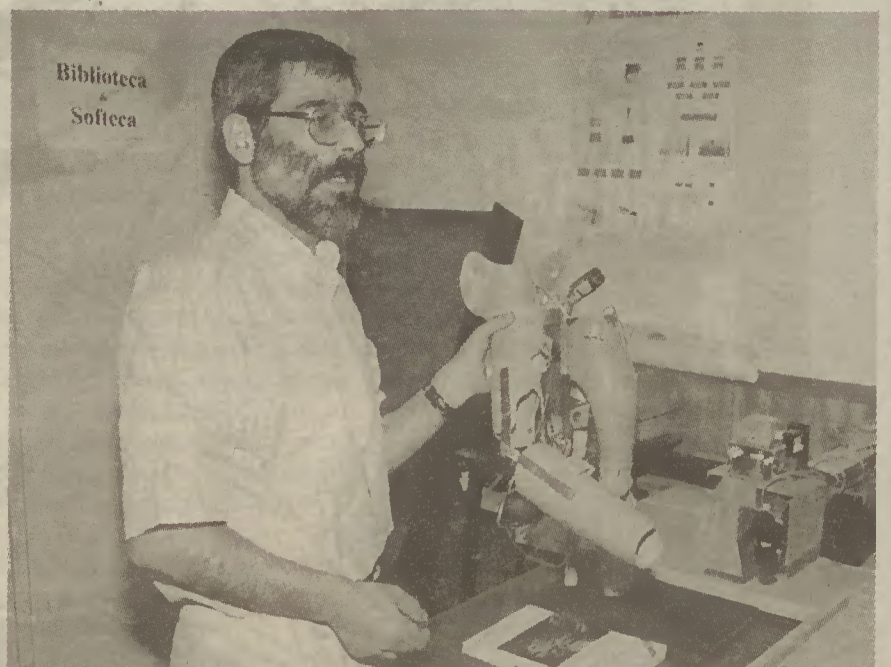
Manuel Crisóstomo

alguém para explicar como é que as coisas de facto se passam.

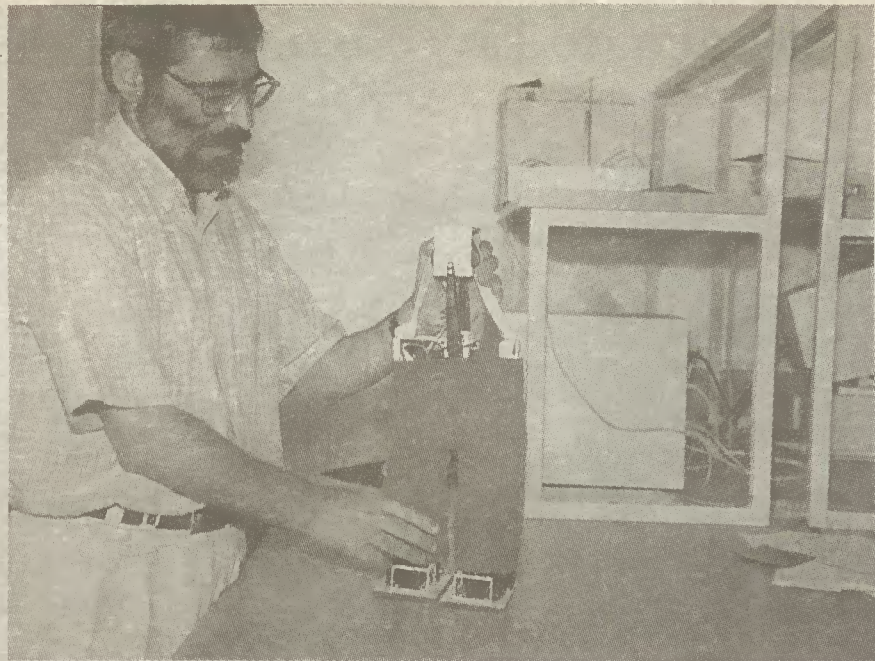
– Há sempre monitores a dar explicações ou esperam que as perguntas surjam?

TV – Em geral, estão permanentemente a explicar. Cada um fica anexo a uma experiência.

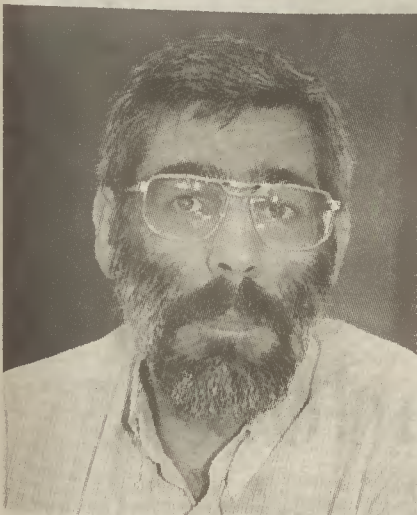
Helder Araújo – O que eu estou a pensar levar talvez não esteja tão orientado à interacção com o público: um con-



Uma ortótese, um dispositivo que ajuda alguém que não movimenta um braço.



«Vê como são os materiais educados» (à esquerda), onde uma liga com uma memória de forma apresenta formas diferentes quando é aquecida ou arrefecida, que dependem da forma inicial para que foi educado. À direita um robot bípede que anda e sobe escadas.



Helder Araújo

– É feita uma aproximação dos protótipos a possíveis aplicações práticas?

MC – Sim. Levamos uma ortótese, ou seja, um dispositivo que ajuda, por exemplo, um deficiente que não movimenta um braço. Não é uma prótese, pois não substitui essa parte do corpo, mas ajuda a desempenhar uma determinada função.

Vamos levar um robot bípede que anda e sobe escadas, o «robocopos» que serve bebidas e uma cadeira de rodas eléctrica com sensores que se desvia das coisas e pode ser controlada remotamente.

– Qual a importância de uma exposição deste género na Festa do Avante!?

TV – É uma oportunidade excelente para fazer divulgação.

HA – Em Portugal há uma tradição de cultura humanista muito forte. O facto de a Festa do Avante! só nos últimos anos se interessar por ciência é significativo, porque até agora havia música, letras... Nos meios de comunicação, a divulgação da ciência e da tecnologia é mínima e quando existe está ligada aos aspectos económicos. É por isso que eu acho extremamente importante que a Festa tenha aberto as portas à divulgação da ciência.

– Devia haver mais divulgação em geral?

HA – Sim, sem dúvida.

TV – Este ano a exposição de ciência vai para o Pavilhão Central, o lugar onde tradicionalmente se apresentava poesia, exposições de pintura, arquitectura, fotografia.

«Em Portugal investe-se muito pouco em ciência»

– Existe uma política de apoio à ciência em Portugal?

Helder Araújo – Penso que, apesar de tudo, as coisas melhoraram substancialmente. Não sei como são os financiamentos, suponho que sejam substancialmente inferiores em comparação com os restantes países europeus, mas a ideia que tenho é que são melhores do que eram. Não sei se houve um aumento real do investimento, mas parece-me que a avaliação que se faz procura ser mais transparente e independente.

– É suficiente?

HA – Não, não é suficiente. Em Portugal ainda se investe muito pouco em ciência. Mas, por outro lado, é um país que não tem hospitais que funcionem ou escolas secundárias em condições. É um país pobre e é preciso encontrar um equilíbrio. É complicado.

– A ideia que tenho é que, apesar da falta de condições, se produzem coisas novas essencialmente graças à iniciativa e vontade dos investigadores...

HA – Sim, mas se virmos por exemplo o índice de publicações no campo científico, Portugal esteve, até há três anos, atrás da Grécia.

Teresa Vieira – Nestes últimos anos os índices de produtividade mudaram completamente. Há uma alteração substancial, o que não significa que estejamos ao nível dos países mais avançados.

No essencial, houve uma democratização da investigação. Antes, a investigação estava muito centrada em algumas pessoas, que alargavam ou não o seu círculo. Agora não, há muitas oportunidades para investigadores novos. As pessoas estão mais independentes das hierarquias.

– Essa diferença deveu-se a quê?

TV – Deveu-se ao aumento das oportunidades de concorrer aos projectos. As pessoas começaram a ser independentes do ponto de vista económico, o que é logo meio caminho para a independência mental. Agora quase todos podem ter o seu próprio projecto.

Continua a haver um problema grave: não se definem temas for-

tes de investigação para o país. Isso continua a deixar completamente livres tanto os investigadores como a indústria.

HA – Há países, como a Finlândia, em que a ligação entre os investigadores e os empresários resultou.

TV – Aqui, está cada um a trabalhar sozinho. E a indústria muitas vezes não nos dá um *feed-back*.

HA – Em Portugal, conheço muito poucos resultados de investigação científica pura que depois originem investimentos em empresas. Quando falamos da colaboração com a indústria, temos de nos preocupar com um conjunto de problemas que são mais de engenharia de aplicação do que propriamente do plano científico.

– O ano 2000 foi sempre relacionado com os avanços científicos e tecnológicos. Agora que já chegámos a 2000, o actual estado da ciência corresponde às expectativas?

HA – Acho que está mais avançada do que eu suporia. A engenharia genética tem resultados espantosos. O nosso organismo é incapaz de regenerar certo tipo de tecidos, como os tendões, as cartilagens e as células nervosas, mas hoje é possível regenerá-los. Há um avanço espantoso nessas áreas de tecnologias. Por outro lado, há 15 anos, ninguém imaginaria os avanços de computação que existem hoje.

Manuel Crisóstomo – A ciência está bastante avançada, talvez tenha superado as expectativas.

TV – Acho que o tempo mudou. Somos muito solicitados, não há tempo para nada. A velocidade que as coisas atingiram é louca, é quase inumana. A pessoa tem muito pouco tempo de lazer.

MC – E isso deve-se aos instrumentos que foram criados para nos libertar...

TV – Em relação aos materiais, nos anos 80 as pessoas pensavam que nesta altura disporíamos de tabelas onde íamos procurar os elementos. Era o «material sob medida», mas afinal não foi nada assim. Continua a fazer-se investigação e há uma alteração muito grande em relação ao que se previa nos anos oitenta.

– As áreas mais necessárias são as que estão a ser mais desenvolvidas?

MC – Em termos tecnológicos, acho que sim. Em termos médico-biológicos, não sei.

HA – Muitas desses avanços são usados numa pequena fracção da humanidade, porque está a aumentar o desnível entre grande parte da humanidade. Há muita gente que morre devido a problemas elementares.

junto de robots que navegam em cooperação. São protótipos experimentais do nosso trabalho de investigação.

TV – Mas as pessoas vão perguntar como é que as coisas funcionam.

– Este ano vão preparar monitores?

TV – Vamos, tem de ser. O ano passado foi muito complicado com tantos visitantes.

– Quantas pessoas é que estavam no pavilhão no ano passado?

TV – Estava um monitor permanente, que era aluno de engenharia mecânica. Depois fui eu dar apoio, um colega do meu departamento e ainda a filha dele. O meu filho, que tem 12 anos, resolveu assumir a explicação de uma banca sobre a energia fotovoltaica... Mas se não fosse assim, não conseguíamos. Foi uma loucura!

– Quantos monitores vão estar presentes nesta edição?

TV – Pelo menos seis, todos com formação na área de ciência e tecnologia.



«Olha o comboio», experiência em que a energia fotovoltaica movimenta um comboio em miniatura.

Espaço do Livro e do Disco



Inéditos de Manuel da Fonseca

Com descontos que vão de 10 a 40 por cento, o Espaço do Livro e do Disco da Festa continua a ser um pólo de atracção para os visitantes da Quinta da Atalaia, sejam eles crianças, adolescentes ou adultos.

Aliás, este ano a banca da venda de livros foi pensada especialmente para os mais pequenos, equipada com mesas baixas que lhes permitem um acesso mais fácil a uma variada oferta de obras dedicadas à sua idade.

Para além desta inovação, o Espaço do Livro destaca-se pela publicação de uma colectânea de textos inéditos do falecido escritor Manuel da Fonseca, um livro de Lino de Carvalho sobre a ditadura portuguesa na época de Marcelo

Manuel da Fonseca, um escritor sempre actual



Caetano, a compilação das ilustrações do pintor Rogério Ribeiro para o «Até amanhã, camaradas», de Manuel Tiago, e o segundo volume do livro sobre o IV Congresso do PCP.

Realce especial ainda para as colecções das obras de autores como José Saramago, Alice Vieira e Eça de Queirós.

Como é habitual, as sessões de autógrafos proporcionam oportunidades únicas para o contacto directo com os escritores preferidos, enquanto as sessões de lançamento permitem um conhecimento facilitado das novas obras.

No Espaço do Disco, encontrarão a preços convidativos todo o tipo de música, nomeadamente a dos artistas nacionais e estrangeiros que actuam nesta edição da Festa.



III Concurso de Pesca Desportiva Centena e meia de pescadores no Seixal

Mais de centena e meia de pescadores de vários concelhos do distrito de Setúbal participaram no III Concurso de Pesca Desportiva, organizado pela Comissão Concelhia do Seixal do PCP, no início do mês, com o objectivo de promover a Festa do «Avante!».

Foram pescados 330 quilos de peixe, no total. Individualmente, Jorge Silva, d'«Os Abençoados», foi quem mais baixas causou, seguindo-se-lhe por ordem decrescente na depreção Hugo Cabrita, da Casa do Benfica da Baixa da Banheira, Luís Manuel, individual, Edgar Baptista, também individual, e Prates Pires, do Rancho Folclórico do Barreiro. Colectivamente, a Casa Benfiquista da Baixa da Banheira não deu hipóteses. No entanto, que fiquem registados nos anais da arte piscatória da Margem Sul os nomes de Luís Miguel, individual, e Francisco Jesus, do Recreio Desportivo da Trafaria: o primeiro, porque teve arte e engenho para pescar 72 (!) escamosos; o segundo, porque foi o que, neste concurso, arrancou o mais pesado deles à profundidade das águas. Além da divulgação da Festa, o concurso teve também como finalidade fomentar a prática desportiva, dentro de princípios de respeito pela natureza e meio

ambiente, e proporcionar a todos algumas horas de lazer e confraternização na bela baía do Seixal.

José Dias, da organização, mostrou-se completamente satisfeito com os resultados do trabalho desenvolvido, já



que este concurso, à semelhança dos anteriores, «cumpriu integralmente os seus objectivos». O camarada aproveitou para agradecer às empresas do Concelho, que dotaram a prova de um naipe de taças e troféus de causar inveja.



Adquirida agora, a EP custa apenas 2300 escudos. Nos dias da Festa o preço será de 3100 escudos

FESTA
Avante!
2000
SEXTA-FEIRA

FESTA
Avante!
2000
SÁBADO

FESTA
Avante!
2000
DOMINGO

1 2 3

TÍTULO DE SOLIDARIEDADE

FES 1 2 3 SR



Há uma integração razoável. Tudo indica que um dos problemas que aqui se coloca é a questão da integração dos trabalhadores enquanto pessoas na sociedade em que neste momento estão inseridos, e por vezes durante muitos anos. O que é que se faz ou não nesse sentido? Com que apoios é que se pode contar para fazer um trabalho de integração? Em que é que ele consiste?

Os poucos apoios que existem são apoios da parte suíça.

Ninguém, da parte suíça, põe problemas a quem desejar, por exemplo, inscrever-se num curso profissional. O único problema, na verdade, é o conhecimento da língua.

Apoios da parte portuguesa, não há praticamente nenhuns. E os poucos que há não são divulgados.

O ano passado, em conjugação com os sindicatos e o patronato suíço, conseguimos criar um curso de preparação, em Portugal, para quem vem para a Suíça pela primeira vez. Essa pessoa irá aprender as técnicas de trabalho suíças e pelo menos ter rudimentos da língua do cantão para onde vai trabalhar. Esses cursos são dados nos Centros de Formação Profissional em Portugal.

Há algum trabalho no sentido da melhoria do nível cultural dos trabalhadores que aqui chegam?

Não. Infelizmente não há nada. Por vezes há quem promova algumas iniciativas nessa área. Por exemplo, em Geneve há um grupo de teatro.

Mas não é fácil. Das duas umas – ou é um grupo de teatro de raízes populares,

digamos assim, ou então é elitista e pode tornar-se inacessível.

Penso que o grupo de Geneve está a fazer um bom trabalho e já são reconhecidos pelos portugueses de Geneve como alguém que faz alguma coisa. Mas é uma gota de água.

Entre Geneve e Lausane há 60 mil portugueses. Pena é que essa experiência não seja multiplicada.

Entretanto há algumas alterações no tipo de emigração. Hoje, na Suíça, já há gente que emigrou para cá com o 12.º ano. São imigrantes que já sentem outro tipo de necessidades, põem outras exigências mesmo em relação à sociedade suíça.

E necessariamente são muito mais exigentes relativamente a Portugal.

Como vivem aqui os portugueses?

A vida aqui não é tão cómoda e tão barata como se possa pensar. Quando se ganha um salário de três mil francos suíços – traduzido para português poderá parecer muito, são 360/370 contos – de que, feitos os descontos, se vai receber de facto 1900 a 2000 e desses 2000 se irá retirar uns 1000 francos para pagar uma renda de casa, ficam 1000 para viver. E então, como é que se vai economizar para a tal casa, que é o sonho alimentado pela maioria dos imigrante... Só fazendo horas extraordinárias ou trabalhando em dois ou três empregos.

Por outro lado, a ideia, sempre presente, de que são os três, quatro anos na Suíça, cinco no máximo – *junto dinheiro para fazer a minha casa em Portugal, vou-me embora* – levou a que as instituições financeiras portuguesas tenham vindo para cá, no sentido de cativar as poupanças dos imigrante. Por vezes de uma forma correcta, outras de uma forma

menos correcta. E há pessoas que trabalham 15/16 horas por dia para poupar para a tal casita...

Três mil francos é uma base mínima ou uma base média?

Nem uma coisa nem outra. Por exemplo, no caso das senhoras que trabalham nas limpezas, o salário médio bruto é de 12 francos à hora – o que significa 1500/1600 escudos à hora. Ora trabalham por vezes duas/três horas por dia. Chegam ao fim do mês com 500/600 francos.

Na hotelaria o salário bruto é de 2600 francos, com 45/47 horas por semana.

Na agricultura é de 2600 francos e trabalha-se 52/55 horas por semana, actualmente.

E isso é legal?

Sim. O sector da agricultura é um sector que foi colocado fora da Lei do Trabalho. E muitas vezes este horário é ultrapassado, com o mesmo salário. E as pessoas não se manifestam. Uma vez porque não estão legais. Outras, porque têm uma autorização de trabalho temporária e esperam que o patrão a renove, para poderem vir a ter uma autorização anual, que já vai dar uma meia estabilidade.

O problema é que quem cala consente e, ou as pessoas reclamam no momento próprio ou a situação vai-se degradando.

● Lígia Calapez Texto

● José Frade Fotos

“Os novos imigrantes sentem outro tipo de necessidades, põem outras exigências mesmo em relação à sociedade suíça”

Qual é a taxa de sindicalização dos imigrantes?

Na construção é bastante alta, nomeadamente ao nível da comunidade portuguesa. Porquê? No fundo, devido ao trabalho que desenvolvemos, quase de assistência social. Os imigrantes vêm ter connosco para pedir uma certidão de nascimento, porque se vão casar. Vêm pedir para escrevermos uma carta para o médico, ou para a empresa X, porque encomendaram um produto e esse produto não chegou. Tudo isto leva a que as pessoas necessariamente se aproximem do sindicato. Porque pensam *que o único sítio onde eu posso ir, e sei que não me vão explorar, é ao sindicato.*

É um indicativo da importância do trabalho sindical.

Exactamente. O sindicato está lá sempre. Em matéria de polícia de estrangeiros, por exemplo, a secção sindical em que trabalho tem resolvido enormes problemas, evitando inclusive a expulsão de famílias daqui da Suíça e levando até às últimas consequências legais a sua defesa.

Temos um departamento jurídico à disposição, com um advogado. E não se exige qualquer pagamento por este serviço.

As pessoas sabem que, se se dirigirem às autoridades portuguesas, antes do mais vão perder um dia de trabalho. E, na verdade, não têm confiança. A estrutura consular portuguesa na Suíça está completamente ultrapassada, embora agora tenha maior número de funcionários, maior número de computadores. É a nossa forma de trabalhar que difere. Quase que me leva a dizer o seguinte – os consulados portugueses na Suíça fechariam as portas se não passassem documentos oficiais. Se os portugueses não tivessem necessidade de ir ao consulado para renovar o passaporte, para tirar um bilhete de identidade, para reconhecer uma assinatura, os consulados estariam fechados.

Luta e solidariedade passa por Portugal

A luta dos emigrantes portugueses por melhores condições de trabalho e de vida passa também por Portugal.

Na manhã de segunda-feira passada, em Lisboa, realizou-se uma concentração de professores junto do Ministério da Educação.

Um gesto de protesto com o objectivo de manifestar o descontentamento pela forma como os responsáveis da tutela têm tratado os assuntos relativos ao Ensino de Português no Estrangeiro.

As razões desse descontentamento prendem-se com a morosidade na negociação dos pontos não regulamentados do actual regime jurídico (suplemento de residência e novo regime de protecção social), bem como a resolução das dificuldades criadas aos professores da «rede alemã» e os salários não pagos a alguns professores a leccionar em Espanha.

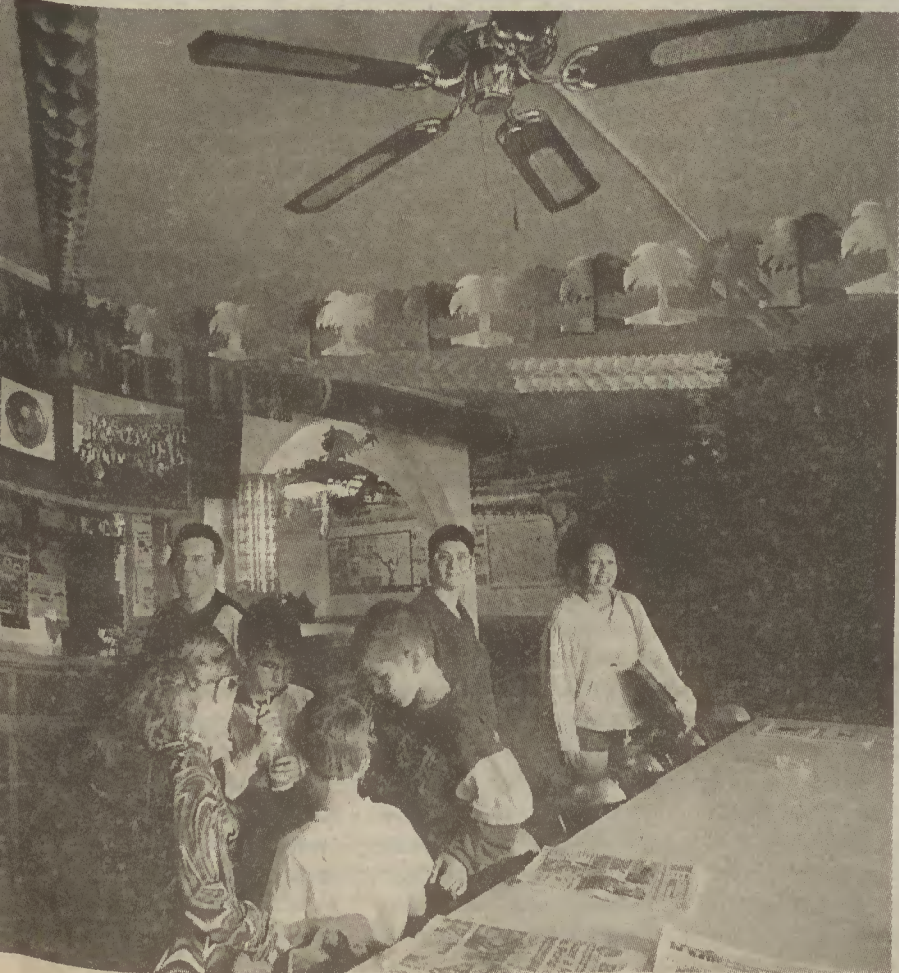
Para dia 5 de Agosto, também em Lisboa, está prevista uma reunião das Associações das Comunidades Portuguesas. Uma iniciativa da Associação de Reencontro dos Emigrantes com a parceria da federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio e com o apoio do

Departamento de Turismo da Câmara Municipal de Lisboa.

O debate deverá centrar-se, nomeadamente, na evolução que se tem vindo a verificar no movimento associativo dos emigrantes portugueses, com novas exigências e problemas, em particular as novas gerações, que têm vindo a revelar um redobrado interesse pela manutenção e reforço dos laços com o país de origem, sua língua e cultura, bem patente na criação de novas estruturas organizativas de jovens lusodescendentes.

Um levantamento de problemas e formas de entajuda para os superar, o reforço do intercâmbio entre as diferentes associações, serão motivo de reflexão neste «Encontro de Verão» que terá a presença de numerosas associações de França, Holanda, Suécia e outros países.

O encontro visa ser um primeiro passo para criar e reforçar uma rede de colaborações entre o movimento associativo, de que poderão resultar iniciativas conjuntas, nomeadamente o debate de certos aspectos específicos do interesse das comunidades portuguesas no estrangeiro, como sejam a segurança social e o ensino da língua portuguesa.



Os emigrantes portugueses na Suíça vivem os seus tempos livres no círculo das associações

Portugal processado

A Comissão Europeia decidiu, na terça-feira, levar Portugal ao Tribunal de Justiça do Luxemburgo por incumprimento, nos Açores, da directiva «Água para Consumo Humano». Bruxelas considera que a legislação necessária à aplicação da directiva nos Açores é incompleta e que as normas obrigatórias não estão a ser respeitadas em particular na Ribeira Grande. No entanto, Portugal não é o único Estado comunitário em falta, tendo a Comissão decidido ainda enviar dois pareceres fundamentados - segunda fase de um processo de infracção - contra a Espanha pelo mesmo motivo.

Regras ambientais

A Comissão Europeia decidiu avançar para a segunda fase de um processo de infracção contra Portugal, por incumprimento da directiva Avaliação do Impacto Ambiental nas novas estradas na reserva natural de Paul de Arzila e em Famalicão. Bruxelas considera que Lisboa não aplicou correctamente as regras da referida directiva constantes da nova redacção que lhe foi dada em 1997 e prepara-se para também levar a tribunal a Espanha, a Grécia e o Luxemburgo. A Bélgica e a Grécia estão igualmente em falta. A directiva exige que os Estados membros apresentem uma avaliação do impacto ambiental sobre uma série de projectos antes de estes serem autorizados.

Marrocos sem acordo

A primeira reunião técnica entre Marrocos e a União Europeia para a negociação de um novo acordo de pescas, realizada na terça-feira em Rabat, terminou sem acordos concretos e sem que tenha sido fixada nova data para a continuação das discussões. No final da reunião, que apenas durou uma hora e meia, o ministro delegado das Pescas de Marrocos, Thami Jiari, citado pela Lusa, declarou que as posições entre as duas partes se encontram «bastante afastadas». Por seu lado, o director-geral das Pescas da Comissão Europeia, Stefan Smidt, informou que não foi marcada nova data para a continuação das negociações.

Popularidade em baixa

Uma sondagem da Comissão Europeia indica que a popularidade da União Europeia junto da opinião pública é a mais baixa dos últimos 20 anos. O Reino Unido surge como o país mais eurocético com apenas 25 por cento dos britânicos interrogados favoráveis ao facto serem membros. O apoio à adesão ao euro é ainda mais baixo, com apenas 22 por cento de opiniões favoráveis, contra 36 por cento, em 1998.

Portugal é o único país que vai ter prejuízos económicos com o alargamento da União Europeia. França, Alemanha e Reino Unido têm os maiores ganhos

Mais Europa para os ricos

A adesão de mais 12 países irá aumentar a área da União Europeia em mais 34 por cento e a sua população em 105 milhões de pessoas. Os benefícios já foram calculados.

Se alguém pensa que o alargamento da União Europeia representa um qualquer esforço benemérito da Europa desenvolvida para ajudar os países de leste mergulhados numa profunda crise, desengane-se. A UE só tem a ganhar, política e economicamente.

Segundo estudos internacionais citados por um projecto de parecer da Comissão dos Orçamentos do Parlamento Europeu, o benefício macroeconómico estimado do alargamento será de 0,2 por cento do produto interno bruto (PIB) da actual União dos Quinze. Este efeito

positivo, «embora modesto», como refere o documento, «cobre largamente os custos adicionais do alargamento».

Mas, como é habitual, os ganhos não são iguais para todos os actuais estados membros. Os principais beneficiários são a Alemanha, com uma percentagem de 33,8 por cento, a França, (19%), e o Reino Unido (14,1%).

A Itália, Espanha, Países Baixos, Suécia, Bélgica e Luxemburgo, Áustria, Dinamarca e Finlândia colherão também alguns frutos, o que

já não acontece com a Irlanda, Grécia e Portugal, os países mais pobres que terão ganhos nulos ou, no caso português, negativos (-0,4%).

Mercado de 500 milhões

No entanto, os benefícios do alargamento vão muito além do crescimento de 0,2 por cento do PIB comunitário. O citado estudo indica «outras vantagens dificilmente quantificáveis», salientando: - o impacto mundial de um mercado alargado, com quase 500 milhões de pessoas e 25 por cento do comércio mundial;

- o reforço da concorrência e a aceleração do processo de reforma da Europa Ocidental; - a perspectiva de um maior crescimento económico em toda a Europa;

- a mais longo prazo, a perspectiva de uma moeda única.

A isto acrescentam-se aspectos políticos e geoestratégicos descritos como «uma democracia alargada e estável e perspectivas de uma paz sustentável na Europa».

Os benefícios cobrem amplamente os custos adicionais do alargamento



Dos 13 países candidatos, só a Turquia (onde persiste a repressão ao povo curdo) ainda não encetou negociações de adesão

Só a partir de 2004

O documento do Parlamento Europeu refere-se ainda à estratégia negociada de adesão, considerando «conveniente evitar a concessão de um período de transição» aos novos estados. Por conseguinte, a participação no sistema de recursos próprios da UE começaria logo a partir da data da adesão, ou seja os novos membros passariam de imediato a contribuir para o orçamento comunitário.

Esta imposição, que não tem correspondência com adesões anteriores, baseia-se

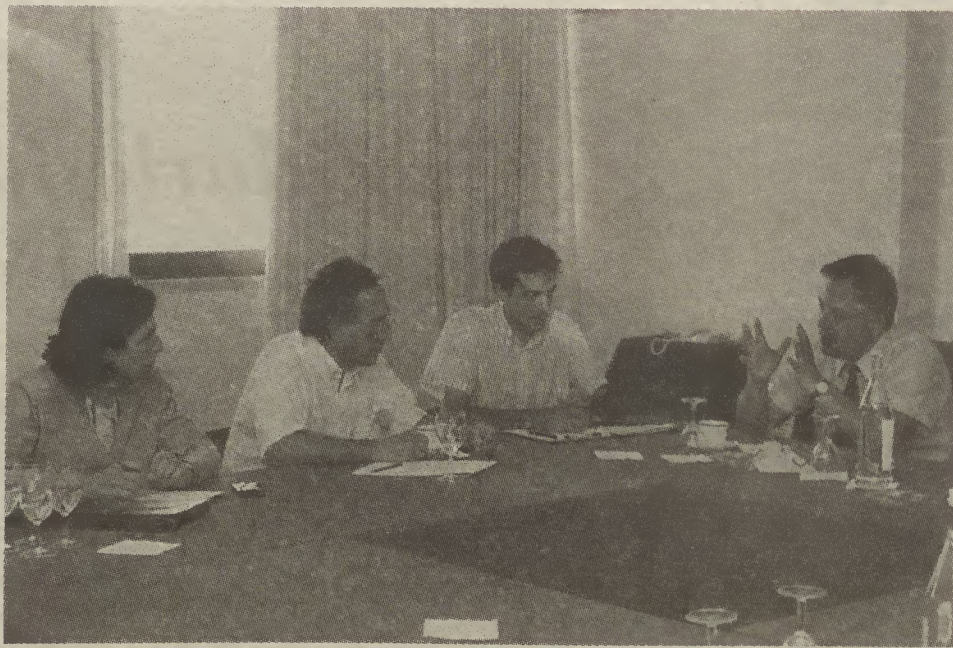
no argumento de que os actuais países candidatos já beneficiam de ajudas de pré-adesão para preparar a participação nos fundos estruturais, no fundo de coesão e na política agrícola comum.

Um outra conclusão do parecer indica que a adesão do primeiro grupo de seis países (o chamado grupo do Luxemburgo, que inclui a Eslovénia, Estónia, Hungria, Polónia, República Checa e Chipre), não deverá concretizar-se antes de 2004. As negociações, iniciadas em Março de 1998, não deverão terminar antes do final de

2002, sendo ainda necessários dois anos para o processo de ratificação.

Além disso, a primeira vaga de adesões poderá ainda incluir países do grupo de Helsínquia (Bulgária, Letónia, Lituânia, República Eslovaca, Roménia e Malta) para os quais existe a possibilidade expressa de acelerarem as negociações.

Em última análise, refere o documento do PE, «as datas e o número de adesões dependerão de uma decisão quanto ao facto de o alargamento ser um projecto primordialmente político ou económico».



Encontro com delegação do PC da Ucrânia

Encontros com partidos da ex-URSS

Durante a estadia em Portugal de dirigentes dos partidos comunistas da Federação Russa, da Ucrânia e da Bielorrússia, por ocasião do Seminário do Grupo Unitário de Esquerda da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, realizado em 17 e 18 de Julho no Algarve, o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, encontrou-se com Ivan Melnikov, membro do

Presidium do CC do PC Federação Russa (acompanhado por Andrey Filipov, responsável internacional do PCFR), com Petro Symonenko, SG do PC da Ucrânia, e Serguey Kalyakin, SG do PC da Bielorrússia.

Estes encontros possibilitaram uma útil informação sobre a dramática situação política, económica e social em que vivem os trabalhado-

res e os povos daquelas três repúblicas que integravam a URSS, mas também o importante papel desempenhado pelos comunistas desses países, aos quais o PCP expressou a sua solidariedade e o desejo de aprofundamento das relações bilaterais.

O Secretário-Geral do PCP encontrou-se ainda com Jaakko Laakso, Presidente do GUE do Conselho da Europa.

Produção industrial em declínio

Portugal foi entre os 11 países que integram a zona euro o único que registou uma queda na sua produção industrial em Maio - menos 2,4 por cento em relação ao mesmo mês de 1999.

Neste período, a zona euro aumentou 7,2 por cento, sendo que no conjunto dos 15 países da UE a subida foi de 6,6 por cento.

As maiores subidas registaram-se na Finlândia e na Dinamarca (10%), na Alemanha (9,4%) e em Espanha (7,7%). O menor crescimento verificou-se na Holanda com apenas 0,1 por cento.

Para além deste estudo do Eurostat, gabinete de estatística europeia, ou outro, da autoria do Centro de Investigação sobre a Economia Portuguesa (CISEP) dá conta que foram as indústrias de baixa intensidade tecnológica as responsáveis pelo acréscimo de produtividade registado no sector da indústria transformadora após a adesão de Portugal à Comunidade. Designadamente, os têxteis, vestuário e alimentação foram os únicos sectores onde a pro-

ductividade cresceu acima da média da indústria nacional.

Segundo o citado estudo, em 1994, os sectores de baixa tecnologia passaram a representar 61 por cento do valor acrescentado da indústria transformadora, enquanto dez anos antes aquele valor era de apenas 52 por cento. Em países como a França, Itália, Alemanha e Reino Unido este indicador fica-se pelos 30 por cento.

O estudo mostra ainda que os têxteis, vestuário e alimentação mobiliza cerca de 60 por cento da força de trabalho na indústria transformadora portuguesa.

Por seu lado, os sectores de média-alta tecnologia tiveram a maior queda em valor acrescentado após a adesão à Comunidade. Esta redução é em grande parte explicada pela crise da indústria química, cuja importância caiu para metade em dez anos.

Neste quadro, a nossa economia continua a assentar na exploração de mão-de-obra barata a qual é igualmente o principal atractivo para os investimentos estrangeiros em Portugal.

Pesca na Gronelândia

Quotas insuficientes

Apesar de muito reduzida, a frota portuguesa de pesca longínqua não consegue rentabilizar as suas potencialidades por falta de quota, o que leva Portugal a ter de importar cerca de 150 milhões de contos em pescado por ano.

Desde os anos 30 que Portugal sempre pescou na Gronelândia. Porém, com a entrada na Comunidade Europeia, a situação alterou-se passando o País a ficar ao abrigo do acordo de pescas com a Gronelândia, assinado em 1985. A partir daí começaram as dificuldades neste sector sobretudo devido à

falta de quotas, com profundos impactos no emprego, no abastecimento da indústria transformadora e na economia das regiões piscatórias.

O Governo deve exigir a redistribuição das quotas na Gronelândia

Dos 52 navios-fábrica que constituíam a frota em 1990, hoje só restam 14, para os quais existe apenas uma quota de 16 mil toneladas. Se tivermos em conta

que a rentabilização mínima de um navio necessita de capturas na ordem das duas mil toneladas, conclui-se que há um défice de 12 mil toneladas para viabilizar a frota existente.

No entanto, se houvesse uma redistribuição das quotas esta situação poderia ser resolvida, como sugere a deputada do PCP, no Parlamento Europeu, numa pergunta escrita à Comissão Europeia, evocando as decisões neste sentido adoptadas pelo Conselho de Pescas.

De facto, de um total de 140 mil toneladas previstas no acordo com a Gronelândia,



A viabilização da frota de pesca longínqua necessita de mais capturas

Incúria do Governo

A deputada europeia Ilda Figueiredo, acompanhada por António Salavessa e Artur Ramísio, da DORAV do PCP, reuniu na passada segunda-feira com o Sindicato dos Trabalhadores das Pescas do Norte e com a ADAPI - Associação dos Armadores das Pescas Industriais, para abordar a questão da negociação do acordo de pescas UE/Gronelândia.

Para o PCP a ausência de um pedido formal por parte do Governo português com vista à redistribuição das quotas «é surpreendente, mas, ao mesmo tempo, reveladora da incúria com que o Governo português encara a defesa de sectores estratégicos nacionais como é o da pesca».

Estas preocupações foram confirmadas pelos sindicalistas e pelos armadores, que referiram ainda vários outros problemas, entre eles o da falta de diálogo, por parte do Governo, com as associações do sector, sendo unânime a consideração de que, contrariamente ao discurso dos governantes acerca da necessidade de Portugal retomar a sua ligação histórica com o mar, o Governo mostra à evidência que não possui qualquer tipo de política estratégica para o sector das pescas, comprometendo assim o futuro do pouco que resta daquilo que já foi uma das mais importantes e tradicionais actividades económicas portuguesas.

Unânime é também a exigência para que o Governo faça urgentemente o que já há muito devia ter feito relativamente à renegociação do acordo de pescas UE/Gronelândia: a apresentação de propostas concretas que contemplem os interesses nacionais em matéria de reforço das quotas naquelas águas.

dia, 80 por cento (112 mil toneladas) estão atribuídas à Alemanha, sendo o remanescente distribuído pelo Reino Unido, Dinamarca e França. Contudo, sabe-se que a Alemanha não tem capacidade de utilizar a totalidade da sua quota, sendo o grau de utilização do acordo de apenas 12 por cento. Esta situação permite à Gronelândia revender as quotas não utilizadas a países não comunitários.

Segundo o Comissário Franz Fischer, «a Comissão está ciente do desejo constante da administração portuguesa de obter uma redistribuição das quotas de captura nas águas da Gronelândia. Contudo, não foi recentemente recebido nenhum pedido formal», afirma Fischer, recordando que «a Comissão irá apresentar nas próximas semanas uma recomendação de decisão do conselho que autoriza a abertura de negociações conducentes a um quarto protocolo de pesca», para o período de 2001-2006. Será talvez altura de o governo português defender os interesses nacionais...

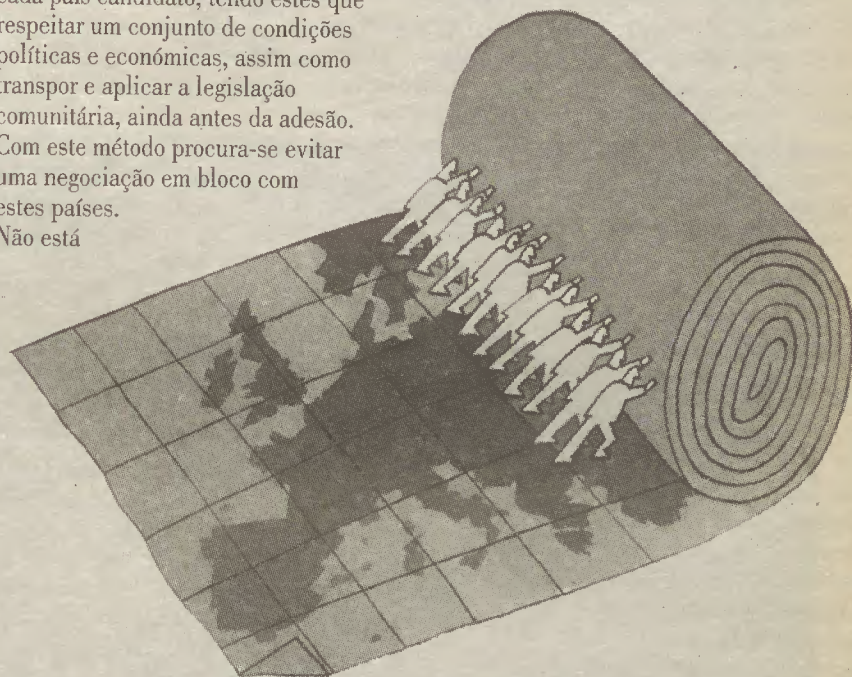
• Pedro Guerreiro

As imposições do alargamento

No âmbito do processo de alargamento da União Europeia iniciaram-se «negociações» com a Eslovénia, Estónia, Chipre, Hungria, Polónia, República Checa, Bulgária, Eslováquia, Letónia, Lituânia, Malta e Roménia. Quanto à Turquia foram iniciados contactos visando concretizar na prática o estatuto de país candidato à UE. A UE definiu unilateralmente uma estratégia comum, desenvolvida de forma «diferenciada» relativamente a cada país candidato, tendo estes que respeitar um conjunto de condições políticas e económicas, assim como transpor e aplicar a legislação comunitária, ainda antes da adesão. Com este método procura-se evitar uma negociação em bloco com estes países. Não está

meios adequados que tenham por base a realidade diferenciada de cada país, que respondam às complexas exigências, que se colocam tanto a estes, como aos actuais Estados membros, que garantam e promovam o desenvolvimento dos sistemas produtivos nacionais, concretizando a coesão económica e social e a elevação do nível de vida de cada povo.

- Um método «negocial» (ou melhor de «imposição/aceitação»), em que uma parte, a UE, controla todo o processo e impõe as condições, cumprindo à outra



decidida qualquer data para uma primeira adesão, apenas a condição de esta se verificar após a conclusão da reforma institucional na Conferência Intergovernamental... Mas há quem avance datas que vão de 2002 a 2006.

Dominação neoliberal

Neste processo podemos constatar:

- a imposição do capitalismo neoliberal e a procura do domínio económico destes países, aumentando a sua dependência face à UE, no sentido dos interesses do grande capital financeiro e industrial, com privatizações generalizadas e a destruição do sector público, com gravosas consequências para o sistema produtivo, a exploração dos trabalhadores, a desregulamentação do mercado de trabalho, a diminuição do investimento público e social e o ataque a direitos há muito conquistados pelos trabalhadores na generalidade desses países.
- O condicionamento da política externa dos países candidatos, aparecendo a possibilidade de adesão à UE associada ou condicionada à integração ou apoio por parte destes à NATO e à sua política de ingerência e intervenção militar.
- O «alargamento» a servir de justificação para o avanço de uma UE com orientação federal, procurando-se concertar futuras alterações político-institucionais - consolidando o domínio e comando de alguns países sob os outros - e apresentá-las depois aos países candidatos como facto consumado.
- O aprofundamento da desigualdade não só entre o nível médio de vida na UE e esses países, mas também no interior destes (que tem vindo a acentuar-se desde há dez anos), existindo milhões de pessoas a viver na pobreza.
- A inexistência de uma preparação e

apenas aplicar.

Assim, não será de estranhar a mudança de opinião que começa a verificar-se em alguns dos países candidatos face à possibilidade de adesão à UE, nomeadamente na Polónia e na República Checa, assim como as resistências à aplicação das políticas e à transposição do «acervo comunitário» da UE, por exemplo, no que se refere à agricultura.

Consequências para Portugal

Diversos estudos indicam que Portugal seria o país da UE que mais perderia com o alargamento. Em caso algum deverão ser os países com menor desenvolvimento na UE, como Portugal, a suportar os custos do alargamento, para mais na certeza das vantagens económicas que outros - mais desenvolvidos - dele retiram. Um estudo (*) aponta como principais beneficiários do alargamento (tendo em conta a sua percentagem no benefício total do alargamento) a Alemanha (33,8%), a França (19,3%), o Reino Unido (14,1%), a Itália (8,5%) e a Espanha (7,0%), totalizando 82,7%. Quanto a Portugal, o estudo prevê -0,4% de percentagem no benefício total do alargamento. Por tudo o que expusemos, o actual processo de alargamento reafirma a necessidade de um rumo totalmente diferente para a construção europeia, que respeite a vontade consciente e os interesses de cada povo, que se baseie na cooperação entre estados soberanos e iguais em direitos, sem ingerência ou imposição de compromissos, que afirme uma Europa de paz e de solidariedade.

(*) In «Projecto de parecer da Comissão dos Orçamentos do PE sobre os aspectos orçamentais do alargamento da UE», de 20/7/00.

Referendo na Costa do Marfim

Os eleitores da Costa do Marfim participaram no domingo e na segunda-feira num referendo sobre a nova Constituição proposta pela Junta Militar, liderada pelo general Robert Guei, que se instalou no poder após um golpe militar, em Dezembro do ano passado. Apresentado pelos militares como o primeiro passo para a instauração de um governo civil, este referendo tem provocado polémica, especialmente em relação à reforma que prevê que apenas cidadãos com pai e mãe nascidos no país se possam candidatar à chefia do Estado. A ser aprovado, o popular Alassane Outtara, cujo pai é acusado de ser do Burkina Faso, estaria impedido de se apresentar nas eleições.

38 mortos na Argélia

Um total de 38 pessoas foram assassinadas na Argélia, durante o fim-de-semana, num aumento da violência perpetrada por grupos islâmicos. Para fazer face à situação, as autoridades iniciaram há uma semana uma operação antiterrorista nas montanhas da região de Collo, na zona este do país. Cerca de 25 islamitas foram mortos. A onda de violência aumentou no início do mês. Desde então, mais de 250 pessoas já perderam a vida, entre elas mais de 40 islamitas armados. Desde 13 de Janeiro, data em que entrou em vigor a lei sobre a concórdia civil (também conhecida como a «Lei do Perdão»), já morreram 1300 pessoas em atentados da autoria dos dois principais grupos extremistas: o Grupo Islâmico Armado (GIA) e o Grupo Salafista para a Predicação e o Combate (GSPC).

Negociações retomadas no Chipre

Os representantes cipriotas gregos e turcos retomaram as negociações indirectas na segunda-feira, em Genebra, depois de uma interrupção de 12 dias. Decorrendo à porta fechada, estas novas conversações devem ser prolongadas até dia 4 de Agosto e retomadas a 12 de Setembro. As principais questões a ser debatidas passam pela segurança, os limites territoriais, a divisão de poderes e a propriedade. O objectivo é criar uma estrutura política na ilha «bicomunitária» e «bizonal».

Paz na Colômbia passa por Genebra, agora em negociações com o Exército de Libertação Nacional

Falar de paz em tempo de guerra

As esperanças de paz na Colômbia voltam a estar na ordem do dia, com o relançamento das negociações com os principais movimentos guerrilheiros do país.

Representantes do governo colombiano, da sociedade civil e do Exército de Libertação Nacional (ELN) reuniram-se segunda e terça-feira em Genebra em busca de um consenso para a paz na Colômbia.

O encontro teve como objectivo estabelecer «um clima de confiança mútua depois de 40 anos de conflito armado» e criar condições para uma trégua, segundo afirmou Franz von Daeniken, o responsável das Relações Exteriores da Suíça que inaugurou a reunião.

Este processo envolvendo o ELN, o segundo grupo guerrilheiro mais importante da Colômbia, junta-se ao que desde há ano e meio vem sendo desenvolvido entre o governo e a principal formação guerrilheira do país, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). As negociações de paz têm registado sucessivos impasses, a que não são alheias as indecisões e contradições do presidente Andrés Pastrana, pressionado pelos sectores

mais conservadores do Exército e pela acção dos grupos paramilitares de extrema-direita. Também os EUA se têm envolvido cada vez mais nas questões internas colombianas, não estando excluída a possibilidade de uma intervenção armada, a pretexto do combate à droga, mas cujo fito seria o de apoiar as forças oligárquicas instaladas no aparelho de Estado e nas Forças Armadas, perpetuando a opressão e profunda injustiça social reinante no país.

Os guerrilheiros do ELN pretendem organizar uma Convenção Nacional

Contradições

O objectivo imediato do encontro de Genebra foi o de lançar as bases para um acordo visando a criação de um território desmilitarizado para a instalação das forças do ELN, a exemplo do que sucede em relação à FARC. Os guerrilheiros pretendem organizar uma Convenção Nacional, um fórum sobre a paz e a situação na Colômbia, o que só será possível com a



O presidente colombiano, Andrés Pastrana (à esquerda), com o guerrilheiro Manuel Marulanda

existência de uma zona «de negociação», livre das constantes agressões dos militares e paramilitares.

Recorda-se que, em Abril último, o governo aprovou um plano provisório de desmilitarização de alguns distritos situados junto ao rio Magdalena, a principal via fluvial do país, mas o processo foi bloqueado pelos paramilitares, a quem a instabilidade é indispensável para continuarem a controlar o negócio da coca.

Enquanto em Genebra se falava de paz, na Colômbia as armas continuavam a soar

mais alto. Segundo o dirigente guerrilheiro Nicolas Rodriguez, registou-se mais uma «operação conjunta» do exército e de forças paramilitares perto do quartel-general do ELN, o que viola o compromisso do governo de suspender as acções militares para facilitar o processo de paz.

«Trata-se de um ataque contra a zona onde o governo se comprometeu a não efectuar operações militares e onde o país e o mundo sabem que o comando central do ELN (Coce) desenvolve negociações de paz», declarou no início

da semana o comandante guerrilheiro a várias estações de rádio de Bogotá.

Os combates intensificaram-se no passado fim-de-semana na Colômbia entre os paramilitares das Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC, extrema-direita, 5000 homens) e o ELN, antes da abertura de negociações de paz em Genebra.

De acordo com números do ELN, as operações fizeram 14 mortos e vários feridos nas fileiras governamentais e paramilitares e dois mortos nas fileiras da guerrilha.

Cimeira do G8

Pobreza e computadores

A cimeira do G8, que durante três dias reuniu em Okinawa Naha, no Japão, os chefes de Estado ou de governo da Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido e Rússia, terminou domingo com a aprovação de um extenso documento cheio de intenções e vazios de decisões.

Confrontados com o facto

de a economia mundial estar a «atingir níveis sem precedentes de prosperidade», ao mesmo tempo que mais de dois terços da população do planeta vive na pobreza, os poderosos do mundo sentiram-se na necessidade de afirmar que a riqueza deve ser partilhada. Como? «Aliviando algumas dívidas» do Terceiro Mundo.

Anunciada a intenção, a passagem à prática torna-se irrelevante, mas fica bem em qualquer comunicado dizer que «o século XXI tem de ser um século de prosperidade para todos», ou ainda que o G8 tem de «promover práticas mais responsáveis de empréstimo».

Numa palavra, o que se trata é de aliviar a corda para

assegurar que os países pobres possam continuar a pagar e a comprar os produtos dos países ricos. E porque a doença gera a pobreza - ou será ao contrário? -, o que prejudica o negócio, o G8 promete «envidar esforços» para que se consiga até 2010 uma redução em 50 por cento no número de mortes por doenças que poderiam ser facilmente

erradicadas, como a tuberculose e as associadas à malária.

A cimeira não esqueceu as novas tecnologias, mas aí a receita já é conhecida: computadores, eis a nova arma para combater a pobreza, lá onde o prato da sopa escasseia, a electricidade é ainda um bem raro e a maioria da população nem sequer pode ir à escola.

Resumo das conclusões

Com base num resumo divulgado pela Lusa, reproduz-se em seguida algumas das principais conclusões da cimeira:

Economia mundial:

«Temos que envolver-nos numa nova parceria com países não membros do G8, particularmente os países em desenvolvimento, organizações internacionais e sociedade civil, incluindo o sector privado e organizações não governamentais. Esta parceria permitirá que fiquem ao alcance de todos as oportunidades do novo século...»

Tecnologia da informação:

«Criaremos um Grupo de Trabalho para as Oportunidades Digitais (dot force), que será chamado a reportar no nosso próximo encontro as suas conclusões e recomendações sobre acção global para superar o diferencial da informação internacional.»

Pobreza:

«O século XXI tem de ser um século de prosperidade para todos e comprometemo-nos para com os objectivos globais de desenvolvimento já acordados, inclu-

indo o objectivo abrangente de redução da parcela da população mundial que vive em extrema pobreza em 2015 para metade do seu nível em 1990...»

Alívio da dívida:

«Embora sejam necessários mais esforços, houve progresso na aplicação (do perdão de 15 mil milhões de dólares em dívidas) de nove países (Benim, Bolívia, Burkina Faso, Honduras, Mauritânia, Moçambique, Senegal, Tanzânia, Uganda)... Trabalharemos aturadamente em conjunto... para se conseguir que 20 países cheguem ao Ponto de Decisão no âmbito da Iniciativa HIPC Reforçada até ao fim deste ano.»

Saúde:

«A saúde é a chave da prosperidade. Boa saúde contribui directamente para o crescimento económico ao passo que má saúde arrasta pobreza... Comprometemo-nos por isso a trabalhar... para servir três objectivos críticos da ONU: reduzir o número dos jovens infectados com o HIV/SIDA em 25 por cento até 2010; reduzir as mortes por tuberculose e pre-

valência da doença em 50 por cento até 2010; reduzir o fardo da doença associada à malária em 50 por cento até 2010.»

Educação:

«Comprometemo-nos a intensificar esforços bilateralmente ou em conjunto com organizações internacionais e doadores do sector privado para se conseguir o objectivo da educação primária universal até 2015 e igualdade do género na escolarização até 2005.»

Organização Mundial do Comércio:

«Temos que garantir que o sistema multilateral de comercialização é reforçado e continua a desempenhar o seu papel vital na economia mundial. Reconhecendo esta responsabilidade, estamos firmemente empenhados numa nova ronda de negociações comerciais da OMC com uma agenda ambiciosa, equilibrada e inclusiva, reflectindo os interesses de todos os membros da OMC... Concordamos em intensificar a nossa cooperação estreita e vantajosa de molde a tentarmos com outros membros da OMC lançar uma ronda nesse sentido ainda este ano.»

Crime:

«O crime financeiro, incluindo branqueamento de dinheiro, constituiu grave ameaça às nossas economias e sociedade. Declaramos assim o nosso empenho na tomada de todas as medidas nacionais e internacionais para combater efectivo ao crime financeiro, de acordo com padrões internacionais.»

Controlo de armas:

«Saúdamos o reforço dos regimes globais de prevenção da proliferação de armas de destruição maciça e seus sistemas de utilização. Também reconhecemos a necessidade de examinar e promover ulteriores medidas multilaterais para redução da proliferação de mísseis... Trabalharemos para aumentar o nível de contribuições internacionais para o programa russo de destruição de armas químicas. Comprometemo-nos a trabalhar com outrem para conclusão das negociações do Protocolo de Verificação que reforce a Convenção de Armas Biológicas tão cedo quanto possível em 2001.»

Impasse nas negociações Tensão no Médio Oriente

Duas semanas de negociações em Camp David e um clima de tensão crescente no Médio Oriente podem resultar numa mistura explosiva de consequências imprevisíveis.

A prolongada cimeira entre o dirigente palestino Yasser Arafat e o primeiro-ministro israelita Ehud Barak permanecia num impasse no encerramento desta edição. Apesar do bloqueio informativo imposto por Washington, no intuito de impedir pressões externas sobre os negociadores, torna-se cada vez mais evidente que as questões de fundo que opõem palestinos e israelitas estão longe de uma solução, e não apenas em Camp David. De ambos os lados extremam-se posições, e se pouco ou nada se sabe do que falam os negociadores reunidos em Washington, do «lado de fora» ninguém parece duvidar que o tempo é de contar espingardas.

ONU recenseou mais de 3,7 milhões de refugiados palestinos

Nacional Religioso), das organizações de emigrantes russos, e dos nacionalistas radicais da União Nacional. Segundo o próprio Sharon, foi estabelecido «um pacto para instaurar um governo de união nacional, que deverá substituir o actual executivo, que não faz outra coisa senão acumular fracassos». Para o responsável do Likud, a primeira prova de força terá lugar no próximo dia 2 de Agosto, quando todos os conjurados votarem a favor de um projecto de lei pedindo a dissolução antecipada do Parlamento e a convocação de eleições antecipadas. Entretanto, prosseguindo a política de desgaste do executivo que vem sendo seguida desde há algumas semanas, a direita nacionalista

der à votação para designar o substituto do presidente Ezer Weizman, forçado a demitir-se na sequência de um escândalo financeiro. Em confronto vão estar o candidato dos trabalhistas, Shimon Peres, e o candidato do Likud, Moshe Katsav.

Jerusalém no centro da discórdia

Do lado palestino as pressões não são menores. No domingo, o movimento integralista Hamas fez saber, através do seu máximo responsável religioso, Ahmed Yasin, que poderá decretar um cessar-fogo, mas a proposta de tréguas está condicionada «à retirada dos israelitas de todos os territórios da Cisjordânia e Gaza, ao desmantelamento dos colonatos judeus, ao retorno dos refugiados [mais de 3,7 milhões, segundo dados da ONU], à proclamação do Estado da Palestina, com Jerusalém oriental como capital».

Apesar de se tratar de uma mudança significativa na atitude do movimento, até agora contrário a qualquer negociação com Israel, este pode ser um presente envenenado para Arafat, cuja margem de manobra nas negociações, já de si limitada, fica ainda mais reduzida.

Por outro lado, a diplomacia do mundo árabe também não tem deixado de recordar a Arafat que a questão de Jerusalém não respeita apenas aos palestinos, e que a recuperação da soberania sobre pelo menos a parte oriental é um aspecto de que não pode abrir mão.

Mal menor

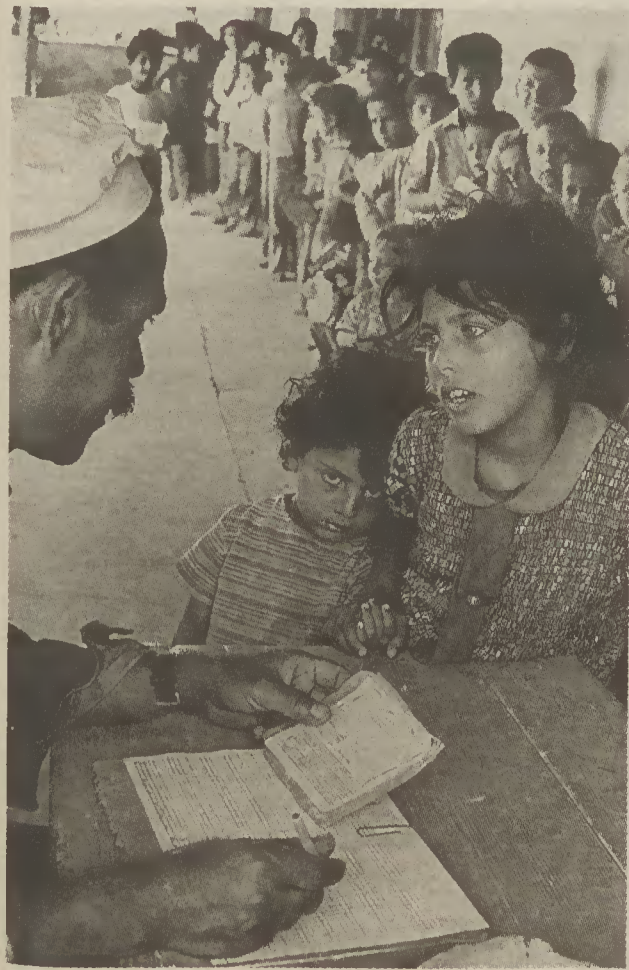
Também os patriarcas cristãos de Jerusalém têm estado activos nos últimos dias, empenhados em conseguir a internacionalização da Cidade Santa, de acordo com as recomendações das Nações Unidas em 1947, quando foi aprovada a divisão da Palestina em dois Estados (Israel e Palestina). Esta posição visa impedir os projectos de divisão da parte antiga da cidade, segundo os quais os bairros judeu e arménio ficariam sob administração israelita, enquanto aos palestinos caberia a tutela dos bairros cristão e muçulmano. Recordar-se que a cidade foi conquistada por Israel em 1967 e anexada algumas semanas mais tarde.

A internacionalização da Jerusalém, advogada igualmente pelo Papa João Paulo II nos últimos dias, seria o «mal menor» para os que defendem, como o bispo Arrallah Hannah, que «Jerusalém é uma cidade árabe ocupada em que não reinará a paz até que seja devolvida aos palestinos e convertida na capital de um Estado da Palestina independente.»

voltou a apresentar segunda-feira no Parlamento mais uma moção de censura a Barak pelo seu plano de paz.

Contando com 53 deputados, num total de 120, o Likud e os seus aliados não têm força bastante para derrubar o governo, mas jogam no facto de Barak contar de momento apenas com o apoio de 46 deputados; o que obriga os trabalhistas a um permanente e complexo jogo de alianças com os «não alinhados» com qualquer das partes. Este delicado e instável equilíbrio pode ser rompido a qualquer momento.

A correlação de forças vai uma vez mais ser posta à prova já no dia 31, quando se proce-



Gerações de palestinianos vivem no exílio

Em Israel, os partidos de direita reuniram-se segunda-feira no Monte das Oliveiras, símbolo de Jerusalém em plena zona palestiniana, onde assumiram o compromisso de fazer cair o executivo de Barak, formar um governo de «unidade nacional» sem os trabalhistas e levar a cabo um «verdadeiro processo de paz que preserve a unidade de Jerusalém».

Direita ao ataque

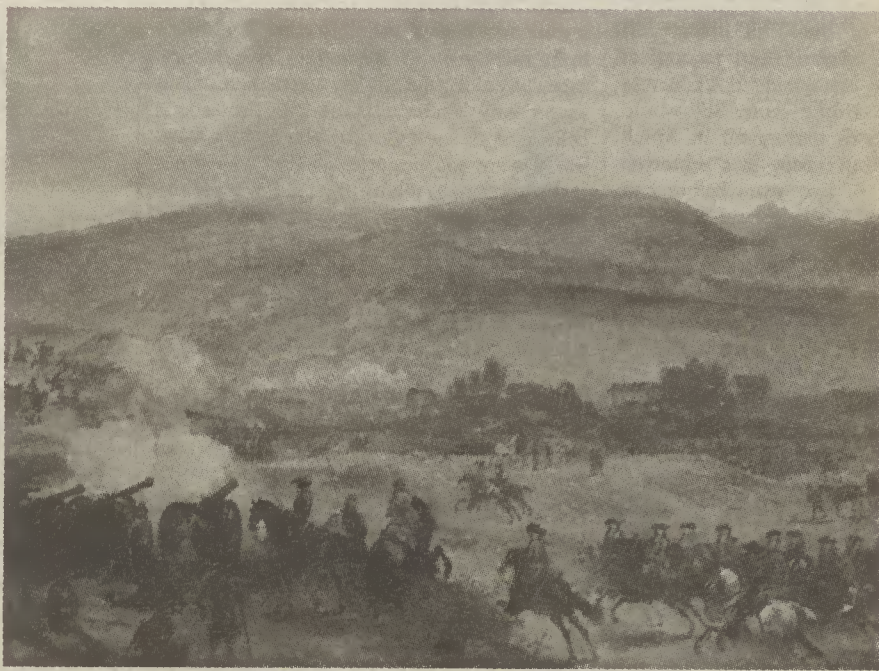
A reunião foi presidida pelo dirigente do Likud, o general Ariel Sharon, e contou com a presença de representantes dos ultraortodoxos (Shas e Partido

Marchas de ódio

● Manoel de Lencastre

Julho é o mês em que os protestantes da Irlanda do Norte comemoram as vitórias do exército de Guilherme de Orange sobre a Irlanda católica. Como nos anos mais recentes, a secção da Ordem de Orange de Portadown fez um apelo para que todos os protestantes se unissem e levassem a cabo aquilo que consideram um direito inalienável — marchar em plena Garvaghy Road no coração da zona católica. Alguns, gritaram: «Isto vai ser o Álamo do Ulster!» Outros, foram mais longe, ainda: «A guerra vai começar hoje!» Mas o mundo já compreendeu o suficiente deste conflito e o governo britânico já se envergonha do apoio que, tradicionalmente, tem oferecido aos protestantes e do regime de

pelo conde Schomberg atravessaram o rio em Rosnaree e dominaram os dragões católicos de Sir Neill O'Neill. Os protestantes possuíam armamento superior. Os católicos-irlandeses, comandados pelo próprio rei, James II, e pelo Duque de Lauzun (francês) cometeram erros tácticos consideráveis. A artilharia orangista começou a sacrificar a infantaria jacobita (católica) que guardava a passagem do rio em Oldbridge. Granadeiros holandeses (protestantes) conseguiram atravessar, fazendo uso, obviamente, de granadas — uma inovação recente. Estabeleceram uma testa de ponte no lado sul do rio. Logo foram reforçados por dois regimentos Huguenots. Mas estes também sofreram baixas devido à intervenção da cavalaria irlandesa que



exploração dos católicos que ainda vigora no Ulster. Por isso, consideráveis forças policiais e militares foram feitas concentrar para evitar o pior. Tudo tem por base a vitória dos protestantes na batalha do Boyne, em 1690.

A batalha do Boyne

O rei de Inglaterra, James II, deposto após a chamada «Revolução Gloriosa» que levou ao trono o sobrinho, Guilherme III de Orange e a filha, Mary, achava-se no exílio, em França. Na qualidade de católico, considerava-se rei da Irlanda e, com a ajuda de Louis XIV planeou derrotar os ingleses e reclamar o trono em Londres. Ia começar uma guerra religiosa e política. Na Irlanda, a aristocracia descendente de Anglo-normandos, católica, recusava reconhecer Guilherme de Orange. Tinha consigo todas as antigas famílias que haviam sofrido o confisco das suas terras. Assim, o exército de James II, além destas forças sociais próprias, contava com franceses, alemães, valões e britânicos jacobitas — 25 000 homens. Por seu lado, o rei de Inglaterra, Guilherme, reunira 35 000 homens, um exército protestante que incorporava forças britânicas, dinamarquesas, holandesas, assim como calvinistas do Ulster, Huguenots, alemães, letões, polacos, suíços e suecos. Tendo sempre fugido a uma batalha frontal, James II decidiu que já não podia evitar a confrontação final junto ao rio Boyne que formava o derradeiro obstáculo natural — Dublin estava somente a 30 milhas, para Sul. Isto foi a 12 de Julho. Tudo começou quando forças lideradas

possuía lanças com espigões em madeira ou em ferro (chevaux-frise).

Derrota e servidão

Na medida em que outros grupos de tropas protestantes atravessavam o Boyne, o rei católico (James II) via-se obrigado a recuar. A natureza dos acontecimentos forçava-o a considerar a fuga para Dublin apesar da bravura da sua cavalaria comandada pelo major-general Dominick Sheldon e do heroísmo dos seus «Life Guards» que o próprio filho, o duque de Berwick, dirigia. Estes tinham realizado 10 cargas sucessivas contra a soldadesca protestante. De um efectivo de 200 soldados, só restavam 16 o que atesta o mencionado heroísmo. Ao meio-dia, os irlandeses lutavam, desesperadamente, para se manterem em Donore. Mas, finalmente, as linhas jacobitas (do rei James II) cederam a retirada, inevitável, começou. A batalha do Boyne foi decisiva. Quando o rei chegou a Dublin, já noite, observou à condessa de Tyrconnel: «Os seus compatriotas, minha senhora, correm bem.» A condessa respondeu: «Não tão bem como Vossa Majestade, pois, pelo que vejo, ganhou a corrida.» No dia seguinte, James II abandonou Dublin para, dias depois, embarcar com destino a França. A Irlanda ficava para trás sujeita ao domínio colonial inglês e os católicos iam conhecer uma repressão mais violenta e mais criminosa do que a sofrida, anteriormente, às ordens de Oliver Cromwell e do que todas as outras até então sustentadas. A luta dos protestantes nos nossos dias consiste em que essa repressão se mantenha e persista até ao fim do tempo.

Defesa Nacional
e Forças Armadas

O PS é responsável pela instabilidade

O Governo «trancou-se» durante um dia inteiro para analisar a situação a que tem conduzido o país. Em contraponto, o país tem vindo a «abrir-se» nas ruas e nos diversos sectores de actividade para dizer ao Governo que a «coisa» vai mal.

E, olhando ao panorama existente nas Forças Armadas e às conclusões a que chegou o Governo, as coisas não vão melhorar nesta área. Na verdade, concluir que irá apresentar o diploma regulamentador da Lei do Serviço Militar e o dos Incentivos para atrair jovens voluntários para as FA's é, no mínimo, ridículo. E assim é porque há muitos meses que tais diplomas já deviam ter saído.

E cumpre, então, aqui dizer que é incompreensível que o Governo peça, e bem, parecer sobre tais projectos à Associação Nacional dos Municípios Portugueses e não peça tais pareceres às Associações Militares. Mais uma vez o Governo revela aquilo que verdadeiramente pensa do associativismo militar e do papel das associações na elaboração de diplomas tão importantes como os acima referidos. Se as associações não servem, pelos vistos, para dar contributos sobre estas matérias, para pouco mais servirão. É isto que, implicitamente e a partir de um raciocínio lógico, se pode concluir desta atitude do Governo dito do diálogo, mas no qual crescem cada vez mais os tiques cavaquistas. A outra conclusão do Governo foi que irá apresentar um pacote relacionado com a Justiça e Disciplina Militar. Ora, tratar destas matérias mantendo inalterado o artigo 31 da Lei de Defesa Nacional e Forças Armadas, que impõe um excessivo regime proibicionista em matéria de direitos aos militares, é, outra vez, no mínimo, um absurdo. E, ou bem que o PS quer o absurdo, porque não quer um outro regime de direitos para os militares, ou não é assim e falta, a esse pacote, a afirmação da prévia alteração desse anacrónico artigo 31. Por outro lado, é estranho que o Governo não tenha referido a apresentação, à Assembleia da República, da Lei de Bases da Justiça e Disciplina Militares, lei esta que deve definir as balizas fundamentais a que deve obedecer o Código de Justiça Militar (CJM) e o Regulamento de Disciplina (RDM). Até parece que o Governo já tem um CJM e um RDM feitos, sem que A.R. tivesse, entretanto, definido os grandes princípios a que devem obedecer tais diplomas. Acresce ainda dizer que desde a última revisão constitucional está consagrado o fim dos Tribunais Militares em tempo de paz. Daí que o Governo esteja a anunciar medidas que, além de inevitáveis, só pecam pelo seu imenso atraso.

Esse dia de reflexão, no que diz respeito a esta área, foi, no plano da opinião pública, uma operação de mistificação e, para os militares, a confirmação de que este Governo olha para as FA's por baixo e pelo canto do olho. Depois do inenarrável comportamento do PS no que respeitou à revisão do Estatuto dos Militares, estes anúncios só podem conduzir ao aumento da inquietação e mal-estar no seio da Instituição.

Como foi dito na declaração de voto do PCP, a propósito do referido Estatuto: «O PS é o responsável pela instabilidade».

● RF

Assistência nas praias



Autoridade marítima

● Rui Fernandes

Como que por artes mágicas eis que têm vindo a sair várias notícias sobre as praias, os nadadores-salvadores, etc. E dizemos «artes mágicas» porque os problemas têm anos e porque coube ao PCP tomar a iniciativa de propor, na anterior legislatura, a realização de uma audição parlamentar sobre o sistema de autoridade marítima, para não falar dos inúmeros requerimentos sobre esta matéria.

Ora, seguindo o ditado popular que diz que «quando a fartura é muita o pobre desconfia», estamos em crer que algo está na forja e, de tão escondido, não deve ser coisa boa.

Um traço comum que tem dominado as diversas notícias que têm vindo a público é o de ignorarem a responsabilidade do Governo na balbúrdia que marca toda esta área, assistindo-se a um pingue-pongue entre o Instituto de Socorros a Náufragos (ISN), a área do ambiente e os concessionários e, nalgumas notícias, nem os próprios nadadores-salvadores escapam. Numas notícias são os bombeiros os maiores, noutras já é o ISN, noutras, ainda, é a Polícia Marítima que faz e torna a fazer. A Marinha fala da importância do VTS (Vessel Traffic System). A área dos Portos fala da importância do VTS. E, está-se mesmo a ver, quem ficar com o VTS há-de querer aparecer a mediatizar-se como o campeão da modernidade.

Enquanto a discussão for travada neste plano, ou seja, quem protagoniza mais, dificilmente serão encontrados os melhores caminhos para a resolução dos problemas. Mais, este é, por certo, um caldo de cultura que convém ao Governo PS para preparar mais umas machadadas no Sistema de Autoridade Marítima. Afinal, é bom que nos recordemos do Conselho de Ministros, do anterior Governo PS, dedicado aos Oceanos, a bordo de uma fragata no Tejo, no qual, além de ter sido prorrogado o prazo de funcionamento de uma comissão interministerial para análise desta problemática (conclusões essas que se desconhecem e comissão essa que se eclipsou) decidiu transferir

para a área marítimo-portuária (não nos esqueçamos do Livro Branco da Política Marítimo-Portuária) o Controlo de Navios pelo Estado de Porto (Port State Control), retirando estas competências aos Capitães de Porto. E o problema não está necessariamente em transferir competências. O problema está em tudo ser feito sem a definição prévia dos objectivos a atingir. O PS tem seguido nesta matéria, como noutras, os passos do anterior Governo do PSD, que teve a comandar esta área o Comandante Azevedo Soares.

Praias e assistência nas praias

Dirige este subsistema do Sistema de Autoridade Marítima o Instituto de Socorros a Náufragos. E é justo reconhecer o esforço desenvolvido pelo ISN de resposta aos problemas crescentes que se colocam, face a uma alteração quantitativa e qualitativa do uso da praia. Mas as coisas não andam só com boa vontade. É preciso redefinições conceptuais, apetrechamento em meios e novas e claras formas de cooperação entre entidades. No fundo o que é preciso é um sistema de assistência nas praias mais profissionalizado, sem deixar de contar com a participação eventual de muitos jovens (porque é bom que se diga que, no essencial, são jovens estudantes os nadadores-salvadores) nos meses de maior afluência balnear.

Num país como Portugal, com tantas horas de sol por ano, é incompreensível que só durante três meses por ano haja assistência nas praias, nomeadamente naquelas cuja frequência ao longo do ano é enorme. Como também é incompreensível que essa assistência esteja dependente de existirem ou não concessionários nas praias. Ou seja, dito de forma mais terra-a-terra, dependente de existir quem queira vender umas imperiais e uns pires de caracóis. Estas são duas questões de base para a análise da situação.

Têm surgido notícias que dão conta da pretensão das autarquias ao domínio das praias e respectivas concessões. E existe um argumento básico: as autarquias asseguram a limpeza das praias com elevados custos, logo pretendem, através da sua alçada sobre as concessões, realizar verbas que compensem esse investimento na limpeza. Mas importa não esquecer

que agregado aos concessionários está a assistência (os nadadores-salvadores) e importa também equacionar qual o papel futuro para o ISN.

Num artigo publicado no «Avante!» de 16/6/94 sobre esta matéria dizia-se: «Uma popular série televisiva “Marés Vivas” revela-nos muito mais do que a importância das bóias-torpedo como meio de salvamento. Revela-nos o que pode ser o funcionamento de uma equipa estruturada e apta ao desempenho da vigilância e salvamento nas praias.»

Não se está com isto a dizer que se copie essa realidade. Está-se somente a chamar a atenção para uma realidade e a dizer que aquela que existe entre nós necessita urgentemente de uma serena reflexão, transparência e clareza de objectivos, sob pena de as coisas se tornarem numa balbúrdia ainda maior.

Claro está que compete ao Governo a dinamização desse processo, coisa que não verificamos. E dinamizar esse processo não é promover acções de marketing sobre um novo jeep (que nas praias da Fonte da Telha mal pode andar), ou sobre a nova bóia (quando são não raras vezes os praticantes de windsurf a prestar auxílio com as suas pranchas), ou pôr polícias marítimas a conduzir jeeps, tendo como «pendura» um nadador-salvador. Ou seja, misturando coisas que não se deviam misturar, porque compete à polícia marítima zelar, como autoridade policial, pela verificação dos dispositivos de segurança.

Tal como não é dinamizar o processo manter na completa discrição as verbas para pagar aos nadadores-salvadores; ou a não verificação, de um ano para outro, da capacidade física desses mesmos nadadores-salvadores; ou a não existência - e quando existem a não utilização - de postos de vigia adequados à visualização de quem está no mar, porque é «bué baril» estar no areal com o «pessoal»; ou a utilização dos nadadores-salvadores para pôr toldos e barracas, etc., etc.

Enfim, um mar de questões às quais o Governo pura e simplesmente não liga.

Talvez que, por via destas relativamente novas apetências autárquicas para a tutela das praias, seja possível travar a necessária discussão e reflexão que propicie a definição de um caminho que, finalmente, permita medidas efectivas em matéria de assistência nas praias.

A 29 de Julho de 1975, o V Governo provisório, chefiado pelo general Vasco Gonçalves, aprovou a Lei da Reforma Agrária, a Lei nº 6-A e 407-B. Passados 25 anos, é justo marcar e lembrar essa data histórica de uma das mais maravilhosas conquistas da Revolução do 25 de Abril, e prestar a merecida homenagem aos seus principais protagonistas e obreiros: o proletariado agrícola do Alentejo e Ribatejo.

• António Gervásio

25 anos depois



A Reforma Agrária faz falta

A Reforma Agrária não foi um desvio, antes faz parte do processo revolucionário aberto com a Revolução, exactamente como as nacionalizações, o controlo operário, o Poder Local democrático, a conquista das liberdades democráticas, o fim da guerra colonial e a conquista da independência das ex-colónias, etc. Se não, não seria a Revolução do 25 de Abril. A Reforma Agrária foi necessária!

A Reforma Agrária não encontrou oposição por parte dos trabalhadores e das populações do Alentejo e Ribatejo, nem das forças progressistas do nosso país, nem tão-pouco por parte dos próprios agricultores sem ou com pouca terra. Em relação a estes, o que se verificou foi a sua manipulação por parte dos governos de direita e seus aliados, jogando com os agricultores, que reclamavam terra, contra a Reforma Agrária e suas UCPs.

As únicas forças que tiveram medo e que se opuseram pela força à Reforma Agrária foram os grandes proprietários,

os governos de direita e seus aliados, e outras forças conservadoras da sociedade portuguesa.

Passados 25 anos, a Reforma Agrária já não existe! E não existe porque o PS e os partidos de direita, nos sucessivos governos, a destruíram pela força.

O Partido Socialista é o maior responsável no processo destruidor da Reforma Agrária. No seu governo - o chamado governo PS sozinho -, uma das primeiras linhas de ataque foi rasgar a lei da Reforma Agrária e fazer uma nova lei, a 77/77, a famigerada «Lei Barreto». Essa lei abriu as portas à ofensiva que conduziu à destruição da Reforma Agrária e à reconstituição de novo da estrutura latifundiária da terra. Nem os séculos vão fazer esquecer este crime das forças políticas que têm governado o País desde 1976.

Os nobres objectivos da Reforma Agrária

A Reforma Agrária tinha uma poderosa força social a sustentá-la: o proletariado agrícola do Sul. Tratava-se de uma força social organizada, combativa, que sabia trabalhar a terra, aberta aos avanços da ciência e da técnica, sabendo para onde avançar, disposta a trabalhar e a fazer sacrifícios.

Ao tomar posse das terras, não se verificaram lutas internas na divisão de parcelas de terra. Ao contrário, verificou-se uma grande unidade e combatividade, iniciativa e criatividade, cujo objectivo era o de servir o País, servir as populações.

Uma vez na posse da terra, os trabalhadores empenharam-se de imediato em:

- pôr as terras a produzir, a criar riqueza, a gerar desenvolvimento;
- acabar com o desemprego, assegurar emprego certo, assegurar direitos e rega-

A Reforma Agrária, uma das mais belas conquistas da Revolução de Abril, levou aos campos do Alentejo e do Ribatejo a esperança de justiça social e de desenvolvimento por que sempre se bateram os trabalhadores agrícolas.

25 anos depois, a palavra de ordem «a terra a quem a trabalha» mantém intacta a sua actualidade

lias sociais, estancar a desertificação das povoações.

Nos anos da Reforma Agrária, talvez pela primeira vez na história recente do País, acabou o desemprego nos campos do Sul e deixou de haver desertificação no Alentejo.

Nos primeiros anos da Reforma Agrária, as UCPs implementaram a criação de centros de dia para a terceira idade, creches e jardins para a infância; lojas, supermercados, cantinas, padarias, talhos, lagares, adegas, mercados da Reforma Agrária, tudo para servir as populações.

Criaram-se igualmente oficinas mecânicas, ordenhas mecânicas, estábulos de engorda de gado, novas instalações, barragens, «charcas», desenvolvem-se os regadios, estufas, produtos hortícolas, hortas colectivas, etc.

Num testemunho inequívoco das suas potencialidades, as UCPs alcançam, em poucos anos, extraordinários aumentos de produção e de produtividade nos ramos da agropecuária;

Os salários registam substanciais aumentos, contribuindo de forma decisiva para a dignificação das condições de vida dos trabalhadores agrícolas.

Apesar da situação no nosso país ser hoje outra, a luta pelo fim da estrutura latifundiária, a exigência de uma nova Reforma Agrária, pela terra a quem a trabalha, continua actual, continua a ser necessária a um Portugal desenvolvido e democrático.



História pequena para meninos grandes

• João Pedro Méseder

Muita era a terra que de poucos era. Planície da escassez e dos rostos esquecidos, cujas noites escondiam ciclistas solitários transportando o peso das palavras livres.

Em certas manhãs, os largos enchiam-se de homens e mulheres de fomes seculares. Mas as balas e os bastões lhes respondiam quando as vozes de repente se eriçavam. Um dia, ergueram-se da fome. E ataçaram o Verão. O pó levantou-se dos caminhos sem vento, e os lenços cor de fogo avançaram sobre a terra, enquanto as palavras mais nobres se diziam.

Organizaram o tempo, o chão, a máquina. Rasgaram os sulcos necessários e as sementes voltaram à terra abandonada.

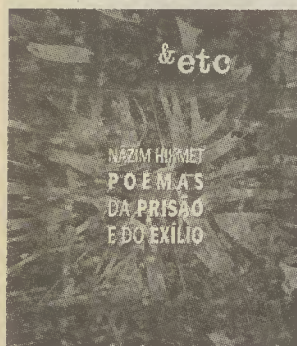
Com um arfete de sangue e nervo abriram fendas no muro que da história os separava. E os frutos se colheram.

Onde estamos hoje? À sombra desses gestos?

Montemor-o-Novo Colóquio

A Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a FENCA, com o apoio de outras Câmaras e Juntas de Freguesia do Alentejo e Ribatejo, bem como do Movimento Sindical e de outras organizações, leva a efeito no dia 29 de Julho, em Montemor-o-Novo, um colóquio/debate subordinado ao tema «Reforma Agrária - que actualidade?», integrado nas comemorações dos 25 anos do início da Reforma Agrária no nosso país. A iniciativa terá lugar no Parque de Exposições, Mercados e Feiras da cidade, pelas 11 horas.

Livros



Poemas da Prisão e do Exílio

A grata surpresa de uma selecção de poemas do grande poeta e comunista turco Nâzim Hikmet chegam-nos através de uma edição da *& etc - Poemas da Prisão e do Exílio*.

De acordo com as palavras do próprio editor, «publicar esta poesia (...) quente, solidária, positiva mesmo quando parida na exclusão e no infortúnio, não deixa de ser um dever e uma reparação à injustiça do silêncio». É também, sem dúvida, uma publicação «contra a corrente» que se quer «dominante», e por isso mesmo mais digna de registo.

Nascido em 1902, em Salónica, Nâzim Hikmet fez a sua opção política aos 20 anos, e cedo começou a pagar caro a ousadia: em 1925 foi condenado à revelia a 15 anos de prisão, forçado à clandestinidade e depois ao exílio. Ainda os anos 20 não tinham terminado e já conhecia a prisão, experiência repetida em 1932, data em que o Ministério Público pediu para ele a pena de morte. Salvo por uma amnistia um ano depois, Hikmet, como muitos outros comunistas turcos, nunca mais deixou de ser perseguido. Preso de novo em 1938 e condenado a uma pena de 28 anos, o poeta só volta à liberdade em 1950, por ocasião de uma amnistia. Forçado uma vez mais ao exílio, Nâzim Hikmet vem a morrer em 1963, numa manhã de Junho, quando ia comprar os jornais.

Segundo Philippe Soupault, nenhum outro poeta da nossa época terá, como Nâzim Hikmet, «sabido exprimir esta angústia que nos paralisa em plena era atómica, onde a nossa única defesa é a confiança que depositamos, que não podemos deixar de depositar no homem».

Traduzido em dezenas de línguas mas proibido na sua própria língua, na Turquia, Hikmet deixou-nos uma mensagem universal: ...«O pior de tudo / é trazer a prisão dentro de si /consciente disso ou não (...).»

Crónicas da Idade Média

• Ruben de Carvalho

Não é a vida, é um espectáculo

A simples enumeração das histórias verdadeiras e fictícias (muitas delas forjadas pelo próprio...), das críticas e dos elogios de que foi objecto ao longo da sua vida e após a sua morte seriam suficientes para preencher um longo livro sobre William Randolph Hearst, o homem que quase todos consideram como o «inventor» da imprensa moderna, se não mesmo da comunicação de massas como elemento de referência do século XX.

Como se os factos não fossem só por si suficientes, a vida de Hearst constituiu ainda o tema daquele que muitos consideram o maior filme de todos os tempos, «Citizen Kane», de Orson Welles, cuja exibição, aliás, Hearst tentou impedir por todos os meios ao seu alcance.

Parecia já estar tudo escrito e analisado sobre a personagem e a sua agitada trajectória⁽¹⁾, mas eis que surgem mais

bem maior justiça - um claro simpatizante dos fascismos europeus dos anos 30 e um doentio anticomunista.

O Examiner

Foi após a sua saída de Harvard (uns infrutíferos três anos em que não completou uma cadeira) que Hearst pediu ao pai que lhe desse um moribundo diário de São Francisco, o *Examiner*, que acidentes dos negócios trouxeram à propriedade da família. George Hearst entendeu o desejo como um capricho do rebento, um compasso de espera até que entrasse a sério na gestão da vasta fortuna que iria herdar - mas enganou-se. O jornalismo americano dava então, pela mão de Joseph Pulitzer, os seus primeiros passos para se tomar elemento fulcral dos EUA e Hearst compreendeu que, numa sociedade onde a alfabetização começava a dar os seus frutos e as multidões urbanas faziam uma

bem até que ponto a sua intuição estava certa e foi percursora.

Nunca se demonstrou que fosse verdade o lendário telegrama que teria dirigido ao fotógrafo Frederick Remington, desiludido em Cuba com a ausência das batalhas para cuja cobertura fora enviado pelo seu patrão. «Forneça você as fotos, que eu forneço a guerra»; mas o papel dos jornais de Hearst no desencadear de guerra hispano-americana foi de tão transparente evidência quanto a sua responsabilidade no ambiente que conduziu ao assassinato do presidente William McKinley. Acusação esta que o próprio presidente Theodor Roosevelt não hesitaria em tornar pública com todas as letras quando o seu inimigo de sempre concorreu ao cargo de governador de Nova Iorque que, de resto, perdeu por uns escassos 60 mil votos em milhão e meio. Eleições cujo ambiente proporcionou a Welles algumas das mais fabulosas imagens de «Citizen Kane».

Entre muitos outros aspectos de interesse, o livro de David Nasaw acrescenta contudo um ângulo de análise à vida e acção de Hearst que, décadas decorridas sobre a morte do magnata, introduz uma perspectiva de análise a que o presente da comunicação social e o debate que em seu torno se trava dá inevitável relevo.

Nasaw sublinha até que ponto é quase impossível separar a própria vida e personalidade de Hearst, as suas festas milionárias, o seu exibicionismo doentio, a sua ânsia de protagonismo social e político da configuração dos jornais que dirigiu, do estilo de informação que forjou. Nas suas páginas não eram tanto os factos ou as notícias os elementos centrais, mas as pessoas - a começar por ele próprio -, as estrelas de Hollywood, as elites sociais ou criminosas, os ricos ou os políticos em voga, enfim, «os famosos», cuja dependência relativamente à informação era directa, uma vez que dela dependia exactamente a sua condição de «famosos»⁽²⁾.

Deslocar a narração do quotidiano contemporâneo dos acontecimentos para os protagonistas, dos factores determinantes para os «heróis» e «vilões» constituiu-se como um modelo a partir da imprensa de Hearst, descrito com uma especialmente feliz imagem de Nasaw: «para um biógrafo, ele funciona como um circo com seis arenas: tudo é espectáculo, nada tem qualquer relação. Quem vê o domador de leões falha os palhaços; quem admira os acrobatas necessita desviar os olhos para baixo para ver a *ecuyère* dançando no dorso de um cavalo. (...) Não é a vida, é um espectáculo de variedades.»

Nem tudo começou com a televisão.



700 páginas de um livro⁽²⁾ que lhe é inteiramente dedicado, com o particular interesse de fazer pela primeira vez uma análise cuidada da gigantesca correspondência trocada entre Hearst e a sua família (em especial com a sua sempre presente e tutelar mãe) e com centenas de figuras de primeiro plano da vida americana e mundial deste século, entre as quais homens como Hitler e Mussolini que durante anos conseguiu incluir como colaboradores remunerados dos seus jornais...

Filho de um agricultor do Missouri enriquecido na exploração mineira da Califórnia, William Hearst sofreu ao longo de toda a sua vida da desconsideração social que a velha aristocracia capitalista da costa Leste dos EUA fazia impender sobre os «novos ricos» do Oeste, as fortunas conquistadas com a mineração californiana e o petróleo do Texas. A nada brilhante passagem e expulsão do berço das classes dominantes do Leste, a universidade de Harvard, seria um episódio determinante da sua vida, com manifestações que o levaram a comportamentos tão contraditórios quanto os que justificaram que fosse considerado um perigoso radical nos primeiros anos da sua carreira jornalística, ou - com

entrada tumultuosa, se tornava possível um tipo de jornais menos circunspectos que os definidos por Pulitzer, mais virados para o grande público das urbes industriais. Em suma, a *yellow press*, os tablóides da imprensa popular.

Hearst comprou literalmente a peso de ouro os melhores cronistas e repórteres de toda a concorrência (e nomeadamente Pulitzer), trouxe para a imprensa os *comics* de Flash Gordon ou dos Katzenjamer Kids e, anos decorridos e no auge do seu poderio, possuía vinte e seis jornais diários que cobriam as dezoito mais importantes cidades americanas.

Além de definição prática dos contornos da imprensa popular de grande tiragem, o que introduziu a grande diferença na acção de William Randolph Hearst foi a clara consciência do papel político dos jornais, da sua acção enquanto efectivos substitutos das organizações políticas tradicionais e dos partidos.

Citizen Hearst

Hearst nunca ocultou as suas ambições políticas pessoais e o uso que nesse sentido fez do seu Império mediático demonstrou

⁽¹⁾ Vd. nomeadamente SWANBERG, W.A. *Citizen Hearst: A Biography of William Randolph Hearst*. Budget Books, Service. New York, 1996

⁽²⁾ NASAW, David. *The Chief. The Life of William Randolph Hearst*. Houghton Mifflin. New York, 2000

⁽³⁾ Sobre este tema, são interessantes dois livros recentes: MARSHALL, P. David. *Celebrity and Power. Fame in Contemporary Culture*. University of Minnesota Press. Minneapolis, 1997; CABLER, Neal. *Life the Movie. How Entertainment Conquered Reality*. Alfred E. Knopf. New York, 1999

Religiões

• Jorge Messias

A morte das ideologias ou o esvaziar dos conceitos

De modo nenhum esta ideia do fim das ideologias pode ser apontada como inovação. Na realidade, vem de longe e organiza-se paralelamente ao próprio discurso ideológico. Cada sistema produz não só um conjunto das ideias que o afirmam mas, por contraste, gera os conceitos que se lhe irão opor. O teólogo Teilhard de Chardin afirmava, neste sentido, que as ideias nascem e crescem num mesmo ramo mas com destinos diferentes: umas, dão flores e frutos; outras, secam prematuramente. Mas todas pertencem ao mesmo tronco.

A morte das ideologias surge no quadro de um aproveitamento maquiavélico desta situação. Se um sistema se opõe ao nosso, constata-se que ele contém em si mesmo a sua negação. Portanto, não é preciso destruí-lo, basta aproveitá-lo. E se qualquer de nós for capaz de convencer os outros que uma totalidade é a simples soma dos seus factores, bastará transformar no seu oposto o significado de cada parcela para que todo o conjunto deixe de fazer sentido. É a isto que se chama *esvaziar os sentidos*, *fazer novas leituras* ou, ainda, *ocupar por dentro* uma dada ideologia. Graficamente, as palavras lá ficam, a ocuparem os espaços anteriores. Mas serão apenas palavras, sem o lastro do seu sentido interior.

É evidente que a Igreja Católica institucional utiliza sistematicamente este método, como forma de expansão e de poder. Cita abundantemente as decisões do Concílio Vaticano II que ela própria inviabilizou. Refere a cada passo a sua doutrina social que não aplica. Declara-se arauto das liberdades mas a sua orgânica interna é ferozmente medieval. Fala na defesa dos direitos humanos e persegue os seus próprios filhos. Mas não destrói, antes promove, as páginas conciliares onde as palavras permanecem em formatura disciplinada mas totalmente esvaziadas de sentido.

Nem por isso, todavia, a Igreja institucional deve ser linearmente diabolizada. A Igreja é, simultaneamente, uma das causas da actual sociedade; e reflecte em si própria os sistemas dessa sociedade. No mundo laico, escândalos éticos do mesmo tipo não são menores. Veja-se, por exemplo, Mikhail Gorbachov quando

afirmava em 1987, na sua famosa *Perestroika* (a que hoje bem poderíamos chamar *Metanoia*): «Em política e ideologia procuramos reavivar o espírito entusiasta do leninismo. Muitas décadas de adormecimento pelo dogmatismo e pelo legalismo burocrático acabaram por ter os seus efeitos. Hoje, queremos injectar um espírito verdadeiramente criativo no nosso trabalho teórico. É difícil mas tem de ser feito. Aliás, a ideia de criatividade parece já estar a criar raízes.» Não eram passados três anos, todo o Partido desabou e, com ele, o Estado soviético. No entanto, milhares e milhares de livros e documentos continuavam a ocupar as estantes de sempre. Continham apenas palavras que o anti-sistema previamente *ocupara por dentro*.

Não pretendemos particularizar uma questão que é universal e abrange, sem excepção, todas as instituições políticas, sociais e religiosas. Lembremos, em conclusão, que



as técnicas utilizadas no processo da *morte das ideologias* revestem, invariavelmente, duas operações fundamentais.

Por um lado, *jamais se confrontam abertamente com as teses ou filosofias que procuram destruir*.

Na sua formulação, todos os anteriores princípios são aceites. Veja-se, por exemplo, o que aconteceu na União Soviética de Gorbachov ou na Igreja Conciliar de João Paulo II.

Por outro lado, *o conteúdo de cada nível de conceitos que intervêm nessas filosofias são integralmente revistos*. No plano eclesial, esvazia-se a carga interna da caridade cristã, da acção social, da preferência tendencial pelos pobres, do ecumenismo, etc. No plano político, económico, social e ideológico, o inevitável confronto de classes dá lugar a românticas mensagens sobre utópicos entendimentos.

É a esta técnica que se chama *ocupar por dentro* o adversário. A *vendetta* só mais tarde virá!

Pontos Naturais

• Mário Castrim

Férias Seca

O leito do rio.
Frio. Feito
de pedra e mágoa.

A saudade da água.

A maldição no ar
de não haver mar.

Costa Nova

Antigamente, a Ria
esperava por mim
à porta do palheiro.

Hoje, doem-me os olhos.

Estará condenada?

Raul Brandão
levanta as mãos ao céu:
«Ficarás cego, Portugal!»
exclama.

Dia a dia
ria a ria
um pouco vai morrendo quem a ama.

Vila Real

Em Vila Real. Dois dias.

Rua Direita. A maior
(e melhor?)
«passerelle» do mundo.

A «Bola» comprada
no senhor Eduardo.

Café Pic Nic. Um pingo, uma torrada.
O quase-nada
de uma nascente.

Uma paz irreal.

Realmente
em Vila Real

Porto

Andar. Pelas ruas andar.

Andar
só para andar.

Ver pessoas.
Pessoas.
As pessoas.
A forma pessoal
(e nacional)
de se ser gente.

Prazer
em conhecer
pessoalmente.

Lisboa, Rua de S. Pedro

As pedras roídas. O
silêncio. O regresso, acordar
subitamente nu.

Ouvir-me andar.

(O avião
que passa
na orla magnífica
apenas uma graça
de ficção
científica)

O tempo imenso. E o
silêncio.

Cartoon

• Monginho



Jazz

• Manuel Jorge Veloso

Um fulgurante autor de canções

No riquíssimo acervo do repertório do jazz que foi sendo composto e inventado ao longo de décadas para servir de base ao verdadeiro «sal e pimenta» desta linguagem musical – a variação e a improvisação – existe um corpo central de peças musicais que, independentemente das mudanças qualitativas mais ou menos bruscas verificadas na história do jazz, sempre têm mantido o seu fascínio e poder de atracção.

Refiro-me, está bem de ver, aos incontornáveis temas integrantes do chamado «cancioneiro norte-americano», na sua maior parte constituído por canções extraídas dos grandes musicais da Broadway e que, sobretudo nos anos 30/40, saíram da pena de autores como **Jerome Kern, Irving Berlin, George Gershwin, Richard Rodgers, Cole Porter** e tantos outros.



-americana, e também a gravar e a actuar com músicos de jazz relevantes em períodos posteriores.

Vem isto a propósito do surgimento, já em 2000, de duas reedições bem interessantes, cada uma à sua maneira, de gravações intimamente relacionadas com **Hoagy Carmichael** e que ficam a marcar a ocorrência no ano passado do 100.º aniversário do seu nascimento, de certo modo ofuscada pela passagem de idêntica comemoração relacionada com **Duke Ellington**.

Na primeira delas, uma gravação original da **Pacific Jazz** intitulada «**Hoagy Sings Carmichael**», ouvimos o compositor (então próximo dos 60) cantar com a sua voz de não-cantor, mas extremamente insinuante e estrénuo respeitador das regras da prosódia e da dicção, alguns dos espécimes maiores da sua lavra – como *Georgia on My Mind, Skylark, Memphis in June* ou *Rockin' Chair*.

Mas outro especial interesse desta gravação de 56 é ouvir uma personalidade musical originária dos anos 20/30, como era **Carmichael**, ao lado de nomes maiores do então jazz moderno, entre os quais o saxofonista **Art Pepper**, o pianista **Jimmy Rowles**, o contrabaixista

Joe Mondragon ou mesmo o trompetista **Harry «Sweets» Edison**, integrantes de um excelente *all-stars* com direcção e brilhantes arranjos musicais do célebre **Johnny**

Mandel.

Objecto da apropriação e integração como material temático de raiz por músicos de jazz de todas as gerações, origens rísticas ou correntes estéticas, estes temas, assim tornados **jazz**, passaram a designar-se na gíria desta música por *standards* – termo que diz bem da sua qualidade modelar enquanto estrutura e organização interna, em termos de forma, melodia e harmonia, favorecendo e inspirando as melhores e mais ricas criações jazzísticas.

Entre os grandes autores do já referido cancionário, vamos encontrar **Hoagy Carmichael** (1899-1981), pianista e cantor de características bem especiais (nas horas vagas, humorista, actor de cinema em musicais de Hollywood) que, diferentemente de outros seus pares, foi dos que mais se aproximou em concreto do mundo do jazz, neste terreno compondo muitos dos seus temas e chegando a privar de perto com mestres como **Louis Armstrong, Bix Beiderbecke** ou **Bubber Miley**, logo nos primeiros tempos da afirmação da música afro-

A segunda destas reedições – «**The Great Jazz Vocalists Sing Hoagy Carmichael**», agora publicada com o original selo da **Capitol** – apresenta as vantagens e os inconvenientes de todas as compilações sujeitas a uma escolha sempre subjectiva. Mas a qualidade e representatividade de muitas vozes e também instrumentistas que nela figuram (em número bem superior aos menos relevantes) confere-lhe inegáveis atractivos de carácter musical e evocativo.

Com a inclusão de peças-chave do repertório de **Carmichael**, originalmente gravadas entre 46 e 95 – como, de novo, *Rokin' Chair* ou *Skylark*, a par dos notáveis *The Nearness of You, Stardust, A Woman Likes to Be Held* ou *I Get Along With You Very Well* – e, ainda, a presença de vozes carismáticas como as de **Peggy Lee, Chet Baker, Mark Murphy, Lou Rawls, June Christy, Sheila Jordan, Nat «King» Cole** ou **Cassandra Wilson**, este álbum constitui um repositório do que de forma mais impressiva ficou a marcar a indelével passagem pela música popular desse talentoso, simpático e caloroso **Hoagy Carmichael**.

Pontos Cardeais

«Equívocos» (I)

Na cidade britânica de Manchester a polícia salvou *in extremis* um cidadão de 49 anos que a vizinhança confundiu com um dos pedófilos com fotografia publicada no jornal *News of the World*. Uma multidão ululante de 300 pessoas, todas com um exemplar do jornal na mão, concentraram-se à porta de **Ian Armstrong** acusando-o de ser um dos pedófilos identificados na publicação e ameaçando linchá-lo. Chegada a polícia e anulada a fúria da multidão, verificou-se que **Armstrong** nunca teve cadastro nem jamais foi suspeito do crime de pedofilia.

Este tenebroso «equívoco» podia ter levado ao linchamento de uma pessoa, tudo devido à inacreditável irresponsabilidade de um jornal que, para aumentar as vendas, tornou públicos ficheiros numa chocante violação dos direitos individuais dos cidadãos (criminosos ou não) e abrindo caminho à histeria cega das multidões, elas próprias acicatadas pelo incitamento infame à «justiça pelas próprias mãos» que a publicação de tais fotos constitui.

A isto desceu o «jornalismo» da globalização neoliberal...

«Equívocos» (II)

A propósito dos «equívocos» atrás referidos, aqui vai este presenciado há dias em plena linha de Cascais.

Nas imediações duma estação da linha de com-tio um passageiro sentiu-se atropelado por alguém. Olhando à volta agressivo e furioso, deu de caras com um cidadão negro que, pacatamente, circulava na via. Logo urrou para quem o queria ouvir que «foi ele!, foi ele!», o que desencadeou uma onda de solidarieda-

de justiceira entre a vizinhança utente da linha. Num fôforo, uma pequena multidão cercou o cidadão e desatou a insultá-lo, entre empurrões a caminhar rapidamente para o espancamento colectivo. Felizmente um polícia aproximou-se e, após restabelecer a ordem, virou-se para o acusador e perguntou-lhe: «Foi este senhor que o agrediu?». Resposta imediata do «queixoso»: «Não tenho a certeza, mas deve ter sido ele!»

«Deve ter sido»?! Perante tão óbvia manifestação de preconceito racista, o polícia não aceitou a «queixa», o «queixoso» meteu a viola no saco e os «justiceiros» foram às suas vidas.

São os frutos, já brutalmente evidentes, da sementeira de xenofobia que a direita anda tão empenhada a semear, aproveitando gostosamente as inqualificáveis intervenções do ministro da Administração Interna a falar de «caças ao homem» e «redes apertadas» para emigrantes...

Generosos...

O chamado «G8», que reúne os sete países mais ricos do mundo somados com a Rússia (a quem, recente e magnanimamente, permitiram a entrada no «clube») encontrou-se esta semana no Japão para discutir os problemas do Terceiro Mundo, nomeadamente a dívida colossal que estrangula a generalidade dos países pobres.

Apesar de muito generosos em palavras, os ricos do planeta não perdoaram qualquer dívida nem, sequer, apoiaram um plano global de luta contra a SIDA. A sua generosidade concreta para com os povos que exploram há séculos resumiu-se, nesta cimeira, à oferta de... computadores!

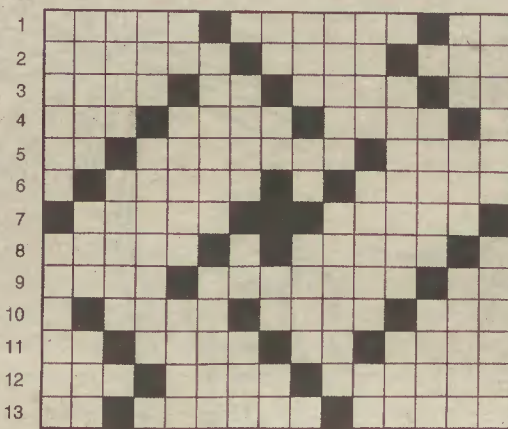
Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 – Hábeis; velho (fig.); antes de Cristo (abrev.). 2 – Venda pública de objectos patentes a quem oferecer maior lance; momice; linha fiada e torcida. 3 – Reputação; a unidade; maneira de ser, de fazer ou de dizer as coisas; outra coisa. 4 – Liga ferro-carbónica endurecida pela têmpera; som de canhão; caete. 5 – Caminhava; que tem beijos grossos; luz da Lua. 6 – Bandulho; homem desprezível. 7 – Diferença entre o débito e o crédito, nas contas; divergência. 8 – Peça de fios unidos e torcidos uns com os outros; relativo à Valónia, região da Bélgica. 9 – Tudo o que fulmina; fita estreita; nociva. 10 – Comilão (fam.); antiga armadura para a cabeça; termo. 11 – Aquelas; círculo; contr. da prep. a com o art. def. o; pouco frequente. 12 – Dotes naturais; engaste de pedra preciosa; cumprimentar. 13 – Entra na formação de várias palavras, designando intensidade, separação, oposição, etc.; vendedeira ambulante de peixe; amargo.

VERTICAIS: 1 – Qualquer utensílio adequado a uma arte ou ofício; mulher ou rapariga assoldada para serviços domésticos. 2 – Comeira; entoa; debaixo de. 3 – Tomilho; produzir (fig.). 4 – Fileira; injuriar. 5 – Redução em próclise de Santo ou São; barraca de campanha; parte posterior do navio. 6 – Invólucro espinhoso da castanha; vaticinar. 7 – Rapariga; pref. de origem latina que entra na formação de palavras para exprimir a ideia de dois, duas vezes; naquele lugar. 8 – Antes de meio-dia (abrev.); mulo; a ti; pref. de origem grega, que exprime a ideia de privação, separação. 9 – Misericordioso; decilitro (abrev.); povoação de categoria superior a uma aldeia e inferior a uma cidade. 10 – Insensível; tranquilos. 11 – Utensílio com que se junta e recolhe o dinheiro nas mesas de jogo; indivíduo do sexo masculino em relação aos pais; palavra havaiana que designa lavas ásperas e escoriáceas. 12 – Acto de fechar; bebida alcoólica, proveniente da destilação do melão. 13 – Parte lateral de um edifício; entidade fantástica dotada de poder sobrenatural. 14 – Dama de companhia; anilha; encerrar. 15 – Cada um dos dois estojos pendentes do cinturão ou do arção da sela, para trazer pistolas ou outras armas; corte.

SOLUÇÃO DO N.º 2000X29 [L.P.]
HORIZONTAIS: 1 – Apta; gabitu; ac. 2 – Leilão; momo; fio. 3 – Fama; um; modo; al. 4 – Aço; trom; loco. 5 – Ra; beicudo; lurr. 6 – Ranga; fute. 7 – Saldo; cisto. 8 – Corda; valão. 9 – Rato; fitilho; má. 10 – Rapa; elmo; fim. 11 – As; roda; ao; raro. 12 – Dom; pala; sandar. 13 – Ab; varina; amaro.
VERTICAIS: 1 – Alfar; criada. 2 – Peaga; soa; sob. 3 – Timo; part. 4 – Ala; baldarr. 5 – Sa; tenda; popa. 6 – Ontú; fader. 7 – Moga; Bt; ali. 8 – Am; me; te; an. 9 – Bom; di; vila. 10 – Imoto; calmos. 11 – Rod; filho; aa. 12 – Ocluso; rum. 13 – Outa; fada. 14 – Ala; ar; mtr. 15 – Coldre; namoro.

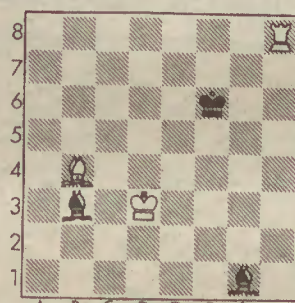
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



Xadrez

DCLXIII - 27 DE JULHO DE 2000

PROPOSIÇÃO N.º 2000X29

Por: **Ladislav Prokes**
«Sach», 1941Pr.: [3]: Bs, b3, g1 - Rf6
Br.: [3]: Bb4 - Th8 - Rd3

Brancas jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 2000X29 [L.P.]

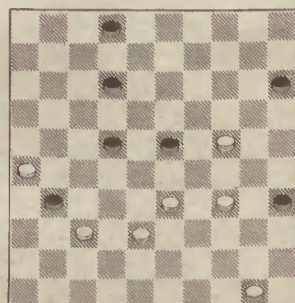
1. Th1, Ba7; 2. Ta1, Bb8; 3. Bc3+, Bc5; 4. Tf1+, Rg6; 5. Td1 e g.

A. de M. M.

Damas

DCLXIII - 27 DE JULHO DE 2000

PROPOSIÇÃO N.º 2000D29

Por: **J. Visser Jr.**
«NL», 1946Pr.: [7]: 2-12-15-22-23-31-35
Br.: [7]: 24-26-33-34-37-38-50

Brancas jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 2000D29 [J.V. Jr.]

1. 34-29, (23x34); 2. 33-29, (31x33); 3. 29x40, (35x44); 4. 50x8, (2x13); 5. 26-21, (13-18); 6. 21-17, (18-23); 7. 24-19 e 8. 19 → 1=D e 9. 1-29 + 1. (31x42); 2. 29x7 e +

A. de M. M.



Ilha Terceira

«O melhor para a Terceira»

Jantar de apresentação do cabeça de lista e de outros candidatos da CDU pela Terceira.

Animação musical.

Hoje, quinta-feira, 27, no Restaurante Barca Nova com a presença de **Decq Mota**, cabeça de lista pelo Faial

Plenários em Palmela e Alcochete

A situação política, o XVI Congresso e as tarefas em curso são temas comuns aos plenários de Alcochete e Palmela, marcados, respectivamente, para dia 27 (hoje) às 18h no CT de Alcochete e para sexta-feira, 28, às 21h no CT de Palmela



Algarve

Acampamento Regional em Aljezur

Dias 28, 29 e 30

Aveiro

Acampamento Regional na Praia do Furadouro

Dias 28, 29 e 30

- FESTIVAL DE BANDAS Festa do Avante! 2000 na noite de Sexta-feira com os WYIWYG de Aveiro, JOYASM da Feira, ZIMZUM de Estarreja, SOCIETY de Espinho
- Desporto na tarde de sábado. Animação à noite
- Debate sobre a pena de morte, no domingo

Nos fins de semana há trabalho para todos! Participa!



Reforma Agrária 25 anos

Montemor-o-Novo
Parque de Exposições, Mercados e Feiras
29 de Julho de 2000

Programa

9h00 - Desfile de Grupos Corais pelas ruas da cidade

10h00 - Abertura da exposição organizada pelo Centro de Documentação da Reforma Agrária, a abrir brevemente, e que será apresentado às 10h30

11h00 - Colóquio sob o tema «Reforma Agrária - Que actualidade?» com a participação dos Profs. **Fernando Oliveira Baptista** e **Aron Fohen**; de **Lino de Carvalho**, deputado do PCP, e de **Carlos Pinto de Sá**, Presidente da CM de Montemor-o-Novo

13h00 - Almoço

15h00 - Espectáculo musical com **Samuel**, **Manuel Freire**, **Francisco Fanhais** e **Carlos Mendes**

Às 16h30 tem início a sessão de encerramento desta iniciativa, com intervenções de convidados, entre os quais **Carlos Carvalhas**, Secretário-geral do PCP, que dirigirá uma saudação a esta iniciativa, promovida pela CM de Montemor-o-Novo e FENCA (Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas) e o apoio de autarquias, cooperativas agrícolas e sindicatos do Alentejo



Convívio em Sobral/Valongo

na «Oficina do Tomás»
Sábado, 29, a partir das 17h

Pavilhão do PCP nas Festas do Lavradio

Bar e quermesse
- Divulgação da Festa
De 28 de Julho a 6 de Agosto

Associação de Amizade Portugal-Cuba

Cais do Seixal
Dia 30 das 13 às 16h
PASSEIO DE BARCO
EM CELEBRAÇÃO DO 26 DE JULHO
(Inscrições na sede da Associação,
tel. 21 3857305)

Espaço das 5 às 10

Ao fim da tarde, todos os sábados, das 17 às 22h
no Centro de Trabalho da Graça
Largo da Graça, 104, 1.º, Lisboa

ATVer

Jack Nicholson e Tom Cruise em «Uma Questão de Honra», de Rob Reiner



Cerromaior

(Quinta, 01.30, RTP 2)

Evocação dos tempos de repressão e miséria a que eram votados pelos grandes latifundiários os proletários rurais - mas também dos ecos da Guerra de Espanha atravessando a fronteira - *Cerromaior* é uma excelente versão cinematográfica, pelo cineasta Luís Filipe Rocha, da obra homónima de Manuel da Fonseca, com boas interpretações de Carlos Paulo e Clara Joana.

Uma Questão de Honra

(Domingo, 20.00, TVI)

Adaptado de uma peça de Aaron Sorkin e realizado por Rob Reiner, o filme debruça-se sobre o caso que um jovem advogado (Tom Cruise) tem de deslindar e no qual dois *marines* são acusados de ter morto um seu colega. «Filme de tribunal», a atmosfera de enorme tensão que envolve o confronto entre o advogado e o comandante da unidade (Jack Nicholson) é de algum modo iludida pelo conhecimento prévio que o espectador tem acerca da tática a desenvolver por aquele, assim se atenuando um pouco o efeito de surpresa, chave de qualquer filme do género.



Uma sequência de «Jogo de Lágrimas», escrito e realizado por Neil Jordan

acompanha Pierre no seu regresso ao Québec para o funeral do pai, no qual encontra Marc, seu irmão adoptivo. A partir deste encontro, e procurando descobrir a verdadeira identidade do pai de Marc, Pierre mergulha num passado misterioso que o leva à época já recuada em que Hitchcock filmava *Confesso* na sua cidade natal... Uma obra cinematográfica extremamente hábil, plena de evocações cinéfilas, a descobrir.

Jogo de Lágrimas

(Segunda, 22.45, RTP 1)

Um soldado negro (Jody), em serviço de ocupação na Irlanda do Norte, é raptado e a sua vida corre perigo caso o exército inglês não concorde em trocá-lo por um grupo de prisioneiros do IRA. Mas entré o soldado e um dos seus raptos (Fergus) nasce na prisão uma profunda amizade, até que aquele consegue fugir, mas morrendo atropelado por um veículo militar inglês. Numa mudança de situação, vemos Fergus em Londres misturado nos meios operários irlandeses e acabando por encontrar a namorada de Jody que este lhe pedira para tomar a seu cargo se viesse a morrer. Cresce o interesse recíproco entre ambos, até que Fergus é surpreendido por uma revelação de Dil... Admiravelmente escrito e realizado por Neil

Chungking Express

(Segunda, 23.00, RTP 2)

Que dizer de um cineasta chinês que formalmente se aproxima de Godard e no processo de desenvolver e dirigir os diálogos faz lembrar Cassavetes? Sem dúvida que um tal cineasta (Kar-Wai Wong) deve constituir um desafio ao espectador. É esse desafio que constitui o pano de fundo deste filme: a evolução paralela de duas histórias da noite, passadas em deambulações pelo mundo do «coma em pé», dos «shoppings» e da «selva de cimento» que é Hong-Kong. Ao contrário de John Woo ou de Jackie Chan, não deixando de demonstrar a desenvoltura desta indústria naquele território, Wong revela uma escrita cinematográfica bem mais ambiciosa do ponto de vista das paixões, citações e referências cinéfilas.



«Chungking Express», de Kar-Wai Wong, o filme surpresa da semana

Jordan, o argumento deste filme contém duas mudanças de situação bem surpreendentes que lhe conferem todo o interesse. Oscar para o Melhor Argumento Escrito para o Cinema e nomeação para o Oscar do Melhor Filme do Ano.

O Confessionário

(Segunda, 01.25, RTP 1)

Estreia no cinema de Robert Lepage, homem de teatro canadiano, o argumento de *O Confessionário*



«O Expresso dos Malditos», é um espectáculo de representação de Gene Hackman

E ainda...

Os Poderosos, de Peter Chelsom

(Quinta, 22.45, RTP 1)

O Expresso dos Malditos, de Peter Hyams

(Sábado, 00.40, SIC)

Nuvens Passageiras, de Aki Kaurismäki

(Sábado, 02.00, RTP 2)

Encontros de Paris, de Eric Rohmer

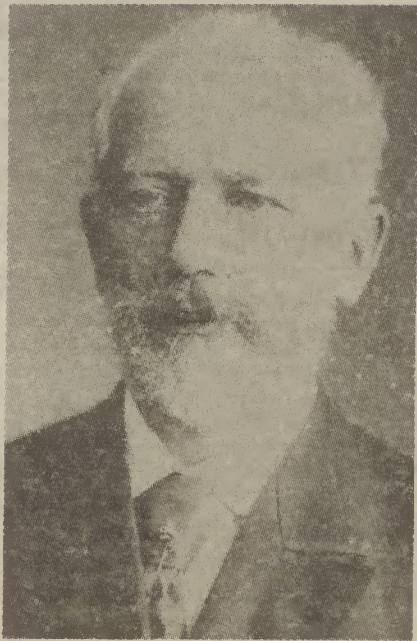
(Terça, 23.00, RTP 2)

Cabo e Satélite



Gala Tchaikovsky

Para os amantes da música, seguramente que não é de perder parte substancial da noite que o canal *Muzik* nos oferece no próximo domingo. Nada menos do que o concerto de gala realizado em 1993, por ocasião do centenário da morte de Tchaikovsky, e que será preenchida com a *Abertura 1812*, excertos da ópera *Eugene Oneguine* e dos bailados *Quebra-Nozes* e *A Bela Adormecida*. Os artistas são de primeira água: Plácido Domingo, Kiri Te Kanawa, Sergei Leiferkus, Anna Tomowa-Sintow, Dmitri Hvorostovsky e Paata Burchuladzw, para além da *Orquestra Real da Ópera* dirigida rotativamente por Sir Edward Downes, Stephen Barlow e Barry Wordsworth. Realização do especialista Brian Large. A não perder! (*Muzik*, domingo, das 20 às 22.35)



Quinta, 27

VRTP 1

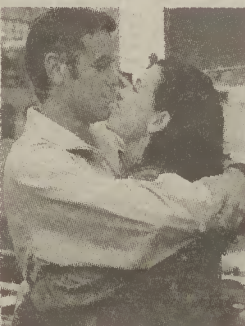
07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.20 Concurso: Só Números
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Ciclismo: Volta a Portugal
16.00 A Mentira
16.30 Lá em Casa Tudo Bem
17.30 Roseira Brava
19.00 Regiões
19.40 Ciclismo: Volta a Portugal
20.00 Telejornal
21.10 Concurso: Só Números
21.45 Bacalhau com Todos
22.45 «Os Poderosos» (de Peter Chelsom, EUA/1998, com Sharon Stone, Gena Rowlands. *Drama*)
00.50 24 Horas
01.15 Ciclismo: Volta a Portugal
01.30 «Não Sejas uma Ameaça» (de Keenan Ivory Wayans, EUA/1994, com Shawn Wayans, Marlon Wayans. *Comédia*)

VRTP 2

07.00 Euronews
07.30 Espaço Infantil-Juvenil (às 16.30 Informação Gestual)
17.30 Matas, Bosques e Brejais
18.30 Informação Religiosa
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
21.00 Além Mar
22.00 Jornal 2
22.55 Acontece
23.15 «Vagabundos ao Luar» (*Les Bijoux du Clair de Lune*, de Roger Vadim, Fr./1957, com Brigitte Bardot, Alida Valli. *Policial*)
01.30 «Cerro Maior» (de Luís Filipe Rocha, Port./1980, com Carlos Paulo, Titus Faria, Ruy Furtado. *Ver Destaque*)

VSIC

08.00 Búeréré
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Médico de Família
15.00 Você Decide
16.00 Rex, O Cão Polícia
17.00 Malhação
18.00 Vila Madalena
19.00 Uga Uga



Serviço de Urgência regressa à RTP 1 (segundas)

20.00 Jornal da Noite
21.00 Imagens Reais
22.00 Laços de Família
23.45 Sai de Baixo
00.25 «Quando um Homem Ama uma Mulher» (de Luis Mandoli, EUA/1994, com Meg Ryan, Andy Garcia. *Melodrama*)
03.00 Último Jornal
03.35 As Noites Longas da SIC: «Noite de Gonlag» (Parte 3)

VTVI

09.00 Animação
12.10 O Direito de Nascer
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
15.45 Batatoon
19.00 Um Cãozinho Chamado Eddie
19.30 Directo XXI
20.00 Pontapé de Saída
20.10 Mares Vivas no Havai
21.10 Entre Marido e Mulher
21.50 Especial TVI: «Angola»
23.20 «No Limite da Traição» (de Serge Rodnitsky, EUA/1999, com Ally Sheedy, John Savage. *Policial*)

Sexta, 28

VRTP 1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.20 Concurso: Só Números
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Ciclismo: Volta a Portugal
16.00 A Mentira
16.30 Lá em Casa Tudo Bem
17.30 Roseira Brava
19.00 Regiões
19.40 Ciclismo: Volta a Portugal



Sporting-Parma (sexta, TVI), F.C.Porto-Sunderland (sábado, RTP 1) ou Desportivo da Corunha-Benfica (sábado, SIC) são alguns dos jogos de apresentação de equipas nacionais

20.00 Telejornal
21.10 Concurso: Só Números
21.45 João Nicolau Breyner
23.45 «Ponto de Ruptura» (de Lee H. Katzin, EUA/1995, com Vincent Van Patten, Rae Dawn Chong. *Drama*)
01.30 24 Horas
01.55 Ciclismo: Volta a Portugal
02.10 «Assassinos» (de Mathieu Kassovitz, Fr./1996, com Michel Serrault, Mathieu Kassovitz. *Drama*)

VRTP 2

07.00 Euronews
07.30 Espaço Infantil-Juvenil (às 16.00 Volei de Praia: Open de Portugal; às 17.30 Informação Gestual)
18.30 Informação Religiosa
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
21.00 Jornal d'África
21.30 Dinheiro Vivo
22.00 Jornal 2
22.45 Aqui Europa
23.10 Acontece
23.30 «Se Don Juan Fosse Mulher» (de Roger Vadim, Fr./1973, com Brigitte Bardot, Jane Birkin, Maurice Ronet. *Drama*)
01.15 Andamentos
01.45 Departamento de Homicídios

VSIC

08.30 Búeréré
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Médico de Família
15.00 Você Decide
16.00 Rex, O Cão Polícia
17.00 Malhação
18.00 Vila Madalena
19.00 Uga Uga
20.00 Jornal da Noite
21.00 Ponto de Encontro
21.30 Laços de Família
22.30 Sai de Baixo
23.30 «Acerto Final» (de Sean Penn, EUA/1995, com Jack Nicholson, Anjelica Huston. *Drama*)
01.40 Último Jornal

VTVI

09.00 Animação
12.10 O Direito de Nascer
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
15.45 Batatoon
19.00 Um Cãozinho Chamado Eddie
19.30 Directo XXI
20.00 Pontapé de Saída
20.10 Mares Vivas no Havai
21.00 Futebol: Sporting-Parma
22.00 Pupilas do Sr. Doutor
23.10 Reis da Música Nacional
01.45 Seinfeld
02.45 «Na Sombra de um Pai» (de Peter Levin, EUA/1998, com Peter Strauss, Henry Czerny. *Drama*)

Sábado, 29

VRTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
11.10 Jet Set
12.00 Automobilismo: G.P.Alemanha
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Ciclismo: Volta Portugal
16.20 Top +
17.40 Destinos de Sofia
18.20 Aqui Europa
18.50 Futebol: F.C.Porto-Sunderland
20.50 Telejornal
21.55 Ciclismo: Volta Portugal

22.05 Santa Casa
23.45 Tourada
01.45 Miquinas
02.30 24 Horas
02.45 Ciclismo: Volta a Portugal
03.00 «Silêncio de Morte» (de Daniel Petrie Jr., EUA/1997, com James Garner, Lolita Davidovich. *Telefilme / «Thriller»*)

VRTP 2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.00 Desporto: Volei de Praia
13.30 Iniciativa
16.00 Desporto
19.25 Fortunas Fabulosas
20.15 A Outra Face da Lua
22.00 Jornal 2
22.45 Magazine 2001
23.15 Sim, Sr. Ministro
23.45 Valha-me Deus
00.15 Gente como Nós (Estreia)
01.00 Shining (Estreia)
02.00 «Nuvens Passageiras» (*Kauas Püvel Karavaat*, de Aki Kaurismäki, Finl./1996, com Kati Outinen, Elna Salo. *Drama*)

VSIC

07.30 Zip Zap
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Big Show Sic
18.00 Vila Madalena
19.00 Espendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Futebol: Desportivo da Corunha-Benfica
23.00 Mundo VIP
24.00 O Sexo e a Cidade
00.40 «O Expresso dos Malditos» (*Narrow Margin*, de Peter Hyams, EUA/1990, com Gene Hackman, Anne Archer. *«Thriller»*)
02.40 Último Jornal

VTVI

09.00 Animação
10.30 O Sótio do Pedro
11.00 Top Rock
12.00 Caras Lindas
13.30 Contra-Ataque
14.15 4ª. A Fundo
14.30 «Undertaker's Wedding» (de John Bradshaw, Can./1997, com Adrien Brody, Kary Wuher. *Ação*)
16.30 «O Cão Real» (de Philip Spink, Gr.Br./Can./1999, com James Doohan, Courtney Draper. *Comédia*)
18.30 Lux
19.30 Directo XXI
20.00 «Plano de Evasão» (de Graeme Campbell, EUA/1995, com Easi Morales, Nia Peeples. *Ficção Científica*)
22.00 Jardins Proibidos
23.10 «Beleza Sem Preço» (de Randall Miller, EUA/2000, com Julia Condra, Marina Black. *Drama*)
01.10 Seinfeld
02.10 «Terra Agreste» (de Jean-Claude Lord, EUA/1992, com Tom Burlinson, Melody Anderson. *Drama*)

Domingo, 30

- ▼ RTP 1**
- 07.00 Infantil / Juvenil
 - 11.00 Companhia dos Animais
 - 11.30 3º. Calhau a Contar do Sol
 - 12.00 Jornal da Tarde
 - 13.00 Automobilismo: G.P. Alemanha
 - 15.00 Ciclismo: Volta a Portugal
 - 16.30 Made in Portugal
 - 17.50 Animais em Grande Plano
 - 18.50 Just Kidding
 - 19.40 Ciclismo: Volta a Portugal
 - 20.00 Telejornal
 - 21.15 Agora é que são Elas
 - 23.05 «O Relâmpago do Asfalto» (Thunderbolt, de Gordon Chan, Hong-Kong/1995, com Jackie Chan, Anita Yuen. Artes Marciais)
 - 01.05 Prazeres
 - 02.05 Automobilismo: G.P. Alemanha
 - 02.15 24 Horas
 - 02.35 Ciclismo: Volta a Portugal
 - 02.45 «Alerta Geral» (de John Bradshaw, Can./1996, com Jeff Fahey, Kim Coates. «Thriller»)

- ▼ RTP 2**
- 07.00 Euronews
 - 09.00 Programa Religioso
 - 10.30 Missa
 - 11.30 Arquivos do Entendimento
 - 13.00 Ciclismo: Volta a Portugal
 - 15.00 «E Viva a Liberdade» (de Serge Korber, Fr./1997, com Gérard Rinaldi, Jean Sarrus. Comédia)
 - 16.30 Desporto
 - 20.00 Onda Curta
 - 20.40 «Serenetti Stories: Retrato de Hugo Van Lawick»
 - 21.30 Horizontes da Memória
 - 22.00 Jornal 2
 - 22.45 Travessa do Cotovelo
 - 23.45 Faenas
 - 00.15 Teatro de Rua: «As Aventuras de Pedro Malazartes» (de Racine Santos, com encenação da Companhia Teatral Alegria, Brasil)

- ▼ SIC**
- 07.30 Zip Zap
 - 12.00 BBC Vida Selvagem
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 14.00 Muita Lócio
 - 15.30 Walker, O Ranger do Texas
 - 18.00 «Academia de Polícia 6: A Cidade Citiada» (de Peter Bonerz, EUA/1989, com Bubba Smith, David Graf. Comédia)
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 21.10 Bom Baíão
 - 21.40 Residencial Tejo
 - 22.45 Sai de Baixo



Conrad Bloom é uma sitcom típica de Verão (quintas, RTP 2)

- 23.40 «Justiça Vermelha» (de John Avnet, EUA/1997, com Richard Gere, Bai Ling. Drama)
- 02.00 Último Jornal

- ▼ TVI**
- 09.00 Animação
 - 11.00 Espaço Religioso
 - 11.10 Missa
 - 13.00 Portugal Português
 - 13.45 Caras Lindas
 - 15.00 «Um Sonho de Menina» (de Tom Keenan, EUA/1998, com Alanna Ubach, David Whier. Comédia)
 - 17.00 Cocktail Nacional
 - 19.00 Directo XXI
 - 20.00 «Uma Questão de Honra» (A Few Good Men, de Rob Reiner, EUA/1992, com Demi Moore, Jack Nicholson, Tom Cruise. Ver Destaque)
 - 22.00 Jardins Proibidos
 - 23.10 «Amnésia» (de Kurt Voss, EUA/1996, com Ally Sheedy, John Savage. Drama)
 - 01.10 Seinfeld

Segunda, 31

- ▼ RTP 1**
- 07.00 Euronews
 - 09.30 Quem Manda Sou Eu (Estreia)
 - 10.00 Praça da Alegria
 - 12.20 Concurso: Só Números
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 14.00 Ciclismo: Volta a Portugal
 - 16.00 A Mentira
 - 17.00 Lá em Casa Tudo Bem
 - 17.35 Roseira Brava
 - 19.00 Regiões
 - 19.40 Ciclismo: Volta a Portugal
 - 20.00 Telejornal
 - 21.15 Só Números
 - 21.45 Serviço de Urgência
 - 22.45 «Jogo de Lágrimas» (The Crying Game, de Neil Jordan, Gr.Br./1992, com Stephen Rea, Forest Whitaker, Miranda Richardson. Ver Destaque)
 - 00.45 24 Horas
 - 01.10 Ciclismo: Volta a Portugal
 - 01.25 «O Confessionário» (Le Confessionnal, de Robert Lepage, Can./Fr./Gr.Br./1995, com Lothaire Bluteau, Patrick Goyette. Ver Destaque)

- ▼ RTP 2**
- 07.30 Espaço Infantil-Juvenil (às 12.30 Euronews; às 16.30 Informação Gestual)
 - 17.30 Austrália Selvagem
 - 18.30 Informação Religiosa
 - 19.00 Espaço Infantil-Juvenil
 - 21.00 Rotações
 - 21.30 Bombordo
 - 22.00 Jornal 2
 - 23.00 «Chungking Express» (de Wong Kar-Wai, Hong-Kong/1994, com Brigitte Lin, Chin-Hsia, Takedhi Kaneshiro. Ver Destaque)
 - 00.50 O Cupido

- ▼ SIC**
- 08.00 Buêrére
 - 11.00 SIC 10 Horas
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 14.00 Jornalistas
 - 15.00 Você Decide
 - 16.00 Rex, O Cão Polícia
 - 17.00 Malhação
 - 18.00 O Cravo e a Rosa
 - 19.00 Uga Uga
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 21.00 Laços de Família
 - 22.30 Roda dos Milhões
 - 00.40 Sai de Baixo
 - 01.20 Tênis: Série Masters (Toronto)
 - 01.40 Último Jornal
 - 02.25 «Atmosfera Zero» (Outland, de Peter Hyams, EUA/1981, com Sean Connery, Frances Steenburgen. Ficção Científica)

- ▼ TVI**
- 09.00 Animação
 - 12.10 O Direito de Nascer
 - 13.30 TVI Jornal

- 14.30 Louca Paixão
- 15.45 Batatoon
- 19.00 Um Cãozinho Chamado Eddie
- 19.30 Directo XXI
- 20.00 Pontapé de Saída
- 20.10 Marés Vivas no Havai
- 21.10 Corrida de Touros de Cascais
- 23.10 Ficheiros Secretos VII
- 00.10 Causa Justa
- 01.15 Seinfeld

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

Terça, 1

- ▼ RTP 1**
- 07.00 Euronews
 - 09.30 Quem Manda Sou Eu
 - 10.00 Praça da Alegria
 - 12.20 Concurso: Só Números
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 14.00 Ciclismo: Volta a Portugal
 - 16.00 A Mentira
 - 17.00 Lá em Casa Tudo Bem
 - 17.35 Roseira Brava
 - 19.00 Regiões
 - 19.40 Ciclismo: Volta a Portugal
 - 20.00 Telejornal
 - 21.15 Só Números



Sai de Baixo e 3º Calhau a Contar do Sol continuam a fazer rir na SIC (todos os dias) e na RTP1 (domingos)



- 21.45 Mãos à Obra
- 22.20 Made in Portugal (Best of...)
- 24.00 24 Horas
- 00.25 Ciclismo: Volta a Portugal
- 00.40 Os Hughleys
- 01.35 «O Sonho de Paris» (de Anthony Shaw, EUA/1992, com Angela Lansbury, Omar Sharif. Telefilme / Comédia)

- ▼ RTP 2**
- 07.30 Espaço Infantil-Juvenil (às 12.30 Euronews; às 16.30 Informação Gestual)
 - 17.30 Austrália Selvagem
 - 18.30 Informação Religiosa
 - 19.00 Espaço Infantil-Juvenil
 - 21.00 O Lugar da História
 - 22.00 Jornal 2
 - 23.00 «Encontros de Paris» (Les Rendez-Vous de Paris, de Eric Rohmer, Fr./1994, com Clara Bellar, Antoine Basler. «Sketches»)
 - 00.45 A Queda das Dinastias

- ▼ SIC**
- 08.00 Buêrére
 - 11.00 SIC 10 Horas
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 14.00 Jornalistas
 - 15.00 Você Decide
 - 16.00 Rex, O Cão Polícia
 - 17.00 Malhação
 - 18.00 O Cravo e a Rosa
 - 19.00 Uga Uga
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 21.00 Médico de Família
 - 22.15 Laços de Família
 - 23.45 Sai de Baixo
 - 00.30 «Projecto África» (de Mark Roper, EUA/1996, com Frank Zagarino, Todd Jensen. Acção)
 - 02.30 Último Jornal
 - 03.05 Os Últimos Dias

- ▼ TVI**
- 09.00 Animação
 - 12.10 O Direito de Nascer
 - 13.30 TVI Jornal
 - 14.30 Louca Paixão
 - 15.45 Batatoon
 - 19.00 Um Cãozinho Chamado Eddie
 - 19.30 Directo XXI
 - 20.00 Pontapé de Saída
 - 20.10 Marés Vivas no Havai
 - 21.10 «Nuremberga» (mini-série de Yves Simoneau, EUA/2000, com Alec Baldwin, Jill Hennessy, Brian Cox. Histórico)
 - 01.15 Seinfeld

Quarta, 2

- ▼ RTP 1**
- 07.00 Euronews
 - 09.30 Quem Manda Sou Eu
 - 10.00 Praça da Alegria
 - 12.20 Concurso: Só Números
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 14.00 Ciclismo: Volta a Portugal
 - 16.00 A Mentira
 - 17.00 Lá em Casa Tudo Bem
 - 17.35 Roseira Brava
 - 19.00 Regiões
 - 19.40 Ciclismo: Volta a Portugal
 - 20.00 Telejornal
 - 21.15 Só Números



- 22.00 Telejornal
- 23.15 Concurso: Só Números
- 23.50 Estrelas do Mar
- 01.30 24 Horas
- 01.55 Ciclismo: Volta a Portugal
- 02.10 «Maggie» - nenhuma informação suplementar fornecida em tempo útil

- ▼ RTP 2**
- 07.30 Espaço Infantil-Juvenil (às 12.30 Euronews; às 16.30 Informação Gestual)
 - 17.30 Austrália Selvagem
 - 17.30 Quanto Mais Velho Melhor
 - 18.30 Informação Religiosa
 - 19.00 Espaço Infantil-Juvenil
 - 21.00 Jornal 2
 - 22.00 Sinais do Tempo / Zoom
 - 23.00 «Um Herói Muito Discreto» (Un Héros Très Discret, de Jacques Audiard, Fr./1995, com Mathieu Kassovitz, Anouk Grinberg. Drama)
 - 00.50 Nós e o Nosso Corpo (Estreia)

- ▼ SIC**
- 08.00 Buêrére
 - 11.00 SIC 10 Horas
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 14.00 Jornalistas
 - 15.00 Você Decide
 - 16.00 Rex, O Cão Polícia
 - 17.00 Malhação
 - 18.00 O Cravo e a Rosa
 - 19.00 Uga Uga
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 21.00 Laços de Família
 - 22.30 Capitão Roby
 - 23.20 Sai de Baixo
 - 00.10 «Nome de Código: Lobo» (de David Jackson, EUA/1996, com Antonio Sabato Jr., Traci Lind. Acção)
 - 02.30 Último Jornal

- ▼ TVI**
- 09.00 Animação
 - 12.10 O Direito de Nascer
 - 13.30 TVI Jornal
 - 14.30 Louca Paixão (último episódio)
 - 15.45 Batatoon
 - 19.00 Um Cãozinho Chamado Eddie
 - 19.30 Directo XXI
 - 20.00 Pontapé de Saída
 - 20.10 Marés Vivas no Havai
 - 21.10 Ri-te Ri-te
 - 23.10 «A Face do Criminoso» (de Antonia Bird, EUA/1997, com Robert Carlyle, Ray Winstone. Acção)
 - 00.45 Seinfeld

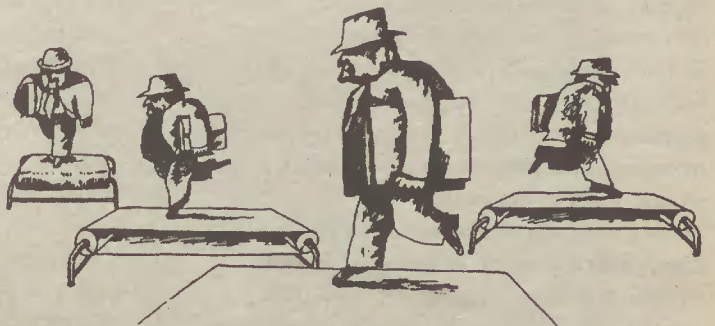
TVisto
Correia da Fonseca
Contra o paternalismo

Com a indiferença de quem faz o que muito bem lhe apetece e não tem de dar contas a ninguém, a RTP continua a transmitir teatro e ópera nas madrugadas da TV2. E não apenas teatro e ópera, entenda-se, mas diversos outros programas de qualidade. Aceite-se, porém, a alusão ao teatro e à ópera quase como também simbólica de muitos outros programas de interesse, exilados para horários praticamente inacessíveis à generalidade das gentes. A gente sabe qual a «razão», com aspas ou sem elas, para esta deportação sistemática: são programas de que os telespectadores «não gostam», com excepção de uns cada vez mais raros dinossauros a quem deu para isso. Mas a gente também sabe de muitos meninos, de outros que já não são meninos, que não gostam da sopa porque nunca a provaram. Ou melhor: nunca a provaram suficientemente. Já Pessoa disse que «primeiro estranha-se, depois

que não têm nada com isso, que não têm de ser as «educadoras do povo» como disse Rangel num momento de sarcasmo insolente, é uma outra estória que aliás se compreende bem. Se a sua vocação na vida é venderem e venderem-se, isto é, venderem o tempo que é seu; se o seu objectivo é transmutarem o telespectador em consumidor; o que mais convém é que ele não entenda muito claramente o mundo, a vida, as gentes. Quanto mais o que as publicidades lhe impingem.

Querem ver que...?

É claro que um espírito impregnado de verdadeira modernidade não assume esta explicação tão primária, tão terra-a-terra, e para justificar que as TVs não façam nada de jeito em matéria cultural, muito antes pelo contrário, dirá antes que estimular a curiosidade e talvez o apetite pela cultura mediante a transmissão a horas decentes de programas capazes de



entranha-se». Falava da Coca-Cola, que lhe teria encomendado o «slogan», bem se sabe. Ora, o que segundo Pessoa é verdade até para a Coca-Cola mais verdade é para teatro, ópera, literatura, grande música, coisas assim. A RTP é que parece não querer nem experimentar. Tem medo de perder dinheiro. O que é sintomático dos tempos que correm, porque nunca se notou que tivesse muito medo de perder outras coisas. É claro que quando se fala de teatro, de música, de ópera, de livros, e se lamenta a sua ausência, lamenta-se sobretudo as múltiplas janelas para o entendimento da vida e do mundo que os chamados produtos culturais na verdade abrem. Um homem (ou uma mulher, já se vê) quer-se culto não para fazer um brilhante nos salões ou na sua roda de convívio, mas sim para que possua um conjunto de dados que lhe permitirá um entendimento amplo do mundo e das pessoas. Por isso é que a televisão, e especialmente a televisão que sendo estatal vive mais directamente dos dinheiros públicos, tem o dever de promover o nível cultural dos cidadãos. Por isso é que as estações privadas, que também são pagas por todos nós embora indirectamente, através da publicidade que as sustenta (ou alguém julgava serem os capitalistas que as possuem a generosamente pagarem dos seus bolsos altíssimos custos só para que vivamos mais bem dispostos?), têm o mesmo dever, embora porventura em menor grau. Que elas aleguem

actuem nesse sentido é paternalismo. Por isso, o horror ao telepaternalismo e por extensão a todos os paternalismos, é o que está mais na moda. Por mim, acho lindamente, e só estou à espera de que a caça ao paternalismo prossiga, acabando com o ensino básico obrigatório, a indispensabilidade de carta de condução para que se possa guiar um carro, as inspecções médicas prévias à prática de desportos de competição e outros paternalismos inacreditáveis. Direi mesmo mais: no quadro da vida democrática que é a das sociedades em que vivemos, a liberdade de viver em pleno analfabetismo, não apenas o que se caracteriza por não saber ler nem escrever mas também o que se estenda até ao analfabetismo efectivo em todos os comportamentos sociais, é a primeira das liberdades. Quem pretender o contrário tem em si uma perigosa semente de paternalismo e, suspeito-o, uma tendenciazinha para se tornar comunista. Se não o for já. Atormenta-me, porém, uma dúvida inquietante. Não será que, afinal, as estações de TV que ao longo dos anos nos vieram acostumar a consumir as estórias chochas aparentadas entre si, o cantiguismo de repiupiu pum pum, as larachas reles e os concursos a torto e a direito, tudo para que vivamos entretidos, são também paternalistas à sua maneira? Querem ver que o Rangel e o Moniz, afinal, também são paternalistas?

A talhe de foice

• Henrique Custódio

Assaltos

Esta semana, ocorreram em Portugal dois assaltos retumbantes.

O primeiro, foi realizado por um bando juvenil que roubou sucessivamente dois automóveis, uma actriz e três bombas de gasolina.

Dias depois os delinquentes foram presos, os automóveis recuperados e as jóias da actriz resgatadas.

O segundo, tomou o país de assalto com uma onda de histeria empunhada por gente que se afirma respeitável e ampliada por jornalistas que se consideram assisados.

Ninguém foi capturado até hoje, nem houve a mínima recuperação ou ressarcimento dos estragos produzidos.

E os estragos são de monta dado que têm o tamanho do país, que de repente se viu prostrado com a avantesma da insegurança a pairar-lhe sobre a cabeça.

Extraordinária, esta capacidade das elites governantes, bem falantes, opinantes e afins a inventar paisagens nacionais.

Há um ano, com o drama de Timor no auge, Portugal era em todos os noticiários e discursos a pátria da solidariedade, os seus governantes o paradigma da esperança, as oposições os arautos da fraternidade, o seu território refrigério de todos os perseguidos, o seu povo a generosidade feita gente.

Hoje, um bando de delinquentes juvenis - de crime tão organizado que foi preso numas dezenas de horas - conseguiu por interpostos noticiários e discursos mergulhar o país na desconfiança, governantes no desespero, oposições na ferocidade repressiva, o território numa selva urbana, o povo na insegurança feita gente.

Paulo Portas não perdeu tempo e espalhou-se em directo pela convivência de todas as televisões a reclamar polícias e vigilâncias, repressões e autoridade, tudo servido num ridículo exercício de aritmética que procurava resumir a segurança pública no número de polícias por metro quadrado de cidadãos.

Comentários para quê? Paulo Portas já parece o «capitão Roby» da política portuguesa, a tal ponto se tornou perito a manusear metáforas rascas na exploração emocional dos fragilizados pela solidão e a insegurança. A substantiva diferença é que o «Roby» explorava mulheres e o político Portas entretém-se mais com timoratos e outros reformados da vida.

Quanto ao PSD - também adepto da sementeira de bastões para assegurar a ordem pública -, limitou-se a acusar os actuais governantes de não terem feito o que os executivos «laranja» não fizeram, enquanto o próprio Governo, por interposto ministro da Administração Interna, se afundava em demagogias sem tino e tiradas a rasar o preconceito xenófobo.

Obviamente, não estamos a minimizar quer a gravidade dos assaltos em epítrofe, quer o inquietante borbulhar de crime organizado que eles indiciam. Estamos perante actividades criminosas de alta violência que urge travar e prevenir com eficácia, o que significa meios adequados e estratégias sérias.

O que não parece admissível é elidir-se a questão central - o desemprego, a miséria, a exclusão económica e social que alastram como mancha de óleo pelas grandes concentrações urbanas, constituindo-se num viveiro de marginalidades desenraizadas e desesperos terminais - e fazer dos actos criminosos um caldo de preconceitos e fobias a servir ao país em malgas de medo acossado. Afinal de contas, verdadeiramente monstruoso e ameaçador é vermos crescer todos os dias à nossa volta a injustiça de um quotidiano onde todos somos peças descartáveis que os donos do país a qualquer momento podem deitar fora.

E aí - reparem bem - não há polícia que nos valha...

CGTP insiste na luta

Salários devem subir ainda este ano

No início de Setembro, logo após o período de férias, a Inter vai anunciar reivindicações concretas e iniciativas já delineadas.

«Não vamos abdicar da luta social», reafirmou Carvalho da Silva anteontem à tarde, ao dar a conhecer as conclusões da última reunião da Comissão Executiva da CGTP, manifestando muita preocupação com o agravamento da situação social, designadamente quanto à perda de poder de compra dos trabalhadores. «Para muitos, nem um aumento de dez por cento seria agora suficiente», disse o secretário-geral da Intersindical Nacional, referindo os efeitos da subida das taxas de juro e da política de contenção salarial nos rendimentos dos trabalhadores.

Ao Governo e aos patrões, a CGTP declara que vai reclamar a reposição das perdas salariais, reforçando a acção de esclarecimento e luta logo nos primeiros dias de Setembro. Na reunião de ontem da Concertação Social, a Inter ia já dizer que o valor do salário mínimo nacional não se pode manter inalterado e deve chegar, pelo menos, aos 65 contos.

Carvalho da Silva repudiou o facto de o Governo repetir o valor de 2 por cento para a inflação prevista este ano, frisando que «não se pode instituir a mentira».

Na análise da situação social, a CGTP aponta igualmente a degradação das condições de trabalho. Os patrões não investem na formação profissional e na valorização dos trabalhadores, aumenta a precariedade e intensificam-se as tentativas de desregulamentação das relações laborais.

«Um dos mais graves factores de desregulamentação», sublinha a central, é a política de imigração, com um «extremamente grave» entendimento entre o Governo e as forças de direita neste campo, para permitir,

por exemplo, que os donos de obras e empreiteiros gerais fiquem sem qualquer responsabilidade face às condições de contratação de trabalhadores imigrados. A restrição do direito de permanência até 5 anos, sem legalização plena e sem per-

a 3 mil escudos, e a publicação imediata da regulamentação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco, bem como a uniformização em 3 anos do tempo de progressão nos escalões.

«Houve um tempo para promessas, há um tempo, já largamente excedido, para cumpri-las», refere uma nota de

bombeiros profissionais junto à residência oficial do primeiro-ministro, com o objectivo de reivindicar a negociação das carreiras e

formação profissional a nível nacional. O coordenador do departamento de Bombeiros Profissionais do STML disse à Lusa que é «urgente um novo co-

O salário mínimo nacional deve chegar pelo menos aos 65 contos



Em luta pelas carreiras profissionais, bombeiros estiveram anteontem em São Bento

mitir reagrupamento de famílias, é vista como uma «leviandade» que pode desencadear problemas sociais gravíssimos.

Autarquias

Dirigentes, delegados e activistas sindicais da Administração Local, de Lisboa, Coimbra, Viseu e Évora, iniciaram ontem três dias de concentrações frente ao Ministério da Administração Interna. Os sindicatos (STAL e STML) exigem de Fernando Gomes e do Governo o cumprimento das promessas feitas relativamente à revalorização e reestruturação de carreiras. Reclamam ainda um aumento salarial intercalar de 3 por cento que não seja, para nenhum funcionário, inferior

imprensa subscrita pelos dois sindicatos.

Promovida igualmente pelos sindicatos da Administração Local e do Município de Lisboa, teve lugar anteontem uma **concentração de**

meço de negociações efectivamente sérias» com o ministro da Administração Interna, que tinha já anunciado ter prontas as propostas para os sindicatos, mas até agora ainda não chegaram.

Fogos devolutos devem servir jovens

A JCP promoveu na terça-feira uma acção de rua sobre a questão dos fogos devolutos na cidade de Lisboa, os quais, defende, devem ser colocados de novo no mercado de arrendamento.

Numa nota à imprensa, a JCP considera que o Estado deve intervir como agente regulador e promotor deste mercado específico, notando

que as actuais condições obrigam os jovens a serem proprietários à força, contraindo empréstimos que os amarram aos bancos por várias décadas.

Como o recurso ao arrendamento é na maioria dos casos ainda mais oneroso que a prestação ao banco, os jovens comunistas defendem uma outra solução que passa pela utilização dos fogos devolutos, redimensionados e adaptados às necessidades dos jovens, singulares ou casais, em busca da 1.ª habitação, através de um programa de habitação adequado aos salários auferidos.

Neste sentido, a JCP irá efectuar contactos com a Secretaria de Estado da Habitação, a CML, a EPUL e a Associação de Proprietários Lisboenses, entre outras entidades.

Produtores de arroz marcham em Alcácer

A Associação dos Agricultores do Distrito de Setúbal e a Comissão de Rendeiros da herdade da Comporta, promovem hoje, quinta-feira em Alcácer do Sal, uma marcha que parte pelas 9 horas das instalações da Atlantic Company, na Comporta e termina numa concentração na Zona Agrária de Alcácer do Sal.

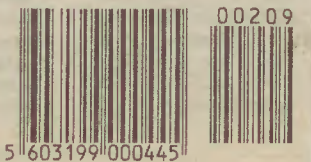
A acção é apoiada pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e desti-

na-se a protestar contra uma proposta da Comissão Europeia que estabelece a Organização Comum de Mercado do arroz e a integração desta produção no regime das arvenses já a partir da campanha 2001.

Para os agricultores trata-se de uma proposta inaceitável porque pretende a retirada do preço de intervenção (chamada segurança do agricultor), o que pode provocar a baixa

do preço do arroz à produção em cerca de 30 por cento. O sector alerta que esta medida irá provocar o desaparecimento de muitas centenas de produtores, e recorda que Portugal apenas produz 50 por cento das suas necessidades de arroz.

Para além disso, só nos últimos três anos a área cultivada já baixou de 420 mil hectares para os actuais 393 mil hectares.



5 603199 000445